

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO  
LINHA DE PESQUISA: CULTURAS POLÍTICAS, REPRESENTAÇÕES, DISCURSOS E  
NARRATIVAS

DAIANE DA SILVA VICENTE

ATUAÇÃO POLÍTICA DE ADALGISA RODRIGUES CAVALCANTI (1934-1948):  
o comunismo feminino em Pernambuco

MACEIÓ – AL

2024

DAIANE DA SILVA VICENTE

ATUAÇÃO POLÍTICA DE ADALGISA RODRIGUES CAVALCANTI (1934-1948):  
o comunismo feminino em Pernambuco

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em História.

Orientadora: Profa. Dra. Arrisete Cleide de Lemos Costa

Maceió – AL

2024

**Catálogo na Fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

V632a Vicente, Daiane da Silva.

Atuação política de Adalgisa Rodrigues Cavalcanti (1934-1948) : o comunismo feminino em Pernambuco / Daiane da Silva Vicente. – 2024.  
174 f. : il.

Orientadora: Arrisete Cleide de Lemos Costa.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.  
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 162-169.

Anexos: f. 170-174.

1. Mulheres na política - Pernambuco. 2. Partido Comunista Brasileiro. 3. Cultura política. 4. Comunistas. I. Título.

CDU: 94(813.4):330.342.152

## Folha de Aprovação

**DAIANE DA SILVA VICENTE**

“ATUAÇÃO POLÍTICA DE ADALGISA RODRIGUES CAVALCANTI (1934-1948):  
o comunismo feminino em Pernambuco”

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 28 de maio de 2024.

Documento assinado digitalmente  
 **ARRIZETE CLEIDE LEMOS COSTA**  
Data: 06/06/2024 01:30:53-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Arrizete Cleide de Lemos Costa (Orientadora)  
Universidade Federal de Alagoas

### Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente  
 **ANDERSON DA SILVA ALMEIDA**  
Data: 10/06/2024 11:09:07-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Prof. Dr. Anderson da Silva Almeida (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente  
 **PAULA ELISE FERREIRA SOARES**  
Data: 11/06/2024 08:05:55-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Paula Elise Ferreira Soares (Examinadora Externa)  
Instituto Federal de Minas Gerais

*Dedico a minha avó Maria Joana e  
a minha bisavó Maria Josefa  
que me ensinaram que amar é belo,  
porém, doloroso.*

## AGRADECIMENTO

Primeiramente, agradeço ao meu Deus, que me protege e me abençoa.

Em seguida, agradeço às instituições e pessoas que tiveram uma participação importante na construção desta pesquisa, como também; na minha formação pessoal e profissional.

Agradeço à CAPES pelo financiamento parcial da pesquisa. Agradeço o apoio financeiro do PPGH-UFAL, que me possibilitou acessar as fontes em Recife antes mesmo de ser bolsista, do mesmo modo, o auxílio para participação em eventos acadêmicos.

Agradeço o acolhimento que recebi nas instituições que coletei os documentos necessários para o desenvolvimento dessa pesquisa: APEJE e FUNDAJ. Com muita alegria me recordo das pessoas maravilhosas que tive o privilégio de conhecer nesta jornada: Manuela Araújo, quem sempre me recebeu desde a minha primeira ida à FUNDAJ; Arthur Menezes, com quem dialoguei sobre a trajetória de Adalgisa e o PCB de Pernambuco.

Também agradeço à ALEPE por responderem minhas solicitações de acesso à informação.

Agradeço à minha orientadora, profa. Dra. Arrisete C. L. Costa, com quem tive a honra de trabalhar, estou certa do quão grandiosas foram as suas contribuições na construção desta pesquisa e na minha formação acadêmica. Nunca me esquecerei da sua humanidade e do seu compromisso ético acadêmico.

Agradeço a banca de defesa, composta pela profa. Dra. Paula Soares e o prof. Dr. Anderson Almeida por aceitarem fazer parte deste momento em minha trajetória acadêmica e por suas valiosas contribuições.

Agradeço ao prof. Dr. Arturo Zoffmann, por ministrar a disciplina “Uma História Popular da Revolução Russa”, marcando significativamente em minha memória; às discussões e contribuições para a minha pesquisa. Nesta ocasião, não posso deixar de mencionar o meu querido camarada de turma, Gelvane Andrade, com quem tive divertidas conversas intelectuais. Nunca perdendo o respeito e o bom humor.

Agradeço ao colega Rafael Britto, pelas dicas e sugestões para a elaboração da pesquisa.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa Documento, Imagens e Narrativas (GPDIN/UFAL/CNPq), pelo acolhimento, trocas e experiências intelectuais.

Agradeço ao Grupo de Estudos, Pesquisa e Trabalho sobre A(s) História(s) da(s) Mulher(es) da PUC–Minas, que me possibilitaram refletir sobre variados aspectos correspondentes a este campo de estudo e por ter me proporcionado momentos intelectuais calorosos.

Agradeço a minha amiga, Marlane Leite, com quem cultivo uma amizade desde a graduação em História na UPE–Gus. É sempre bom ter alguém para dialogar sobre tudo. Também agradeço ao meu amigo, Matheus Siqueira e minha amiga, Ana Letícia Ferreira. Amizades que também trago da graduação.

Chegando ao final dos meus agradecimentos e não menos importante, agradeço a minha família: pai, mãe, irmãos, irmã, tias e primas. Tenho sorte por ter vocês em minha vida!

*“Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância, já que viver é ser livre”*

– Simone de Beauvoir

## RESUMO

Esta pesquisa é referente à trajetória política de Adalgisa Rodrigues Cavalcanti, uma pernambucana que dedicou parte de sua vida à política comunista. Em 1934, iniciou a militância no Socorro Vermelho Internacional, organização vinculada ao PCB, integrou a Aliança Nacional Libertadora (ANL), participando do Levante de 1935, por esse motivo decorreu sua primeira prisão em 1936. Filiou-se oficialmente ao PCB em 1945, pelo mesmo partido disputou as eleições de 1945 e 1947. Elegeu-se como Deputada Estadual em 1947, tornando-se a primeira mulher a ocupar este cargo em Pernambuco, mas não chegou a concluir o mandato, interrompido devido às disputas políticas vivenciadas no período. Deste modo, a presente pesquisa perpassa pelo campo da História das Mulheres, dialogando com Michelle Perrot (2019), Joan Scott (1992), Rachel Soihet (1997) e Maria Izilda Matos (2013); tendo como enfoque a atuação de mulheres na cultura política comunista, buscando subsídios teóricos em Paula Soares (2021) e Rodrigo Motta (2013). A técnica de observação documental (ARÓSTEGUI, 2006) auxiliou na seleção e organização das fontes empregadas na construção deste estudo: entrevistas, relatórios, jornais, relatos de memórias, documentação policial e registros eleitorais. Aplicou-se a análise de conteúdo (BARDIN, 2015) com uma abordagem qualitativa no tratamento das fontes. A trajetória política de Adalgisa R. C. possibilita compreender a atuação das mulheres comunistas na política, evidenciando privilégios, dificuldades e consequências.

**Palavras-chave:** Mulheres na Política; Pernambuco; PCB; Cultura Política Comunista.

## ABSTRACT

This research concerns the political trajectory of Adalgisa Rodrigues Cavalcanti, a woman from Pernambuco who dedicated part of her life to communist politics. In 1934, he began his activism in Socorro Vermelho Internacional, an organization linked to the PCB, and was part of the National Liberation Alliance (ANL), participating in the 1935 Uprising, which is why he was arrested for the first time in 1936. He joined officially to the PCB in 1945, for the same party she contested the elections of 1945 and 1947. She was elected as State Deputy in 1947, becoming the first woman to occupy this position in Pernambuco, but she did not complete her term, interrupted due to political disputes experienced during the period. Therefore, this research covers the field of Women's History, dialoguing with Michelle Perrot (2019), Joan Scott (1992), Rachel Soihet (1997) and Maria Izilda Matos (2013); focusing on the role of women in communist political culture, seeking theoretical support from Paula Soares (2021) and Rodrigo Motta (2013). The documentary observation technique (ARÓSTEGUI, 2006) helped in the selection and organization of the sources used in the construction of this study: interviews, reports, newspapers, memoirs, police documentation and electoral records. Content analysis was applied (BARDIN, 2015) with a qualitative approach in the treatment of sources. Adalgisa R. C.'s political trajectory makes it possible to understand the role of communist women in politics, highlighting privileges, difficulties and consequences.

**Keywords:** Women in Politics; Pernambuco; PCB; Communist Political Culture.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. Faculdade de Direito do Recife. Fonte: Coleção Francisco Rodrigues. Autoria: José de Paiva Crespo. Acervo Fundação Joaquim Nabuco/MEC.....51
- Figura 2. Praça 13 de Maio. Fonte: Coleção Francisco Rodrigues. Autoria: José de Paiva Crespo. Acervo Fundação Joaquim Nabuco/MEC.....51
- Figura 3. Cândida Maranhão Otero. Fonte: OTERO, Cândida Maranhão. Na Correnteza da Vida. Porto Alegre: Renascença, 2003.....66
- Figura 4. Mulher Trabalhadora! Ocupa o teu Posto. Fonte: Jornal *Folha do Povo*. APEJE, Recife, 24 de setembro de 1935.....68
- Figura 5. Carmem Ricardo de Sousa. Fonte: Jornal *Folha do Povo*. APEJE. Recife, 24 de setembro de 1935.....70
- Figura 6. Adalgisa Rodrigues Cavalcanti. Fonte: Jornal *Folha do Povo*. APEJE. Recife, 06 de dezembro de 1945.....71
- Figura 7. Julia Santiago da Conceição. Disponível em: <https://vozesdazonanorte.blogspot.com/2011/06/julia-santiago-primeira-mulher.html> Acesso em: 07 de set. 2023.....79
- Figura 8. Adalgisa aos 22 anos, com o esposo, Tito T. Cavalcanti. Fonte: livro *Presença Feminina* de Luzilá Gonçalves Ferreira (2002, p. 42).....93
- Figura 9. Capa do prontuário de Adalgisa. Fonte: APEJE/DOPS/Prontuário n. 5603, Recife-PE.....106
- Figura 10. Detida – Adalgisa Cavalcanti – Codinome “Ana”. Fonte: APEJE/DOPS/Prontuário n. 5603, Recife-PE.....109
- Figura 11. Deputada Estadual Adalgisa R. Cavalcanti. Fonte: <http://canhotinho-pe.blogspot.com/2009/06/filhos-ilustres.html> acesso em: 30 de Janeiro de 2024.....139

Figura 12. Carteira de identificação de parlamentar de Adalgisa. Fonte: < <a href="https://www.alepe.pe.gov.br/wp-content/themes/alepe/image/img-primeira-redemocratizacao/imagem-redemocratizacao1.png">https://www.alepe.pe.gov.br/wp-content/themes/alepe/image/img-primeira-redemocratizacao/imagem-redemocratizacao1.png</a> > Acesso em 05 de fev. de 2024.....	139
Figura 13. Adalgisa aos 89 anos, relatando dados de sua vida para a <i>Folha do Povo</i> . Fonte: livro <i>Presença Feminina</i> de Luzilá Gonçalves Ferreira (2002, p. 52).....	153
Figura 14. Adalgisa R. C. idosa. Fonte: <i>Jornal do Comércio</i> , 8 de março de 2009 - Fundação Joaquim Nabuco/MEC. Recife-PE.....	153

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: : Mulher/PCB/Folha do Povo .....	64
Tabela 2: Mulheres na Folha do Povo .....	83
Tabela 3: Quociente Eleitoral por legenda / Deputada/o Federal .....	132
Tabela 4: Quociente eleitoral por Legenda / Deputada/o Estadual .....	134
Tabela 5: Pautas e grupos políticos presentes nos discursos de Adalgisa .....	146

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALEPE	Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
APEJE	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
CCTM	Comissão Central para o Trabalho entre Mulheres
CEHIBRA	Coordenação-geral de Estudos da História Brasileira
CMT	Comitê de Mulheres Trabalhadoras
CMPD	Comitê de Mulheres Pró-Democracia
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
EUA	Estados Unidos da América
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FDIM	Federação Democrática Internacional de Mulheres
FPPF	Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
IC	Internacional Comunista
NIMHO	Núcleo de Imagem, Memória e História Oral
PB	Paraíba
PCB	Partido Comunista do Brasil
PC-SBIC	Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista
PDC	Partido Democrata Cristão
PE	Pernambuco

PI	Piauí
PSP	Partido Social Progressista
PR	Partido Republicano
PRP	Partido de Representação Popular
PRD	Partido Republicano Democrático
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SEP	Sociedade de Estudos Políticos
TRE-PE	Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
TSN	Tribunal de Segurança Nacional
UDN	União Democrática Nacional
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. O PCB E AS MULHERES.....	35
2.1. O PCB: primeira metade do século XX.....	36
2.2. O PCB em Pernambuco.....	47
2.3. Entre o feminismo e o comunismo.....	53
2.4. A “questão feminina” no jornal a <i>Folha do Povo</i> (1935, 1945-1948).....	63
3. A POLÍTICA DE ADALGISA RODRIGUES CAVALCANTI: UMA HISTÓRIA DE LUTA E DEDICAÇÃO.....	88
3.1. Aspectos da vida pessoal.....	89
3.2. Influências e iniciação política.....	94
3.3. A ANL e o Levante de 1935.....	99
3.4. Na mira da DOPS-PE.....	104
3.5. Militante antifascista.....	114
3.6. O Comitê de Mulheres Pró-Democracia de Pernambuco.....	119
4. “TUDO O QUE SE FIZER EM BENEFÍCIO DO POVO É DEMOCRACIA”: O PIONEIRISMO POLÍTICO DE ADALGISA EM PERNAMBUCO.....	123
4.1. Redemocratização e organizações femininas.....	124
4.2. Eleições de 1945.....	129
4.3. Eleições de 1947.....	133
4.4. Atuação da primeira deputada estadual de Pernambuco (1947).....	138
4.5. Encerrando o mandato: PCB na ilegalidade.....	147
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
FONTES E INSTITUIÇÕES DE PESQUISA.....	161
REFERÊNCIAS.....	162
ANEXOS.....	170

## 1. INTRODUÇÃO

A frase “mulheres nos espaços de poder” é forte e encorajadora. Pensar essas mulheres que se despiram da inocência e da vulnerabilidade imposta ao seu sexo, conhecer suas histórias, compreender suas lutas, despertar um sentimento de ser, de querer saber e aprender a se impor a tudo que oprime e destrói o viver de uma mulher que sonha, luta, perde e ganha. Segundo Mary Beard, “as mulheres, mesmo quando não são silenciadas, ainda pagam um preço muito alto para ser ouvidas” (BEARD, 2018, p. 20). Isso reflete uma parte das dificuldades enfrentadas por aquelas que ocupam ou ocuparam um espaço de poder. “As mulheres no poder são vistas como tendo ultrapassado os limites ou se apossado de algo a que não têm direito” (BEARD, 2018, p. 64). Essas mulheres, quando conhecidas, inspiram outras a reivindicarem os mais variados papéis na sociedade capitalista. A trajetória de Adalgisa Rodrigues Cavalcanti (1905-1997) não é diferente. Uma mulher que lutou pelo que acreditava. Pioneira na política pernambucana ao ocupar um cargo rodeado majoritariamente por figuras masculinas. Sua luta justifica a necessidade de evidenciar sua atuação política.

A intenção de realizar uma pesquisa com essa temática surgiu a partir do interesse em compreender a atuação feminina na política durante o século XX, como também as atividades do PCB<sup>1</sup> no estado de Pernambuco. Ainda na graduação, com base em algumas pesquisas encontradas na internet, descobriu-se a necessidade de um estudo sobre a trajetória de Adalgisa, pois nessas pesquisas havia poucos dados e informações contraditórias sobre a militante comunista. A partir disso, como trabalho de conclusão de curso, foi desenvolvida uma pesquisa, intitulada: “A trajetória política de Adalgisa Cavalcanti: militante comunista e primeira deputada estadual de Pernambuco (1930-1960)”. Neste trabalho, buscou-se destacar os principais pontos de sua trajetória política, no entanto, algumas partes ficaram obscurecidas, havendo a possibilidade de realizar uma pesquisa mais consistente e com a junção de outras fontes.

Em 2019, quando comecei a pesquisar a história de Adalgisa R. Cavalcanti, considerei sua atuação digna a de uma feminista, passando a caracterizá-la dessa forma, isso devido às

---

<sup>1</sup> A partir de 1961, o PCB mudará o nome para Partido Comunista Brasileiro, permanecendo com o uso da mesma sigla. Antes dessa data, o nome era Partido Comunista do Brasil (PCB) (SECCO; PERICÁS, 2022). Em 1962 foi criado outro Partido Comunista do Brasil, o PCdoB. Este último não faz parte desta pesquisa.

limitações da apropriação teórica sobre a historiografia do PCB. Ao aprofundar os estudos sobre o PCB, avistou-se certo equívoco, pois sendo o PCB um partido com uma cultura política específica, não seria correto qualificar de feministas as militantes comunistas atuantes antes de 1960, em virtude do histórico de desencontros de ideias entre feministas e comunistas. Revelando-se, principalmente, em escritos de mulheres engajadas na política comunista russa, como Alexandra Kollontai (1907). Deste modo, para a realização desta pesquisa, caminharei por um viés da história das mulheres.

Segundo a historiadora Rachel Soihet (1997), a História Cultural contribuiu com a inclusão das mulheres na história, oportuno a uma preocupação com as identidades coletivas de diversos grupos sociais, entre eles, camponeses, operários, mulheres, escravizados e pessoas que não ocupam posições de destaque na sociedade capitalista. Passa a ser relevante neste campo de estudo o uso da interdisciplinaridade (geografia, filosofia, antropologia, sociologia, psicologia, ciências políticas, etc.) no desenvolvimento das pesquisas historiográficas. Por causa dessa incorporação por parte da História Cultural, as personagens do sexo feminino foram contempladas, não apenas as mulheres com destaque nos espaços de poder, mas também, as mulheres do povo, as consideradas comuns.

A historiadora francesa Michelle Perrot (2019), em seu livro *Minha História das Mulheres*, permite entender a exclusão, mostrando como elas, por um bom tempo, foram pensadas na história, mencionando as modificações que ocorreram nesses estudos. O campo de investigação da história das mulheres surgiu na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos durante a década de 1960, depois na França em 1970, consolidando-se, mais especificamente, na terceira geração da Escola dos *Annales* (PERROT, 2019).

Joan Scott (1992), em seu texto sobre a história das mulheres, menciona narrativas convencionais direcionadas à origem deste campo surgido na década de 1960, tendo como ponto de partida a política feminista, a qual reivindicava uma história focada no protagonismo heroico das mulheres e as possíveis explicações para a opressão vivenciada. Por volta do final da década de 1970, a história das mulheres teria se afastado da política, e se direcionado a todos os aspectos da vida das mulheres. Na década de 1980, desviou-se para o gênero, rompendo com a política, fazendo com que este campo conquistasse um espaço próprio (SCOTT, 1992).

Scott (1992) ainda menciona haver variações em relação à narrativa sobre o desenvolvimento do campo da história das mulheres. Sinalizando a existência de versões que

destacam a modificação do campo como uma ação positiva por parte da história. Como também, versões com explanação negativa, afirmando que ao ser inserido na academia retrataria um exemplo de despolitização, tornando-se apenas, mais uma disciplina acadêmica. Para a autora, é necessário fazer uma reflexão crítica a respeito dessas narrativas, pois caracteriza mal a história da história das mulheres e seu envolvimento tanto com a política como a disciplina da história. É preciso considerar “a posição variável das mulheres na história, o movimento feminista e a disciplina da história” (SCOTT, 1992, p. 65). A utilização do termo gênero, empregado por muitas/os historiadoras/es feministas, é entendida como submissão política e também uma perspectiva teórica que compreende o sexo como um fator auxiliar na conceituação da política (SCOTT, 1992). Com isso, é falho enquadrar a história das mulheres como uma resposta ao desenvolvimento da política feminista fora da academia. Sendo assim, “Mais do que postular uma simples correlação, precisamos pensar sobre este campo como um estudo dinâmico na política da produção de conhecimento” (SCOTT, 1992, p. 66).

Em relação ao conceito de gênero, historicamente “surgiu para se contrapor a uma visão que enfatizava as diferenças biológicas, ou sexuais, entre homens e mulheres, que acabava naturalizando a dominação masculina” (SILVA e SILVA, 2009, p. 166). Conforme a categoria de gênero, não existem papéis fixos para mulheres e homens na sociedade, o que ocorre são interferências sociais e culturais nas relações humanas (SILVA e SILVA, 2009). Partindo da abordagem dos estudos de gênero, podemos investigar as mulheres, as masculinidades, as homossexualidades, entres outras.

A história das mulheres também é um campo vasto, permitindo o desenvolvimento de pesquisas sobre mulheres e política, mulheres e educação, mulheres e trabalho, mulheres e sexualidade, e tantas outras. Quando pensamos e evidenciamos a atuação das mulheres nos acontecimentos históricos, além da certeza de que os homens de maneira nenhuma agiram sozinhos no desenrolar dos acontecimentos históricos, descobrimos nomes, ações, lutas e renúncias de muitas mulheres ousadas. Isso por não se renderem às regras da sociedade patriarcal. Em relação a este campo de estudo, não devemos utilizar o termo “história da mulher”, sendo este termo insuficiente por não abranger a multiplicidade de mulheres existentes. Quando salientamos as diferenças, compreendemos a importância de falar de uma “História das Mulheres”, indicando a existência de múltiplas identidades (SOIHET, 1997), ou até mesmo “Histórias das Mulheres”. É fundamental destacar o reconhecimento das

diferenças entre as próprias mulheres “elementos como cultura, classe, raça/etnia, nacionalidade, geração, crença religiosa e ocupação devem ser ponderados e entrecruzados num desafio de desvendamento que evitem tendências e generalizações” (MATOS, 2013, p. 7-8). Ou seja, não é porque se trata de “mulheres” que são todas iguais, é preciso considerar as diferenças existentes entre as mulheres que pertencem a grupos sociais e culturais distintos.

Ao reivindicar direitos para as mulheres, o movimento feminista, iniciado nos Estados Unidos, despertou uma curiosidade transformada em necessidade de compreender melhor o que estava sendo reivindicado. O espaço de compartilhamento dessas informações foram as universidades, ganhando destaque as universidades francesas (SOIHET, 1997). O movimento feminista, sendo esse um movimento social que luta por equidade entre os sexos masculino e feminino, auxiliou na propagação da necessidade de se fazer uma história das mulheres. Além disso, John Scott (2019) menciona a contribuição das feministas, por possibilitarem enxergar como as divisões entre homens e mulheres se constituíram através dos acordos sociais e políticos das sociedades.

Segundo a historiadora Maria Izilda Matos (2013), o livro *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* (1969), de Heleieth Saffioti, seria a obra fundadora do campo da história das mulheres e das relações de gênero no Brasil. O livro de Saffioti tem a intenção de analisar a “sociedade brasileira centrada na teoria do patriarcado, tendo a preocupação de identificar os signos da opressão masculina e capitalista sobre as mulheres” (MATOS, 2013, p. 6). Matos (2013) ainda menciona a incorporação de diversas abordagens na produção historiográfica sobre o feminino na década de 1980. Nos temas direcionados ao trabalho, por exemplo, recuperou-se o cotidiano das fábricas, as lutas, as greves, as mais diversas estratégias de resistências. Essa inclusão foi de grande importância para visibilizar e destacar o papel das mulheres nos espaços públicos e privados. Para tanto, os novos meios de interpretação possibilitaram compreender as mulheres como sujeitas ativas, desconstruindo o entendimento de mulheres passivas (MATOS, 2013) e sempre dependentes da figura do sexo masculino.

De acordo com Scott (2019), ao decorrer da história circularam afirmações de que as mulheres não seriam merecedoras de direitos políticos, por serem vistas como diferentes e inferiores aos homens. Elas deveriam se ocupar com os afazeres domésticos. Sendo esse um dos motivos para a política ser vista como um trabalho exclusivo dos homens. As mulheres reivindicaram o direito de ocupar um lugar na esfera pública. Para Michelle Perrot (2020), “as

fronteiras entre o público e o privado nem sempre existiram” (PERROT, 2020, p. 186). Partindo do entendimento da autora, muitos indivíduos de ambos os sexos defendem a ideia de ser incoerente a ocupação de mulheres em espaços de poder. Mas como Perrot afirma, nem todo público é masculino e nem todo privado é feminino (PERROT, 2020).

Esta pesquisa é dedicada à trajetória de uma mulher que ocupou um cargo político importante no estado de Pernambuco. Embora tenha ocupado por pouco tempo<sup>2</sup>, os meses que Adalgisa R. Cavalcanti atuou no parlamento foi de grande importância para a história das mulheres na política. A deputada comunista faz parte de um grupo de mulheres pioneiras nos espaços de poder. No Brasil, “o voto feminino e secreto foi introduzido no Código Eleitoral Provisório, através do Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932” (SCHUMAHER e CEVA, 2015, p. 62). Para Hildete Melo e Débora Thomé (2018), a conquista do voto feminino, possibilitou, a partir daí, a eleição de mulheres. Não rejeito a importância da conquista do direito ao sufrágio feminino. Mas não posso deixar de citar que antes dessa data, em 1929, Luisa Alzira Teixeira de Vasconcelos foi a primeira prefeita não só do Brasil, mas também da América Latina, ocupou o cargo na cidade de Lages, no Rio Grande do Norte (SHUMAHER; CEVA, 2015). Em 1932, com a autorização do marido e comprovação de renda<sup>3</sup>, Suely de Oliveira (1915-1994) se tornou a primeira deputada do Rio Grande do Sul (MENEZES, 2017). No ano de 1934, Carlota Pereira de Queiroz (1892-1982) foi eleita como deputada de São Paulo. Foi exatamente em 1934 que a Adalgisa R. C. tirou o título de eleitora e iniciou a militância política em uma organização vinculada ao PCB, o Socorro Vermelho Internacional.

As mulheres passaram por um processo de silenciamento e apagamento muito extenso na História. Hoje, com a imensa quantidade de trabalhos e pesquisas realizadas sobre a história das mulheres, vem-se recuperando essas participações e trajetórias. Foram os homens que excluíram as mulheres da história. O patriarcado<sup>4</sup> se consolidou de um jeito tão feroz, permitindo até mesmo as mulheres fazerem julgamentos de si próprias como inferiores, incapazes, sendo esse um dos motivos que as levaram a destruir documentos, registro de suas existências (Perrot, 2019). Em meio a tantas opções de documentos que podem ser utilizados em pesquisas associadas à história de mulheres, ainda há uma enorme dificuldade, tendo em

---

<sup>2</sup> Adalgisa R. C. atuou como deputada estadual de Pernambuco por 11 meses. Mas adiante a discussão sobre este assunto será aprofundada.

<sup>3</sup> Naquele momento, essas restrições legais eram consideradas necessárias, sendo eliminadas com a Constituição de 1934 (MENEZES, 2017).

<sup>4</sup> O termo patriarcado nesta pesquisa será utilizado para se referir a sistemas dominados por homens para oprimir as mulheres (DELPHY, 2009).

vista a necessidade de trabalhar com uma documentação que, em sua maioria, encontra-se fragmentada, “o que requer uma paciente busca de indícios, sinais e sintomas, bem como a leitura crítica para esmiuçar o implícito, descortinando experiências ocultas no passado” (MATOS, 2013, p. 9).

Segundo Joana Maria Pedro (2011), as mulheres seriam as guardiãs da memória, por serem as principais depoentes nos relatos de memória, como também por auxiliarem na preservação dos documentos que hoje se encontram em arquivos, permitindo estudar as grandes figuras do mundo público. Para o historiador Jacques Le Goff (1990), a memória seria “um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (LE GOFF, 1990, p. 410). Deste modo, ao que diz respeito às memórias femininas, compartilho da ideia de que,

Circulando publicamente, essas **memórias individuais** chegam a compor uma “**memória emblemática**”, **coletiva**, que permite o reconhecimento e a **identificação** de muitas **outras mulheres** – e não apenas de mulheres –, já que falam de um momento particularmente violento e dramático da vida política nacional (RAGO, 2013, p. 59, **grifo nosso**).

Ao produzir uma historiografia que destaca narrativas de mulheres, ou de qualquer outro grupo excluído da história, contribui-se com o rompimento desses silenciamentos, problematizando e desconstruindo estereótipos. O campo da história das mulheres remete a necessidade do reconhecimento do sexo feminino na história. Acredito que as limitações encontradas nesta área ocorrem devido ao aporte teórico-metodológico escolhido pela/o pesquisadora/or. Diante das possibilidades, aspiro contribuir com o fortalecimento deste campo. Esta pesquisa, a qual evidencia a atuação política de uma figura feminina, que em seu tempo vivido representou um grupo de mulheres, organizando e participando de “movimentos de mulheres”, dando atenção à “questão feminina” – sendo esse o termo empregado nas organizações de mulheres ligadas ao PCB.

Por conseguinte, quando afirmado o desenvolvimento de uma pesquisa sobre a história das mulheres, não estou sugerindo uma exclusão do sexo masculino da história. Do mesmo modo, não estou afirmando que gênero e mulheres são sinônimos, muito pelo contrário, percebo a extensão e complexidade do gênero, tornando-se, a meu ver, necessário situar o

campo escolhido para se trabalhar, nas múltiplas possibilidades. Essas escolhas são baseadas nas especificidades de cada “objeto” de estudo, no caso desta pesquisa, por se tratar da trajetória de uma mulher, considero oportuna a escolha do campo da história das mulheres. Pela categoria mulher compreendo que se trata de todas as pessoas que se identificam com o uso dessa categoria, independente do sexo biológico. No entanto, é preciso ressaltar que as mulheres mencionadas no decorrer desta pesquisa, até o ponto que consegui apurar, são mulheres cisgênero.

Portanto, com esta pesquisa, tenho a intenção de contribuir com a história das mulheres na política comunista. É certo pensar que há muitas dificuldades em estudar a trajetória de uma mulher. Em relação a esta pesquisa, é possível deduzir que se não fosse uma entrevista concedida à Fundação Joaquim Nabuco em 1982, seria quase impossível se deter a esse estudo na perspectiva da história das mulheres. Pode-se dizer que, se a Adalgisa não tivesse ocupado um cargo importante (o de deputada estadual), e não fosse uma militante comunista ativa que se destacou diante um cenário político agitado em Pernambuco e no Brasil, possivelmente, sua memória não teria sido julgada como relevante a ponto de ter sido solicitada uma entrevista. Apesar dessas características que a destacam, não julgo ser suficiente à atenção dada às suas ações. Adalgisa Rodrigues Cavalcanti, como dona de casa, não teria muito a acrescentar, segundo uma perspectiva que não considerava uma pessoa comum como protagonista da história, por esse motivo é necessário entender o que era ser uma dona de casa atuante no PCB, discussão incluída na redação desta pesquisa.

A princípio, encontrei muita dificuldade em como ocorreria o desenvolvimento deste estudo. Primeiro, diante das leituras historiográficas sobre a trajetória do PCB, as mulheres ocupavam um lugar aparentemente sem muita importância. Tomando como base essa historiografia do PCB, chegou-se a pensar que o problema seria a Adalgisa, a figura principal da pesquisa. Aparentemente, tratando-se de uma mulher despreocupada com a realidade que a cercava. No sentido de que ela não percebia o desenrolar dos atos preconceituosos com as mulheres comunistas no partido, pois, diante das fontes consultadas e analisadas, ela não relata situações desconfortáveis, atitudes inapropriadas dos homens comunistas, no local onde ela experienciou a vida política. Isso não significa que se descarte a possibilidade de terem acontecido situações machistas em Pernambuco. Compreendo esse ocultamento como situações não vivenciadas pela Adalgisa ou consideradas, por ela, sem importância para serem

relatadas em momentos oportunos. A violência mencionada pela militante é decorrente da polícia política anticomunista.

Considero fundamental compreender a cultura política comunista, como também o lugar de Adalgisa no PCB e a amplitude de sua trajetória política, além disso, as implicações com o anticomunismo. Para isso, os subsídios teóricos são encontrados, principalmente, em Rodrigo Motta e Paula Soares. Para Rodrigo Motta (2013), o conceito de cultura política é polissêmico, tratando-se de conjuntos de valores e práticas adotadas por um determinado grupo. De acordo com Paula Soares (2021), as ações desenvolvidas pelas mulheres comunistas fizeram parte da cultura política do PCB. Deste modo, as estratégias adotadas por Adalgisa, como também seus discursos, estiveram relacionados à formação, do que Soares (2021) chama de uma “tradição de militância feminina” com atuação significativa naquele período.

Em relação a este estudo, caracterizo como uma trajetória biográfica histórica feminina. Para explicar aonde quero chegar com o uso desse termo, é preciso partir para as bases pertinentes a esta construção, possibilitando incorporar a discussão na produção historiográfica. Segundo Arrisete Costa (2014), às biografias históricas, ao longo de sua trajetória, foram elaboradas e classificadas de maneiras distintas, “a esta multiplicidade de feitos do gênero biográfico no campo historiográfico, o historiador Giovanni Levi chama de ‘complexidade irresoluta da perspectiva biográficas’” (COSTA, 2014, p. 127).

O historiador François Dosse (2015), afirma que a empatia é um fator importante na relação de envolvimento da produção do conhecimento histórico e biográfico, expõe a relevância da sensibilidade ao tratar de determinados temas de pesquisas. Deste modo, acredito que principalmente as trajetórias biográficas de mulheres necessitam da empatia, não por se referir à atuação de figuras femininas, mas devido ao histórico de exclusão que elas vivenciaram. Essa exclusão se configura em uma forma de violência que, por si só, é um assunto emocionalmente difícil de tratar. Pesquisar e escrever a trajetória biográfica de uma/um indivíduo/o contém suas dificuldades e limitações, é preciso muita cautela ao manusear as possíveis fontes documentais utilizadas na construção de uma vida. Sendo assim, a produção histórica biográfica,

[...] perpassa por todos os períodos da história humana: Antiguidade, Idade Média, Renascimento, Iluminismo, Idade Moderna e Pós-Moderna. É possível notar a sua

presença numa linha de continuidade e rupturas epistemológicas, cuja genealogia se localiza entre os gregos, embora os primeiros a se destacarem pelos seus modelos de biografias históricas tenham sido os romanos [...] (COSTA, 2014, p. 128-129).

Pelo conceito de “biografia”<sup>5</sup> compreendo como uma “narração oral, escrita ou visual dos fatos particulares das várias fases da vida de uma pessoa” (BORGES, 2008, p. 204), podendo assim afirmar em relação à história de vida de um indivíduo, não descartando a possibilidade de fazer biografias de lugares, objetos e conceitos. A palavra “biografia” tem origem grega: *bios* - vida e *graphein* - escrever. Possivelmente, esse termo apareceu primeiramente em Damásio, por volta de 500 d.C. (BORGES, 2008).

Desde o mundo greco-romano ao período medieval, as histórias de vidas tinham como objetivo dar exemplos morais. Conhecida como biografia clássica, em sua produção, os aspectos morais, políticos e religiosos eram mais priorizados do que a singularidade do indivíduo (BORGES, 2008). No período da Idade Moderna, a biografia vai sendo modificada. Uma obra que marcou este momento foi *Life of Samuel Johnson LL.D.* (Vida de Samuel Johnson LL.D.), publicada em 1791, escrita pelo inglês James Boswell. Essa obra revolucionou o fazer biográfico devido o autor ter incorporado novos métodos de investigação, além do uso de fontes documentais, realizou várias entrevistas (BORGES, 2008). Esse novo meio de produção biográfica, demonstrou a preocupação em se aproximar do que seria o ideal de verdade sobre o indivíduo. No século XVIII, autores como Lawrence Sterne, contribuíram com uma nova repaginação da biografia, identificada como “biografia romântica”, pretendia destacar “a totalidade do homem e de sua intimidade” (BORGES, 2008, p. 206). No século XIX, ocorreu uma redução do valor da história do indivíduo devido à influência da Filosofia da História e do positivismo, preocupados mais com as instituições (BORGES, 2008). Ainda de acordo com Borges (2008), o predomínio da História Nacional enalteceu a atuação de figuras masculinas no cenário político e militar.

Segundo Arrisete Costa (2014), durante a chamada *Era Braudel*, a biografia perdeu o destaque nos *Annales*, tendo em vista que, a maioria dos historiadores pertencentes a este grupo, como os historiadores Pierre Chaunu e Le Roy Ladurie, preferiu se dedicar aos enfoques macroestruturais totalizantes. Motivados pelo paradigma estruturalista, os historiadores direcionaram-se à história econômica e social. É com a Nova História que a biografia volta a conquistar espaço na historiografia.

---

<sup>5</sup> As/os historiadoras/es preferem o uso do termo “biografia”, já as/os antropólogas/os utilizam “trajetória” (BORGES, 2008).

A Nova História resgata a biografia a partir de uma perspectiva conhecida como “história-problema”, que visa ultrapassar os enfoques tradicionais e fazer a reapropriação de antigos gêneros em função de uma problemática renovada. Na historiografia francesa, a volta da biografia vai estar associada ao fenômeno conhecido como “retorno da narrativa”, que sinaliza novas experimentações historiográficas. No cerne dessas renovações, acrescenta-se, ainda, o retorno à história política, pela chamada terceira geração de historiadores franceses, entendido como uma reação às formas de determinismo “estruturalista braudeliano” e, especialmente, o “economicismo marxista”. Observa-se a preocupação com a liberdade humana e o interesse por uma escala de análise micro, fundamentada na filosofia do sujeito, que desencadeia o ressurgimento da biografia histórica, fora e dentro dos quadros da historiografia francesa (COSTA, 2014, p. 135).

Uma possibilidade de compreender melhor as fases de organização e produção da biografia na História é através da análise do historiador François Dosse. Para Dosse, o percurso biográfico seria dividido em três fases:

(...) uma primeira que chama de “idade heroica”, na qual a biografia transmitiria modelos, valores para as novas gerações; uma segunda fase, a da “biografia modal”, em que a biografia do indivíduo teria valor somente para ilustrar o coletivo (a sociedade do biografado em tempos e em espaços diversos); e uma terceira e última fase, a atual, que chama de “idade hermenêutica”, momento em que a biografia tornou-se terreno de experimentação para o historiador, aberto a várias influências disciplinares (BORGES, 2008, p. 207).

É possível encontrar uma explicação mais detalhada desses apontamentos de Dosse em seu livro *O Desafio Biográfico: escrever uma vida (2015)*. Nessa obra, o historiador realizou um estudo biográfico da biografia, considerando que o autor descreveu esse campo disciplinar desde a sua origem, apresentando as modificações e produções no decorrer do tempo. Para o desenvolvimento de uma pesquisa caracterizada como uma biografia histórica é necessário, primeiramente, entender que a “[...] biografia histórica é, antes de tudo, história, portanto, precisa se pautar pelos procedimentos de pesquisa e pelas formas narrativas próprias a essa disciplina que se propõe a explicar e/ou a compreender o passado” (SCHMIDT, 2012, p. 195).

Deste modo, o problema da pesquisa é formulado a partir de referências conceituais e fontes documentais (SCHMIDT, 2012). Não podemos descartar a sensibilidade e intuição da/o historiadora/or (BORGES, 2008), fatores importantes para lidar com histórias de vidas, tendo em mente a impossibilidade de atingir com perfeição o significado individual da essência de

um único ser. O que garante a legitimidade do fazer histórico biográfico é o uso de variadas fontes documentais.

Como se pesquisa a vida de um indivíduo? Por intermédio das “vozes” que nos chegam do passado, dos fragmentos de sua existência que ficaram registrados, ou seja, por meio das chamadas fontes documentais. Como “sem documentos não há História”, os vestígios que encontramos em boa medida condicionam nossa ambição de investigação (BORGES, 2008, p. 212).

Dessa maneira, a pretensão é basear-se nos vestígios para buscar compreender a atuação política de Adalgisa R. Cavalcanti. O uso das mais variadas fontes documentais foi necessário, dentre elas: jornais, entrevistas, relatórios do TRE-PE, documentos do DOPS e da ALEPE. Para Vavy Borges (2008), o que torna uma biografia completa é quando a pessoa encarregada de escrever a biografia faz um “mergulho na alma” da/o biografada/o, aprofundando-se em sua intimidade. Para chegar a esse ponto, o uso dos documentos de “escrita de si” ou de “produção de si” seriam necessários, tratando-se de entrevistas, autobiografias, objetos pessoais, memória ou a tradição oral familiar. Vavy Pacheco Borges (2008), ainda acrescenta:

Ao se ler sobre a biografia, percebe-se de imediato quantas áreas importantes da História se cruzam ou mesmo se confundem, quantos temas estão contidos ou próximos da biografia: a micro-história, os estudos de caso; a História oral, as histórias de vida; os trabalhos sobre vida cotidiana, sobre sensibilidade, sobre sociabilidade. Também a discussão sobre memória, sobre geração, sobre família, sobre gênero são de grande interesse para quem precisa entender uma vida individual (BORGES, 2008, p. 215).

Portanto, esta pesquisa por se tratar da atuação de uma mulher, aspectos que envolvem os estudos de gênero, direcionando-se mais especificamente para a história das mulheres, é um campo importante para situar a discussão. A partir do momento que a história das mulheres vai ganhando espaço no cenário intelectual, expande-se, também, a produção de biografias femininas (COSTA, 2003). É fundamental entender que antes de tudo, sejam essas pessoas notáveis ou comuns, concerne a seres humanos, suscetíveis a erros, indivíduos/os que foram guiadas por suas paixões ou circunstâncias, pessoas que foram fruto de suas próprias épocas. Sendo assim, não pretendo analisar a Adalgisa R. C. como uma mulher deslocada de seu tempo. Ela foi uma mulher atuante, inserida em um contexto e pertencente a um grupo

que favoreceu o seu desempenho. Mas o que torna a Adalgisa diferente de outras mulheres de seu tempo?<sup>6</sup>

Segundo Sabina Loriga (2011), desde a sua origem, a biografia é um gênero híbrido e compósito dificultando o estabelecimento de regras gerais que possam ser aplicadas em sua elaboração. “Não existe nenhuma regra formal nesse domínio, nem mesmo a respeito das características individuais” (LORIGA, 2011, p. 18). Há produções na qual a narração cronológica é priorizada, baseando-se nos anos de vida da pessoa, desde o nascimento. Em certos casos, prefere-se dar atenção a aspectos específicos e singulares, baseando-se em determinadas características do ser estudado ou até mesmo apoiasse em momentos relevantes de acontecimentos históricos (LORIGA, 2011). Assim como Borges (2008), acredito na relevância da ordenação dos fatos em um estudo histórico biográfico, tanto para quem realiza a pesquisa como para a/o leitora/or. Pois, facilita a compreensão do trajeto desenvolvido pela personagem investigada. Nesse sentido, toda a análise dedicada à vida de Adalgisa tem como foco principal a política. Buscou-se seguir uma ordem cronológica, no entanto, a organização do texto escrito baseou-se em aspectos específicos que correspondiam ao ponto-chave da análise em sua trajetória, a política.

Segundo a pesquisadora Suely Gomes Costa (2003), para a realização do ofício da/o historiadora/or, encontra-se mais rastros/fontes de pessoas notáveis do que de pessoas comuns. Tendo em vista a razoável quantidade de fontes documentais encontradas de Adalgisa, isso faria dela um ser notável ou apenas uma mulher comum que ousou sair da esfera privada, atingindo o espaço público? Entre tantas biografias dedicadas à trajetória de mulheres, uma lançada recentemente que pode servir de inspiração é a da militante comunista Elisa Branco, escrita pelo historiador Jorge Ferreira, intitulada *Elisa branco: uma vida em vermelho* (2023). Elisa, uma costureira paulista, ativista pela paz que acabou presa por exibir uma faixa contra o envio de brasileiros à Guerra da Coreia em 1950. Elisa e Adalgisa, ambas admiradoras de Luiz Carlos Prestes, mas cada uma com particularidades em suas trajetórias de vida.

À vista disso, considero e caracterizo esta pesquisa como uma trajetória biográfica histórica feminina. Trajetória biográfica por ter a atenção voltada para o desvendar da atuação política de Adalgisa Rodrigues Cavalcanti, configurando-se, deste modo, em um momento específico de sua vida - 1934-1948 -. Trajetória biográfica histórica por se tratar de uma

---

<sup>6</sup> Planejo responder essa indagação nos próximos capítulos.

pesquisa concebida na área das ciências históricas, comprometendo-se com o rigor teórico-metodológico específico da História. Trajetória biográfica histórica feminina por destacar uma figura representativa do grupo de mulheres na/da política.

Adalgisa R. C. é natural do estado de Pernambuco. Durante toda sua vida residiu nesse estado, onde desempenhou suas atividades de militante comunista. Por esse motivo, o recorte espacial compreende o estado de Pernambuco/Brasil. O recorte temporal é iniciado em 1934, ano em que a Adalgisa começou sua militância, sendo esta a primeira fase de sua vida política. Ainda na década de 1930, a pernambucana comunista participou de acontecimentos importantes da história brasileira. Integrou a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e atuou na organização do Levante de 1935. Devido seu envolvimento com essas organizações, foi presa pela primeira vez em 1936. Adalgisa continuou sua militância na ilegalidade, até que em 1945, o PCB conseguiu novamente a legalidade, Adalgisa oficializou a filiação ao PCB, iniciando a segunda fase da vida política. Candidatou-se em 1945 e 1947, neste último ano foi eleita como deputada estadual, porém teve seu mandato cassado em janeiro de 1948. A pesquisa é desenvolvida até o ano de 1948, podendo assim dizer, ano de encerramento da segunda fase da trajetória política de Adalgisa. Mesmo retornando à ilegalidade, ela não abandonou a vida de militante, dando início, assim consideramos, a terceira e última fase de sua trajetória política.

No que diz respeito à atuação de Adalgisa pelo PCB, questiona-se como ocorreu a sua militância, candidatura, campanha política e como desenvolveu o seu curto mandato de deputada estadual por Pernambuco durante um período de mudanças e disputas no cenário político brasileiro. Deste modo, o que levou Adalgisa Rodrigues Cavalcanti, uma mulher branca, casada, com quase 30 anos, a se tornar uma militante comunista? Por que o PCB escolheu a Adalgisa, aparentemente, apenas uma “dona de casa” militante e sem formação acadêmica, como candidata para disputar as eleições de 1945 e 1947? Quais as contribuições dela para/com as mulheres ou história das mulheres na política?

Em meio a essas questões, consideramos de suma importância localizar o lugar social de Adalgisa para compreender sua trajetória política, permitindo entender as consequências de suas escolhas e os resultados de suas ações, para isso, utilizarei a interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019). Adalgisa era uma mulher branca (detentora de determinados privilégios, como o da branquitude); casada, seu esposo exercia a função de ferroviário, dessa forma, podemos identificá-lo como pertencente à classe trabalhadora. Essas características a

qualificam como oportunas para a militância comunista, adentrando em espaços garantidos pela confiança. Uma mulher respeitada entre seus companheiros e companheiras de partido. Portanto, compreende-se que, ao obter a resposta para essas indagações, estaremos contribuindo com a memória feminina partidária, ou seja, com os estudos sobre a história das mulheres nos espaços de poder político.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em realizar um estudo referente à trajetória política de Adalgisa Rodrigues Cavalcanti pelo PCB, destacando sua interação com o PCB, sua militância, planejamento e organização de sua candidatura para tornar-se deputada estadual de Pernambuco, como também pautas defendidas antes e após ser eleita. Para tanto, como objetivos específicos, pretende-se evidenciar a abertura do PCB para/com as mulheres e a iniciação de militante comunista de Adalgisa, salientando sua passagem pela ANL, Levante de 1935, perseguições políticas, movimento antifascista e o Comitê de Mulheres Pró-Democracia. Compreender o seu percurso político e como ocorreu o desenvolvimento de sua campanha eleitoral. Analisar os conteúdos históricos dos seus projetos e discursos durante sua atuação como primeira deputada estadual, além disso, darei atenção ao significado de sua atuação política em Pernambuco.

Investigar a memória histórica da atuação das mulheres é uma forma de comprovar que elas não são tão submissas, como sugeria a história tradicional (priorizando a atuação do sexo masculino) e se constitui uma maneira de reafirmar os direitos conquistados através das lutas. Igualmente, recuperar aspectos da história de mulheres como a de Adalgisa, é de grande relevância, por permitir preencher as lacunas distinguindo a participação do sexo feminino na construção de uma história mais completa e justa. Deste modo, a discussão é produzida por meio de uma análise problematizada, recorrendo a documentos históricos oportunos à pesquisa.

A trajetória de Adalgisa é evidenciada em alguns trabalhos acadêmicos. Na Tese de doutorado “Cidade Vermelha: A Experiência Democrática no Pós-Estado Novo (1945-1955)” da historiadora Zélia de Oliveira Gominho (2011)<sup>7</sup>. Neste trabalho, é possível compreender questões importantes sobre a organização política no Recife durante o período de redemocratização, a autora menciona, sem muito aprofundamento, a contribuição histórica de Adalgisa, como também de outras mulheres. Alguns pontos da trajetória política da pernambucana também são evidenciados na dissertação de mestrado intitulada “A DOPS em

---

<sup>7</sup> Defendida na Universidade Federal de Pernambuco.

Pernambuco no período de 1945 a 1956: autocracia em tempos de ‘democracia’?” produzida por Arleandra de Lima Ricardo (2009).<sup>8</sup> No livro *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*, organizado por Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil (2000), a Adalgisa ganhou uma breve biografia. No livro *Presença Feminina*, de Luzilá Gonçalves Ferreira (2002), um capítulo dessa obra é dedicado à atuação da militante. Em todos esses trabalhos, nenhum destaca com mais especificidade a campanha eleitoral de Adalgisa e seu mandato de deputada estadual, no entanto, ajudam a compreender o percurso de sua trajetória na política.

Nos últimos anos, discussões relacionadas à participação feminina na política brasileira, como também temáticas sobre partidos de direita e esquerda passaram a ser debatidas com mais intensidade, principalmente com o auxílio da internet. Entre as mulheres que se filiam a um partido e/ou se submetem a uma candidatura, um ponto importante para ser analisado, é justamente o grupo com o qual elas dialogam. É fundamental mencionar que as conquistas políticas podem beneficiar a população de alguma maneira, principalmente quando engajadas na luta pelos direitos das mulheres e de outros grupos que estão à margem da sociedade. Esta pesquisa revisita a atuação política de Adalgisa, permitindo o conhecimento de sua trajetória na política. Ela desenvolveu um papel importante e deixou um legado que pode ser significativo para inúmeras mulheres que se dedicam à vida pública em tempos atuais. Do mesmo modo, o comunismo e o anticomunismo continuam sendo algo forte em discussões atuais. Pesquisas relacionadas a esses debates políticos permitem que essas questões sejam repensadas e esclarecidas.

Considero de grande importância as reflexões em relação ao método crítico discutido por Marc Bloch em sua obra *Apologia da História: ou o ofício de historiador* (2001), esse método é oportuno diante das variadas fontes utilizadas na construção desta pesquisa. Preocupou-se em certificar a pertinência da documentação selecionada, trabalhando-se com a perspectiva de que cada documento - fonte - é produzido com um objetivo e por indivíduos de grupos específicos que atuam e apreendem os acontecimentos com base em seus próprios interesses. Deste modo, Segundo Bloch (2001), “sabe que suas testemunhas podem se enganar ou mentir. Mas, antes de tudo, preocupa-se em fazê-las falar, para compreendê-las” (BLOCH, 2001, p. 96).

A princípio, utilizei a técnica de observação documental na seleção e organização da documentação, segundo Júlio Aróstegui (2006), trata-se de uma técnica aplicável em estudos

---

<sup>8</sup> Defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

direcionados a documentos de muitos tipos, “sobre variados suportes, com a peculiaridade de que sempre nos dariam uma observação mediata da realidade” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 518). Deste modo, os documentos aqui utilizados, são: entrevistas, relatórios, matérias de jornais, relatos de memórias, documentação policial, depoimento e registros eleitorais. Em seguida, com base nos apontamentos de Laurence Bardin (2015), utilizei a análise de conteúdo. Definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos e/ou qualitativos) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2015).

Na presente pesquisa, priorizei a abordagem qualitativa, auxiliando no tratamento das fontes, buscando “[...] conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais [a análise] se debruça” (BARDIN, 2015, p. 45), para evidenciar indicadores que permitam inferir e interpretar sobre a historicidade em pauta e a sua interpretação subsidiada pelo debate que constituem o *corpus* teórico da pesquisa.

As instituições de pesquisa visitadas para acessar as fontes a serem empregadas nesta pesquisa foram: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e o Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE). A primeira visita a essas duas instituições aconteceu em outubro de 2022<sup>9</sup>. A FUNDAJ foi fundada em 1949, tendo como idealizador Gilberto Freyre, com intuito de preservar o legado histórico-cultural de Joaquim Nabuco nas regiões norte e nordeste. É composta por três diretorias: Diretoria de Pesquisas Sociais; Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte; e Diretoria de Formação Profissional e Inovação. A documentação acessada trata-se de entrevistas.

Na FUNDAJ, previamente foram destacadas um total de onze entrevistas, das quais foram selecionadas apenas três para a pesquisa, a de: Adalgisa Rodrigues Cavalcanti, Julia Santiago da Conceição e a de Nise Duarte Cardoso. As duas últimas, escolhidas devido demonstrarem uma proximidade com Adalgisa, a personagem principal da pesquisa. Essas entrevistas fazem parte do Programa de História Oral da Coordenação-geral de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade (CEHIBRA) estando inserida no Núcleo de Imagem, Memória e História Oral (NIMHO) da FUNDAJ. Esse programa teve como

---

<sup>9</sup> A visita a essas instituições de pesquisa foi possível devido à concessão de auxílio financeiro da PROPEP/UFAL, tendo em vista que naquele momento estava sem bolsa.

objetivo, por meio de entrevistas, preservar a memória de acontecimentos importantes no Nordeste.

Adalgisa foi entrevistada em 21 de julho de 1982, em sua residência, na Avenida Martins de Barros, 660, apartamento 307, no Recife. A responsável pela entrevista foi a pesquisadora Eliane Moury Fernandes. A entrevista de Julia Santiago da Conceição aconteceu em dois de dezembro de 1983, em sua casa localizada na cidade do Recife, depoimento colhido pela pesquisadora Eliane Moury Fernandes. Nise Duarte Cardoso teve a entrevista realizada em 21 de junho de 1994, em sua residência no Recife, entrevista produzida por Eliane Moury Fernandes e pelo agente cultural Carlos Eduardo Monteiro.

No primeiro momento, o objetivo era utilizar as entrevistas transcritas, no entanto, ao decorrer da pesquisa foi possível acessar os materiais gravados. Sendo oportuna a realização e utilização de uma nova transcrição. Deste modo, optou-se por uma transcrição fidedigna das palavras utilizadas por Adalgisa e demais entrevistadas, sempre destacando as entonações e os detalhes de seu modo de falar. Essa técnica de processamento<sup>10</sup> utilizado nas entrevistas garantiu uma maior aproximação com as entrevistadas, mesmo que não tenha sido possível participar de todas as fases correspondentes à produção desses documentos. Para isso, embora a História Oral não seja um aporte teórico metodológico principal desta pesquisa, houve a necessidade de aquisição da parte referente a transcrição, utilizando como subsídio a obra o “Manual de História Oral”, de Verena Alberti (2013).

O APEJE, conhecido também como Arquivo Público de Pernambuco, foi criado em 1945, pelo então governador José Neves Filho. Em 1972, o Arquivo passou a se chamar Arquivo Público Jordão Emerenciano, em homenagem ao seu primeiro diretor, sendo esse, Severino Jordão Emerenciano, um advogado, professor, escritor e Secretário da Casa Civil. Em 1975, o APEJE foi transferido do Palácio do Governo para a Biblioteca Pública Estadual, onde hoje é a sua sede. O APEJE guarda uma parte importante da história e memória do estado de Pernambuco. Entre os itens encontrados neste Arquivo, estão: documentos oficiais, mapas, leis, jornais, livros e manuscritos preservados. O Arquivo Público conta com oito acervos: Acervo Iconográfico, Acervo Impresso, Acervo Permanente Documentos Manuscritos I, Acervo Permanente Documentos Manuscritos II, Arquivos Particulares, Catálogos APEJE, Coleções, Comissão Estadual da Memória e Verdade.

---

<sup>10</sup> Processamento é o termo utilizado para se referir a todo o processo correspondente a transcrição da oralidade (ALBERTI, 2013).

No APEJE, a documentação acessada e coletada, o Jornal a *Folha do Povo*, faz parte do Acervo Impresso. A *Folha do Povo* foi o jornal oficial do PCB em Recife-PE, circulou entre 1935-1960. A condição da documentação não era das melhores. Muitas páginas estavam rasgadas ou apagadas, dificultando a compreensão do conteúdo escrito. Algumas matérias estavam incompletas e devido à fragilidade das folhas houve a necessidade de ser muito cuidadosa com o manuseio do material para evitar mais danificações. Esse material foi coletado mediante fotografias retiradas com o aparelho celular, para depois serem analisadas com mais atenção. O critério de seleção foi baseado nas discussões relacionadas à temática da pesquisa. Digitalizou-se às matérias do ano de 1935, 1945, 1946, 1947 e 1948. Essa documentação foi transcrita e organizada em fichas documentais<sup>11</sup> separadas em 5 grupos intitulados pelas categorias: 1. “Mulheres”; 2. “Conteúdos de Adalgisa”; 3. “C.M.P.D.”; 4. “Ações do PCB”; 5. “Patrício Potiguar”. Elas constituem unidades de recorte e de contexto – são a unidade de significação a codificar e corresponde aos segmentos de conteúdos a considerar como unidade de base, “núcleos de sentido” que agregam outras unidades de registros, ampliando, assim, o leque das variáveis inventariadas.

No primeiro documento, inserem-se todas as matérias que discutiam questões femininas. No segundo, encontra-se tudo que tinha como destaque a militante comunista. O terceiro contém as matérias que mencionam o Comitê de Mulheres Pró-Democracia (CMPD). No quarto documento contém as matérias que destacam pronunciamentos e opiniões do PCB, as quais se consideram relevantes à pesquisa. No quinto e último documento contém crônicas selecionadas do escritor Patrício Potiguar, pseudônimo de João Fagundes de Menezes (1918-2000), evidenciando as ações femininas. Ao todo, foram coletadas mais de 100 matérias. Não se pode deixar de mencionar a existência de matérias incompletas, faltando pedaços de todos os anos, as edições de 1935 foram as de condições mais precárias.

Ainda no APEJE, acessou-se o acervo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). As informações foram obtidas no prontuário individual nº 5306, pertencente à Adalgisa Cavalcanti. Nesses documentos, encontram-se inúmeros relatórios que confirmam o envolvimento político de Adalgisa com o PCB. Do mesmo modo, exibem como os oficiais da época a enxergavam, tratando-a como perigosa e subversiva. Permitindo compreender o contexto histórico em que a personagem esteve inserida.

---

<sup>11</sup> COSTA, Arrizete C. L. Ficha Documental - Série Didática: Fontes Documentais 1 – usos e produção. In. Blog Clarabóias. Maceió, 2022. Disponível em: <<https://claraboiasséculos20-21.blogspot.com/2022/07/serie-didatica-fontes-documentais-usos.html?zx=e8158c4f68c65ad3>> Acesso em: 25 de ago. de 2023.

No acervo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), teve-se contato com uma parte dos discursos e projetos de Adalgisa, configurando-se em evidências que comprovam o seu envolvimento com o período em que atuou como deputada estadual de Pernambuco e com quais indivíduos, grupos sociais ela dialogava. A documentação do ALEPE foi acessada por meio da *Internet*, enviando-se uma solicitação para ter contato com o material referente a Adalgisa R. Cavalcanti, os documentos foram encaminhados por *e-mail*.

No acervo do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE), encontram-se os relatórios referentes às eleições de 1945, as suplementares de 1946 e as de 1947, disponíveis no *site* do órgão<sup>12</sup>. Sendo essas as eleições que a Adalgisa participou como candidata. Esses relatórios permitiram fazer um mapeamento de como se configuraram as eleições durante esses anos, possibilitando acessar a quantidade de votos e colocações da candidata comunista, como também, de outras mulheres concorrentes nas eleições naquele período.

Incluem-se também dois relatos de memória: *Da coluna Prestes à queda de Arraes*, de Paulo Cavalcanti (1978) e *Na Correnteza da Vida*, de Cândida Maranhão Otero (2003). Ambas as pessoas conviveram com Adalgisa na militância comunista em Pernambuco. Esses relatos memorialísticos são possuidores de significados importantes, segundo Zélia de Oliveira Gominho (2006), os depoimentos são experiências coletivas e individuais de uma época.

No primeiro capítulo intitulado de “O PCB e as Mulheres”, subdividido em quatro subcapítulos, a discussão está voltada para reflexões que buscam compreender a história do PCB, sua relação com o público feminino e a cultura política deste partido, dando uma atenção às atividades políticas desenvolvidas em Pernambuco. Diante da necessidade de delinear por onde caminharemos com esta pesquisa, concerne diferenciar o ser feminista, do ser uma mulher comunista atuante naquele período. Encerro o capítulo com a realização de uma análise da “questão feminina” presente no jornal a *Folha do Povo*, permitindo refletir sobre a participação das mulheres no PCB.

No capítulo seguinte, cujo título é “A política de Adalgisa Rodrigues Cavalcanti: uma história de luta e dedicação”, subdividido em seis subcapítulos. Exponho a etapa investigativa a respeito da trajetória política de Adalgisa R. Cavalcanti, discorrendo sobre sua vida pessoal, as motivações para adentrar na militância comunista, sua atuação no Socorro Vermelho

---

<sup>12</sup> Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco. Disponível em: <<https://acervo.tre-pe.jus.br/index.php/eleicoes>>. Acesso em: 11 jul. de 2023.

Internacional, sua passagem pela ANL e seu envolvimento no Levante de 1935, resultando em sua primeira prisão e monitoramento da DOPS. Passando pelas suas lutas contra o fascismo e atuação no CMPD de Pernambuco.

O capítulo subsequente, intitulado de “‘Tudo o que se fizer em benefício do povo é democracia’: o pioneirismo político de Adalgisa em Pernambuco”, é composto por cinco subcapítulos. A discussão é voltada para a redemocratização e organizações femininas em Pernambuco; encaminhando-se para apontamentos direcionados a filiação oficial de Adalgisa R. Cavalcanti ao PCB, eleições de 1945 e 1947; atuação como deputada, projetos e discursos; e cassação do mandato político.

Na conclusão, avalio os resultados obtidos pela pesquisa enredando às informações documentais/testemunhais com as informações historiográficas para a obtenção de uma representação da política comunista sob o prisma da protagonista Adalgisa Rodrigues Cavalcanti. Além disso, a contribuição da militância feminina partidária para a formação do pensamento político e historiográfico brasileiro no século XX.

## 2. O PCB E AS MULHERES

*“É preciso também dizer que nenhum dos homens que estiveram próximos de mim chegou a ter alguma influência no sentido de dar direção às minhas tendências, lutas ou visão de mundo. Ao contrário, na maior parte do tempo eu era o espírito que liderava.”*

*(Alexandra Kollontai, 2007)*

Na história do PCB, observamos a presença significativa de mulheres e homens “que se dedicaram a mudar o Brasil e a lutar, dentro de suas possibilidades, contra a autocracia burguesa, as desigualdades sociais, o latifúndio e o imperialismo” (SECCO, PERICÁS, 2022, p. 14). Compreender as ações do PCB para/com a “questão feminina” é importante para este estudo, cujo objetivo é evidenciar a trajetória de uma mulher, militante comunista e primeira deputada estadual de Pernambuco. Adalgisa R. C. dedicou boa parte de sua vida ao PCB. O partido de Prestes e de Adalgisa, atuou ativamente na história política do Brasil, inserido em acontecimentos como o Levante de 1935 e a redemocratização pós-Estado Novo, reuniu milhares de militantes e incomodou seriamente a oposição detentora do poder durante o século XX. Nas suas fileiras, não apenas figuras do sexo masculino se engajaram na militância, mas também muitas personagens do sexo feminino, entre elas, Adalgisa R. C.

Considero os apontamentos exibidos neste capítulo como fundamentais para compreender e localizar a trajetória política de Adalgisa Rodrigues Cavalcanti. Partirei da seleção de uma bibliografia diversa para nortear o debate. A discussão inicial tratará de uma exposição em torno da história do PCB. Em seguida, o diálogo será voltado para os aspectos do PCB de Pernambuco. A partir desse ponto, é pertinente entender a inserção das mulheres nesse partido, direcionando a um diálogo alusivo à relação das comunistas com as feministas na primeira metade do século XX. Prosseguindo, através das análises decorrentes da “questão feminina” na *Folha do Povo*, jornal oficial do PCB em Recife-PE, encaminhando para as reflexões acerca do envolvimento das mulheres nesse partido político. Identificando a abertura fornecida pelo PCB a atuação das mulheres na política, ação que possibilitou a militância, candidatura e eleição de Adalgisa Rodrigues Cavalcanti como deputada estadual de Pernambuco em 1947.

## 2.1. O PCB: primeira metade do século XX

O PCB surgiu a partir do seu I congresso que aconteceu nos dias 25, 26 e 27 de março de 1922 no Rio de Janeiro. Segundo Lincoln Secco e Luiz Bernardo Pericás (2022), é mencionado na ata de fundação do PCB que concerne a uma “sociedade civil fundada como ‘Centro de Partido Comunista do Brasil, mas que será chamado Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista’ (PC-SBIC)” (SECCO; PERICÁS, 2022, p. 13). A sua criação contou com a participação de nove delegados, a maioria ex-anarquistas. Os fundadores foram: Abílio de Nequete, Astrojildo Pereira, Cristiano Cordeiro, Homogêneo Silva, João da Costa Pimenta, Joaquim Barbosa, José Elias da Silva, Luís Peres e Manuel Cendón (CARONE, 1982).

Embora seja inegável a importância de figuras masculinas que exerceram papéis de valor na política e, assim por dizer, na política comunista brasileira, não posso deixar de mencionar, até o ponto em que foi possível apurar, a formação do PCB aconteceu a partir da iniciativa de um grupo de homens. Segundo Silva (2020), não há nenhuma evidência que comprove a presença de mulheres no Congresso de fundação do PCB e nem nos dois congressos posteriores, o de 1925 e o de 1928/1929. Apesar de não serem encontrados nomes femininos nas atas oficiais, não podemos ignorar a possibilidade de mulheres terem auxiliado na organização dos congressos (SILVA, 2020).

Na dissertação de Maria Helena Bernardes (1995), é mencionado que, com base nos apontamentos de Astrojildo Pereira, Rosa Bittencourt, uma operária têxtil, foi à primeira mulher a entrar no partido comunista, pouco tempo após a fundação do PCB em 1922. Aos sete anos, Rosa já trabalhava em uma fábrica de linhas na cidade de Petrópolis, um episódio em sua trajetória chama a atenção: aos doze anos, foi vítima de “abusos” por parte do contramestre, indignada, o feriu com um rolo de ferro, essa ação fez com que ganhasse o prestígio de suas companheiras de trabalho, ademais, confiança e coragem para protestar quando fosse necessário (BERNARDES, 1995). Rosa Bittencourt participou de campanhas realizadas pela classe operária brasileira, como, a reivindicação pela jornada de trabalho de oito horas e pelo direito de férias (BERNARDES, 1995). Ainda de acordo com Bernardes (1995), além de Rosa ser uma das vendedoras do jornal *A Classe Operária*, no ano de 1930, representando as trabalhadoras, foi escolhida delegada no Congresso Mundial da Mulher na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

O PCB foi um partido exigente com seus filiados. Todas/os as/os militantes que decidiram dedicar-se ao partido comunista tiveram que se comprometer a viver apenas em função do partido e pelo alcance da revolução socialista. Quando falamos em ser militante do PCB, fica evidente a existência de um sentimento de identificação forte com o partido, ou seja, qualquer outro tipo de identificação, pertencimento a algum outro grupo ficava em segundo plano, a prioridade era sempre o Partido Comunista (ALVES, 2017). Segundo Jorge Ferreira, [...] por mais que ele **[ou ela]** se esforçasse pela causa revolucionária, um **[uma]** militante do Partido Comunista estaria sempre em débito. Em qualquer situação, ele **[ela]** era sempre um devedor pelo que recebeu (FERREIRA, 2002, p.41-42, **grifo nosso**).

Para as mulheres, possivelmente, o peso de ser uma militante comunista era bem maior. Pois, além de ter que lidar com as tarefas do partido, ainda tinham as “obrigações” do lar e os cuidados com os filhos, tendo em vista que muitas eram casadas. Esses aspectos teriam relação com a cultura política do PCB.

No texto “A cultura política comunista: alguns apontamentos” (2013), da autoria do professor e historiador, Rodrigo Patto Sá Motta, é possível localizar características importantes acerca do comunismo como cultura política. Como o próprio autor argumenta, os estudos em volta desse campo possibilitam uma abordagem fértil, permitindo desenvolvimentos de pesquisas importantes devido à influência exercida pelas esquerdas, incitando a fabricação de pensamentos e planos políticos, como também “inspirando a produção cultural e as artes, quanto por seu impacto à direita, que encontrou na bandeira anticomunista uma de suas principais motivações para ação” (PATTO, 2013, p. 15).

De acordo com Rodrigo Motta (2013), o surgimento da categoria cultura política comunista está relacionado às ciências sociais norte-americanas das décadas de 1950 e 1960, contendo ligação com as teorias de desenvolvimento e modernização que circulavam naquela época. O cenário da Guerra Fria proporcionou a circulação dessas ideias, havendo como suposta preocupação o fortalecimento do campo “democrático” que, naquele momento, estava em disputa com o bloco socialista. O ocidente, principalmente os Estados Unidos da América (EUA) se colocavam como democráticos, sendo um exemplo a ser seguido pelas outras nações. Desse modo, a motivação de muitos intelectuais era discutir o tema e buscar compreender o surgimento dos sistemas políticos democráticos, tendo em vista a insuficiência do entendimento de “homem político racional” encontrado nos paradigmas iluministas. Gabriel Almond e Sidney Verba organizaram uma tipologia das diferentes formas de cultura

política: cultura política paroquial, cultura política da sujeição e cultura política participativa. Ainda de acordo com Motta (2013), a cultura política participativa seria o estágio superior, a mais almejada entre os países que estavam buscando a democracia. Esse quadro teórico foi severamente criticado devido à [...] proximidade ideológica com os preceitos da Guerra Fria e pelo esquematismo da tipologia triádica proposta por Almond e Verba, além do mais, comprometida por visão que hierarquizava as diferentes culturas políticas (MOTTA, 2013, p. 16).

O conceito de cultura política sofreu modificações por meio da historiografia com o impacto da “virada culturalista”. Os historiadores franceses, Jean-François Sirinelli e Serge Bernstein foram os responsáveis por essa nova apropriação que excluiu elementos funcionalistas e etnocêntricos encontrados na primeira formulação. Embora o uso da categoria cultura política pelas/os historiadoras/es seja diferente dos cientistas sociais, ambas/os partem da mesma inspiração teórica, “de que a cultura - em sentido antropológico - influencia as decisões e ações políticas” (MOTTA, 2013, p. 17). Portanto, a partir da perspectiva culturalista, o conceito de cultura política fica subentendido que os seres humanos são motivados pelas paixões e sentimentos, como o ódio, medo e esperança (MOTTA, 2013). Considerando os últimos apontamentos, partimos do entendimento de que o conceito de cultura política é polissêmico, podendo ser compreendido como:

[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, expressando identidade coletiva e fornecendo leituras comuns do passado, assim como inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2013, p. 17-18).

Continuando com os apontamentos levantados por Rodrigo Motta (2013), o uso da cultura política como categoria de análise em pesquisas sobre o comunismo, permite entender a duração da existência do comunismo e também suas influências que ultrapassam os limites das estruturas partidárias. Além disso, pensar o comunismo como cultura política, concede uma percepção mais valiosa das motivações para o engajamento “que não se restringiram a identidade ideológica ou a defesa de interesses de classe” (MOTTA, 2013, p. 18). Ainda podemos acrescentar que este aporte teórico ajuda a explicar “os mecanismos de popularização do projeto comunista, que passaram, entre outros caminhos, pela via da manipulação de imagens e sentimentos” (MOTTA, 2013, p. 18).

A cultura política também está relacionada à memória. Os relatos de mulheres, como Zuleika Alambert (1922-2012), Amélia de A. Teles (1944-) e Adalgisa R. Cavalcanti (1905-1997), evidenciam aspectos sobre a participação das mulheres no PCB compartilhando uma cultura política. Ademais, pode-se assim dizer que essas culturas políticas são codificadas e transmitidas pela memória (DUTRA, 2002). Além disso, precisamos entender que cada ser é único e individual, as experiências de vida são apreendidas de maneiras diferentes. Um relato memorialístico não deve ser tomado como uma verdade e incontestável, da mesma forma que um relato diferente não deve ser ignorado. Em entrevista concedida à Fundação Joaquim Nabuco em 1982, Adalgisa demonstrou ser uma mulher apaixonada pelo PCB, diferente de outras ex-militantes que saíram revoltadas do partido.

Outro fator relevante da cultura política comunista é entender que embora o PCB integrasse um movimento internacional, com características, valores e normas semelhantes, em todos os lugares de efervescência comunista, cada organização, partido, deparou-se com as influências das práticas políticas de seu próprio país (MOTTA, 2013). Não foi diferente no Brasil, entre os traços da cultura brasileira que podemos destacar na política, temos a temática da conciliação e da flexibilidade. Em muitos momentos os comunistas precisaram ser flexíveis em meio às negociações e alianças que por um lado foram favoráveis para o partido e, por outro, prejudiciais à sua imagem (MOTTA, 2013). Ademais,

Os comunistas se aliaram a muitos líderes burgueses, capitalistas, oportunistas, demagogos e até conservadores - inclusive alguns dedicados anticomunistas -, e estes conchavos custaram ao partido perda de prestígio e arranhões graves em sua imagem, ao ponto de comprometer sua identidade própria diante da população. Mas vale destacar que eles fizeram tais alianças porque havia parceiros disponíveis; em outros países, os comunistas não teriam essa escolha, pois os costumes políticos em vigor excluíram acomodações semelhantes (MOTTA, 2013, p. 31).

Outro traço a ser evidenciado seria o personalismo, a predominância das relações pessoais associadas às instituições. A personificação na política brasileira é algo forte, a imagem de um líder chama mais a atenção do que os projetos políticos ou as instituições interpessoais. Não foi diferente com o PCB, ganhando mais destaque com a população através da figura carismática de Luiz Carlos Prestes (MOTTA, 2013). Como afirmado,

O PCB tornou-se força política relevante com base no mito prestista, que apelava muito ao “coração” das pessoas ao mobilizar imagens sedutoras: o mártir, o homem abnegado, o militar-revolucionário impoluto, o cavaleiro da esperança. O mito de Prestes foi utilizado com eficácia pelo partido, que se aproveitou dele para crescer além das suas possibilidades. Porém, paradoxalmente, o prestismo aprisionou o comunismo brasileiro, tornando-se problema e ameaça para a organização partidária, o que terminou no rompimento dramático de 1980 (MOTTA, 2013, p. 31-32).

Essas questões abordadas são importantes para compreender as dimensões políticas nas quais o PCB circulava e enfrentava. Sendo oportuno frisar aspectos que caracterizam sua cultura política, possibilitando a apreensão do cenário partidário que a Adalgisa R. C. se inseriu voluntariamente, subsidiada por suas próprias convicções, que foram formuladas através de suas experiências individuais e diálogos plurais entre a classe trabalhadora.

Dando continuidade aos aspectos da cultura comunista, Giocondo Dias, militante e ex-secretário Geral do PCB, que sucedeu a Luiz Carlos Prestes, em uma tentativa de identificar as possíveis motivações que faziam com que uma pessoa se dedicasse à militância comunista, afirmou a existência de três caminhos básicos, são eles: o estômago, a cabeça e/ou pelo coração (FERREIRA, 2002). De acordo com Jorge Ferreira (2002), essas motivações que partem do coração, estômago e cérebro, são frequentemente evidenciadas nos relatos de memória dos militantes, não se tratando de uma interpretação equivocada dos comunistas, tentam explicar reforçando os anseios, desejos, e impulsos direcionados para militância comunista (FERREIRA, 2002). Para Rodrigo Motta (2013), essa expressão metafórica, tratava-se de fontes sensibilizadoras e motivadoras que correspondiam a órgãos do corpo humano. O cérebro estaria relacionado às pessoas que entraram na militância por meio da argumentação teórica e filosófica marxista. O estômago seria aquele que devido à falta de bens materiais, pobreza, encontrava no partido a esperança de ter uma vida melhor. Já o Coração, faria parte aquelas/es que foram conquistadas/os pela sensibilidade, influência dos sentimentos, do imaginário, da identidade e dos valores culturais. Como também, a identificação com as figuras de Luiz Carlos Prestes, a de Stalin, da União Soviética, pela proximidade com parentes comunistas, e/ou seduzidos por fazerem a leitura de algum romance proletário, ou social (MOTTA, 2013).

Diante dessas colocações, podemos afirmar que a Adalgisa foi convencida pelo coração, considerando suas afirmações na entrevista de 1982, a leitura das obras *A Mãe*, de Máximo Gorki e *Os Dez Dias que Abalaram o Mundo*, de John Reed. Além desses dois livros, Adalgisa menciona a influência do fenômeno da Coluna Prestes, baseando-se nas

informações que recebeu de Agostinho Dias de Oliveira e de outros ferroviários<sup>13</sup>. Segundo o historiador Jorge Ferreira (2002), uma/um militante comunista encontrava dificuldade para definir exatamente os motivos da dedicação total e exclusiva ao PCB. Para ele, “o partido era “vivido” entre os adeptos não apenas como uma organização política, comunitária e familiar, mas, sobretudo, como uma entidade mítica” (FERREIRA, 2002, p. 44). Os devotos ao Partido Comunista acreditavam que não eram todas as pessoas qualificadas a ingressarem na vida política comunista. Ficando compreendido que o “ser comunista” tinha como objetivo abandonar para todo o sempre uma vida incerta, sem significados. Dever-se-ia buscar o seu próprio domínio e, assim, libertar todos os povos da opressão econômica, política e da miséria (FERREIRA, 2002).

No grupo de militantes comunistas era preciso ter domínio de palavras, termos e expressões utilizadas na comunicação entre os integrantes. Um exemplo é o uso do termo/nome “trotskista”, sendo considerado algo ofensivo, podendo ser equivalente a “contrarrevolucionário ou nazista” (FERREIRA, 2002). A utilização desse termo/nome nesse sentido está relacionada aos conflitos vivenciados entre Leon Trotsky e o Josef Stálin. Segundo Sheila Fitzpatrick, na Revolução Russa de 1917, o nome de maior destaque era o do intelectual revolucionário Vladimir Ilyich Ulianov (Lenin). No início da década de 1920, Lênin afastou-se do comando ativo devido a problemas de saúde. Ao analisar as qualidades de vários líderes partidários buscando um possível nome para a sucessão, no então chamado Testamento de dezembro de 1922, incluiu o Stálin e o Trotsky, os quais consideravam capacitados para prosseguir com a revolução (FITZPATRICK, 2017). Depois desaprovou totalmente o Stálin, afirmando que:

[...] ele acumulara poderes enormes como secretário-geral do partido, mas talvez não usasse sempre esses poderes com cautela suficiente. Uma semana mais tarde, depois de um enterevo entre Stálin e a mulher de Lênin, Nadejda Krúpskaia, acerca do governo do enfermo Lênin, este acrescentou um pós-escrito ao Testamento dizendo que Stálin era “rude demais” e devia ser afastado de sua posição como secretário-geral (FITZPATRICK, 2017, p. 180).

Lênin, até o final de sua vida, foi reconhecido como líder do Partido Comunista pelos bolcheviques, embora formalmente não houvesse um líder no partido, os comunistas se

---

<sup>13</sup> As motivações que levaram Adalgisa a fazer parte da militância comunista serão abordadas no próximo capítulo.

sentiam ofendidos em pensar na necessidade de um. Em meio aos conflitos políticos internos, os companheiros de partido censuravam o Lênin por conceber sua autoridade pessoal e, “embora Lênin geralmente insistisse em impor suas visões, ele não exigia adulação ou manifestações especiais de respeito” (FITZPATRICK, 2017, p. 178). O partido não ter formalmente um líder, mesmo que o Lênin fosse à figura de maior destaque, permite pensar nas diferenças entre os revolucionários russos e os grupos políticos de extrema-direita, liderados por figuras como Mussolini na Itália e Hitler na Alemanha. Subentendendo como uma característica forte que separa essas organizações de ideais diferentes. Essa característica, também, é direcionada as reflexões sobre organizações femininas, como o Comitê de Mulheres Pró-Democracia que circulou em Pernambuco na década de 1940 e 1950. Na entrevista que a Adalgisa concedeu à FUNDAJ em 1982, ela fala sobre as lideranças nos comitês femininos. Afirmando a inexistência de uma líder, todas eram vistas de forma igualitária, só apenas em situações específicas de ideias colocadas por uma única pessoa, ela passava a “liderar” a ação, constituindo, assim, um funcionamento democrático.

Em relação ao legado político do Lênin, pode-se afirmar a existência do pensamento de dois grupos de historiadoras/es, um que compreende o Stálin como o legítimo herdeiro para prosseguir com a revolução e o outro grupo que classificam o Stálin como um traidor da revolução do Lênin (FITZPATRICK, 2017). Trotsky (1980)<sup>14</sup> não acreditava que o sucessor do Lênin tivesse elaborado um plano estratégico para atingir esse objetivo, para ele, quem escolheu o Stálin para ocupar a posição de destaque no partido foi a burocracia. Essa, segundo Leon Trotsky (1980), não teria vencido apenas a oposição de esquerda, mas também “o partido bolchevique, venceu o programa de Lênin, que apontava como perigo principal a transformação dos órgãos do Estado ‘de servidores da sociedade em senhores da sociedade’”<sup>15</sup>. O Josef Stálin, sujeito possuidor de todas as características favoráveis para ocupar esse papel, tinha o prestígio de um bolchevique e diante da sua influência pessoal era ligado às repartições públicas<sup>16</sup>. No entanto, a atitude do Stálin ao assumir uma posição de

---

<sup>14</sup> TROTSKY, Leon. O termidor Soviético. In. A Revolução Traída. Transcrição de: Alexandre Linares. Brasil: Global Editora, 1980.

Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1936/revolucaotraida/cap05.htm>> Acesso em: 21 de out. de 2023.

<sup>15</sup> Fonte: TROTSKY, Leon. O termidor Soviético. In. A Revolução Traída. Transcrição de: Alexandre Linares. Brasil: Global Editora, 1980.

Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1936/revolucaotraida/cap05.htm>> Acesso em: 21 de out. de 2023.

<sup>16</sup> Fonte: TROTSKY, Leon. O termidor Soviético. In. A Revolução Traída. Transcrição de: Alexandre Linares. Brasil: Global Editora, 1980.

Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1936/revolucaotraida/cap05.htm>> Acesso em: 21 de out. de 2023.

destaque no Partido Comunista foi totalmente diferente do Lênin. Mesmo que ele utilizasse o nome do revolucionário já falecido para se promover.

Também na esfera política houve mudanças, embora de um tipo mais sutil e acessório. O culto a Stálin começou para valer no final de 1929 com a celebração de seu quinquagésimo aniversário. Em conferências partidárias e outros grandes encontros, tornou-se habitual os comunistas saudarem a entrada de Stálin com um aplauso caloroso. Mas Stálin, atento ao exemplo de Lênin, parecia desaprovar esse entusiasmo; e sua posição como secretário-geral do partido permaneceu formalmente inalterada (FITZPATRICK, 2017, p. 241).

A historiadora Sheila Fitzpatrick (2017), ao analisar os aspectos da transição da revolução russa para a pós-revolução, classifica-os em três tipos: “revolução concluída”, “revolução traída” e “o terror”. Esses aspectos se configuram no governo do Stalin. Na primeira - embora com os avanços - a maioria dos atos foram negativos, com perseguições e a coletivização. A segunda estaria relacionada aos retrocessos, direitos como a legalização do aborto, o divórcio e o apoio às mulheres no mercado de trabalho; em 1930, questões como a maternidade e a positividade da vida familiar voltaram a ser pregadas, tudo isso, segundo Fitzpatrick, pode ser entendido como uma atitude reacionária, ela ainda acrescenta que quase quatro milhões de mulheres, entre os anos 1929 e 1935, pela primeira vez, passaram a exercer empregos remunerados, possibilitando compreender que, “[...] um patamar básico da emancipação original das mulheres estava definitivamente estabelecido. Ao mesmo tempo, a nova ênfase em valores familiares às vezes parecia contradizer a velha mensagem de emancipação” (FITZPATRICK, 2017, p. 263). A terceira, “o terror”, estaria relacionada as mortes dos supostos inimigos da revolução.

Observa-se a pregação em torno da família e da maternidade em matérias publicadas no jornal a *Folha do Povo*, o jornal oficial do PCB em Pernambuco, entre essas matérias tem: *Vida Sindical: Proteção à Maternidade*, publicado em 29 de novembro de 1945, e *A família na União Soviética*, publicado em 10 de novembro de 1946<sup>17</sup>. O terceiro aspecto “o terror”, Stálin para permanecer no poder recorreu a métodos violentos, assassinou muitos de seus adversários políticos e tantos outros inimigos, inclusive o escritor Máximo Gorki (1868-1936) foi assassinado em seu governo. Utilizava como justificativa para seus atos a suposta identificação de conspiradores, seguindo ordens de agências de inteligência estrangeira

---

<sup>17</sup> Diante essas questões e matérias serão analisadas mais a fundo.

(alemã, japonesa, britânica, polonesa e francesa) que tinha como objetivo invadir a URSS, derrubar o governo comunista e instalar o capitalismo. Para isso, Stálin utilizava a figura, possivelmente, de seu maior adversário, a do revolucionário León Trotsky que seria “supostamente um agente da Gestapo e também (desde 1926) do Serviço de Inteligência Britânico, que atuava como intermediário entre potências estrangeiras e sua rede conspiratória na União Soviética” (FITZPATRICK, 2017, p. 270). León Trotsky é considerado um intelectual e crítico do governo stalinista da Rússia<sup>18</sup>.

Voltando aos aspectos direcionados e encontrados no PCB, para receber o digno nome de comunista, o partido exigia qualidades tidas como virtuosas e indispensáveis a todas/os aquelas/es dedicados à militância comunista, como “inteligente, virtuoso, humano, judicioso, compreensivo, solidário, constante nas emoções e criador da vida e da alegria, eis as exigências para alguém receber o digno nome de comunista” (FERREIRA, 2002, p. 78). No livro *Prisioneiros do Mito* (2002), de autoria do historiador Jorge Ferreira, observa-se que além da solidariedade e discrição, exigia-se dos militantes ser um bom marido, pai e filho. Do mesmo modo, é frisada a necessidade de se ter domínio teórico e político. No entanto, a única obra de Karl Marx conhecida e, por sua vez, muito mal discutida entre os militantes, tendo em vista não ser exigido a leitura na íntegra, era *O Manifesto do Partido Comunista*. As ideias de Marx, principalmente a dessa obra, circulavam através da oralidade, sendo tidas como uma verdade esclarecedora (FERREIRA, 2002). Embora seja de conhecimento a importância e influência exercida por Lênin, devido ao peso de sua atuação na Rússia Revolucionária de 1917, os militantes do PCB também não tinham domínio das obras do Lênin, os fundamentos do partido eram apreendidos, muitas vezes, através das conclusões encontradas nos manuais, como a *História do Partido Comunista (Bolchevique) da U.R.S.S.* (FERREIRA, 2002). Luís Carlos Prestes, enquanto dirigente do partido, demonstrou preocupação com o “baixo nível ideológico” e despreparo político do proletariado no Brasil (FERREIRA, 2002).

---

<sup>18</sup> Segundo Isaac Deutscher (1970), antes de se tornar um revolucionário, adorava matemática e não tinha interesse por política, muito menos pelas ideias socialistas, considerado um homem arrogante. Foi a partir do contato com indivíduos preocupados com as questões sociais, pobreza que passou a aderir os ideais da esquerda. Pertencia a uma família abastada, recusou-se a ser sustentado pelo pai que reprovava suas ligações revolucionárias. Apesar de suas peculiaridades, era um homem educado e respeitoso com as mulheres. Durante sua primeira prisão, que ocorreu em 1898 devido ao envolvimento com mobilizações contra o czar, mesmo diante de suas péssimas condições na prisão, recusava-se a deixar mulheres lavarem suas roupas, para ele, essa atitude coincidia com comportamentos burgueses. Trotsky teve uma atuação importante durante o período revolucionário russo, demonstrou ser um habilidoso general. Ainda de acordo com Deutscher (1970), biógrafo de Trotsky, o revolucionário sabia utilizar a linguagem de uma maneira que atingia coerentemente, tanto os acadêmicos como os camponeses e cada classe da sociedade. Sendo esse um fator de destaque. Isso explica o quão perigoso ele aparentava ser para as intenções de Stálin. Trotsky foi assassinado em 21 de agosto de 1940, no México.

Considera-se que as dificuldades encontradas por muitas/os militantes em relação às leituras fundamentais tenham a ver com a desvalorização dos intelectuais no governo do Stálin, impossibilitando uma exigência mais rigorosa. Inclusive, os intelectuais, logo no início de 1930, foram distanciados do Comitê Central. O distanciamento entre os comunistas e os intelectuais foi intensificado pelos conflitos entre Stálin e Trotsky, na luta vivenciada por essas duas figuras, os intelectuais se pronunciaram a favor de Trotsky, líder da oposição bolchevista (FERREIRA, 2002). Deste modo,

As relações tensas e conflituosas entre artistas e escritores e os comunistas não foram uma peculiaridade do PCB, mas, sim, uma tradição arraigada na cultura bolchevista. Entre os revolucionários, o intelectual poderia ser elogiado e defendido em um momento para ser hostilizado e execrado em outro (FERREIRA, 2002, p. 187).

No Brasil, os intelectuais passaram a aderir ao PCB após 1945, no período de redemocratização pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) devido à atuação de destaque da URSS e pela desaprovação do fascismo e nazismo. Também se deve ponderar a realidade social do Brasil. Adalgisa R. C. comenta a dificuldade enfrentada para se apropriar teoricamente do básico exigido. Para ela, uma mulher com pouco estudo formal e sem formação acadêmica, precisou se dedicar bastante para conseguir atingir o conhecimento básico, possivelmente, a sua curiosidade e gosto pela leitura foi um fator positivo. Todos os esforços dedicados à causa comunista, ao conseguir ser inserida/o na militância, não quer dizer que a partir daí venha apenas coisas boas. Havia uma dificuldade imensa ao se declarar como membro do PCB, pois com “as perseguições policiais e judiciárias, o militante sofria o estigma de um conjunto de referências que o enquadraram na imagem do *mal absoluto*.” (FERREIRA, 2002, p. 72). A Adalgisa em muitos momentos lidou com perseguições, monitoramentos e prisões. É possível localizar um material detalhado na documentação do DOPS, sendo o prontuário n.º 5306 pertencente a ela, considerada uma das ameaças vermelhas.

O dirigente de base era o responsável por recrutar os operários para a militância comunista. Esse cargo, dentro do PCB, era considerado o mais difícil devido todas as responsabilidades, era necessário ter uma excelente oratória. Ao se pronunciar nas fábricas, denunciando a exploração, em meio ao discurso não se devia mencionar a palavra

comunismo, além de lidar com tantas outras exigências, como na formação, sendo obrigatório estudar os fundamentos do marxismo-leninismo (FERREIRA, 2002).

Na cultura formal que o partido disseminava entre os militantes nos anos 30, o marxismo-leninismo, os cursos não adotavam como método pedagógico discussões políticas, teóricas ou filosóficas, incentivando os militantes a refletirem e a especularem sobre sua própria prática revolucionária. O objetivo era o de formar quadros com noções básicas de “economia política”; fornecer a eles algumas certezas fundamentais, particularmente mitos revolucionários que narravam a missão histórica do proletariado, com a leitura do Manifesto, e a crise avançada e irreversível do capitalismo, com as análises de Lênin sobre o imperialismo; e, finalmente, instruí-los a demonstrarem, com argumentos convincentes, o processo grandioso da construção do socialismo na União Soviética e sua superioridade sobre os países capitalistas, com os textos stalinistas (FERREIRA, 2002, p. 102).

Segundo Jorge Ferreira (2002), após a fracassada tentativa do levante de 1935, foi impossibilitada a circulação de obras revolucionárias e também impediu a organização dos cursos. As ideias impressas do PCB somente voltaram a se movimentar em 1945 com a legalização do partido.

Entre as regras impostas aos revolucionários comunistas, podemos mencionar a de que a maior demonstração de afeto, o amor verdadeiro, deveria ser dedicada apenas ao partido e a classe que o militante fazia parte. Além disso, a consciência política não era vista como o suficiente para a transformação da sociedade. A conduta moral também se caracterizava como um fator fundamental, “ser comunista, portanto, era manifestar, no plano das ideias e da prática cotidiana, uma superioridade intelectual e, acima de tudo, moral sobre o restante da sociedade” (FERREIRA, 2002, p. 125). As/os militantes deveriam sempre evidenciar a elevação da moral comunista diante das atitudes burguesas não recomendadas. Entre os comportamentos deprimentes incompatíveis com os princípios comunistas, estavam: o alcoolismo, jogos de aposta e a prostituição. No entanto, o jogador, o alcoólatra e a prostituta eram vistas como vítimas da “decadência ética do capitalismo e da degradação dos costumes da burguesia” (FERREIRA, 2002, p. 127). Em relação à homossexualidade, naquela época, o PCB era menos compreensivo e intolerante. Para os comunistas, a explicação não se encontrava na base dos fundamentos econômicos e sociais, a causa, em seu entendimento, era de ordem patológica (FERREIRA, 2002).

O governo stalinista chegou ao fim com a morte do líder. Logo em seguida, Krushev denunciou os crimes realizados por Stálin, surpreendendo seus seguidores fiéis. De todas as acusações, 80% correspondiam às que foram feitas anteriormente pelos Trotskistas. Depois disso, o Partido Comunista não foi mais o mesmo “ser comunista não era mais ser stalinista; revolucionar também significava reformar.” (FERREIRA, 2002, p. 302).

Neste subcapítulo, embora a maioria dos nomes citados corresponda a de figuras masculinas, acredito na relevância de pesquisas cujo interesse é discutir a atuação das mulheres na política comunista. Nas próximas páginas, aparecerão mais nomes de mulheres, nas quais discutirei a atuação dessas figuras femininas. Porém, antes disso, evidenciarei a atuação do PCB, mais especificamente, em Pernambuco.

## 2.2. O PCB em Pernambuco

Em Pernambuco, a influência eleitoral do PCB se concentrava no Recife e em suas redondezas, nas cidades maiores. “A política nesta região funcionava dentro do padrão tradicional do clientelismo, numa transferência quase direta da troca de favores entre o eleitor, o chefe local e o poder estadual” (PANDOLFI, 1986, p. 101). Portanto, o sertão e o agreste eram as regiões pernambucanas na qual o PCB tinha menos popularidade. Nesses locais mais afastados da capital, principalmente em zonas rurais, o imaginário anticomunista predominava, assustando as pessoas que mantinham-se distantes das ideias do partido. O alto índice de analfabetismo foi um fator que contribuiu com o desconhecimento. Tendo o imaginário anticomunista se consolidado por meio de histórias transmitidas pela oralidade, por exemplo, contavam os mais velhos, quando indagados sobre o que era um comunista, que se tratava de uma criatura horrível que comia crianças e matava os idosos<sup>19</sup>.

Entre os ex-anarquistas empenhados na criação do PCB, temos a figura de Cristiano Cordeiro que representou o grupo comunista do Recife. Segundo Paulo Cavalcanti (1986), Cristiano Cordeiro, um dos nomes que exerceu grande influência no proletariado pernambucano, considerado a “figura central e um dos expoentes desta nova corrente em Pernambuco” (MENDONÇA, 2016, p. 163). Através de sua atuação no PCB, Cristiano

---

<sup>19</sup> Histórias como essa são encontradas em relatos de memórias, inclusive, Adalgisa fala sobre isso na entrevista de 1982, como também esses relatos aparecem nas histórias que minha bisavó contava.

tornou-se um fenômeno, tanto que a escritora Rachel de Queiroz referiu-se a ele como “A lenda do nordeste”<sup>20</sup>. Cristiano Cordeiro,

[...] foi um dos principais articuladores do estado de Pernambuco, chegando a conspirar com tenentes em 1926. Segundo José Elias da Silva, em Pernambuco, não existia o comunismo, e sim, o cristianismo (relativo a Cristiano Cordeiro). Ele tinha formação em Direito, tendo sido aluno de Joaquim Pimenta, um dos grandes articuladores da proposta socialista Clarté, em Pernambuco. No mesmo grupo de Cristiano Cordeiro, está Manoel de Souza Barros, jornalista e comerciante, participou de muitas das agitações do período, sendo, inclusive, preso, em 1925, por um artigo que escreveu em *A Classe Operária*, onde questionava a situação dos trabalhadores pernambucanos (MENDONÇA, 2016, p. 158).

Na década de 1930, Cristiano integrou a chapa “Trabalhador, ocupa teu Posto!”. Essa chapa foi criada com a intenção de representar a classe trabalhadora do estado de Pernambuco, no planejamento “de governo do partido que representavam eram abordados os mais diversos problemas que atingiam principalmente a classe trabalhadora, a mulher, a família, o negro, o indígena, etc.” (ARAÚJO, 2011, p. 1006). Cristiano Cordeiro se candidatou primeiro como deputado federal, mas não chegou a ocupar o cargo político. Em seguida, ainda na década de 1930, mais especificamente em 1936, pela mesma chapa “Trabalhador, ocupa teu posto!”, candidatou-se como vereador do Recife, dessa vez sendo eleito e empossado no dia 15 de agosto do mesmo ano, no entanto, não só ele, como os demais comunistas, perderam seus mandatos devido à instalação da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas (ARAÚJO, 2011). Desta forma, todas/os as/os militantes comunistas passaram a ser perseguidos.

Além de Cristiano, em Pernambuco tem a figura de Rodolfo Coutinho, seu primo. Ambos pertencentes à família abastada de Nazaré da Mata e empenhados nos centros de estudos marxistas, inclusive, fundaram o primeiro centro de estudos marxista em Pernambuco. O que diferencia essas duas personalidades, embora a educação tivesse sido a mesma, são as conclusões em relação ao destino da revolução, Cristiano “[...] fundamenta suas análises muito no espaço da cidade, sem levantar questões a respeito dos trabalhadores rurais” (MENDONÇA, 2016, p. 169), já Rodolfo “[...] vislumbra no campo a melhor saída para um processo revolucionário” (MENDONÇA, 2016, p. 170). Além disso,

---

<sup>20</sup> CAVALCANTI, Paulo. *Da coluna Prestes à queda de Arraes*. Recife: Editora Guararapes, 1978.

Rodolfo Coutinho insistia muito no conhecimento do marxismo pelos intelectuais como ponto de partida para uma série de mudanças. Por esse mesmo motivo foi incumbido pelo partido a viajar à Rússia, de onde fazia remessa diária do PRAVDA, além de aproximar seus conhecimentos sobre a questão agrária na Rússia para a realidade de Pernambuco. Assim como compreendia ser fundamental abrir escolas que destinassem aos trabalhadores e seus filhos uma educação verdadeiramente revolucionária, entendia que sua tarefa era a de também instruir-se para depois voltar à ação (MENDONÇA, 2016, p. 170).

Rodolfo Coutinho realizou viagens com intuito de aprofundar os conhecimentos relativos à questão agrária na Rússia, visando adaptar o modelo à situação do estado de Pernambuco. Em 1928, ele rompeu com o PCB e dedicou-se aos estudos sobre o trotskismo. Nas duas análises relacionadas à Revolução, a de Cristiano Cordeiro e Rodolfo Coutinho, o elemento mais forte consiste no entendimento e valorização da educação como um fator fundamental para a libertação do operariado (MENDONÇA, 2016). Deste modo, consideram que não basta apenas um engajamento político vazio no sentido de não terem conhecimento suficiente a respeito do marxismo. A apropriação teórica é um fator fundamental para a ação revolucionária. Considerava-se o proletariado de Pernambuco o mais organizado do Brasil (MENDONÇA, 2016). Ainda na década de 1920, Cristiano Cordeiro entendia que,

[...] A resistência a aceitar o socialismo reformista, a persistência em apontar suas limitações, não impediram Cordeiro de participar muitas vezes de coalizações de classe. Aliás, essa foi uma diferenciação para com os outros estados do Brasil. Enquanto eles focaram basicamente na atividade revolucionária pautada nos sindicatos, embora a força não fosse tão grande, em Pernambuco, não se desperdiçou a oportunidade de fazer aliança com a pequena burguesia. Desde a década de 1920, e mesmo no episódio de 1930, conspirou com os tenentes (MENDONÇA, 2016, p. 168-169).

Não é por acaso que muitos dos adeptos às ideias revolucionárias do PCB pertenciam a grupos variados, não se restringindo apenas a classe operária ou a população mais pobre. Essa observação no posicionamento de Cristiano Cordeiro tem uma relação direta com sua origem privilegiada. A organização do PCB em cada estado ou região se configurava da seguinte maneira:

As células de cada região ou estado eram ajustadas por um secretariado geral que centralizaria todo o trabalho. No Recife, Cristiano Cordeiro esteve todo tempo à frente desta centralização, ele conta que por falta de sede, muitas vezes os companheiros se reuniam nos sindicatos. *“O PCB tinha comitês formados no Recife, em João Pessoa, em Maceió e em Natal. Como não era um partido legalizado (...)*

*seus militantes geralmente se reuniam em sindicatos*”. Mesmo com influência sobre outras localidades do Nordeste, tudo leva a crer que, dentro dessa região, a atividade ficou centralizada em Recife (MENDONÇA, 2016, p. 172).

Além das figuras já mencionadas, outro nome masculino de destaque no PC de Pernambuco foi Gregório Bezerra (1900-1983). De origem humilde, analfabeto até os 25 anos, Gregório passou a se interessar pelas lutas de classe através de sua própria experiência no mundo, com o sofrimento e a exploração. Entrou para o exército, local onde foi alfabetizado. Em 1930 teve contato com as ideias do PCB por meio da leitura dos jornais *A Nação* e *A Classe Operária*<sup>21</sup>. Fez parte do grupo de aliancistas, participando do Levante de 1935, por causa desse envolvimento ficou preso por dez anos, ao conseguir a liberdade em 1945, candidatou-se, sendo eleito como deputado federal. “Teve cassado seu mandato com nova prisão em 1947. Foi solto, seguiu para a clandestinidade pelos diversos estados da federação, participando de lutas camponesas pela reforma agrária e nos comitês pela paz mundial”<sup>22</sup>. No período da ditadura de 1964, foi humilhado e torturado.

De toda a história do PCB-PE, as figuras mais lembradas e conhecidas são Cristiano Cordeiro e Gregório Bezerra. Isso não significa que somente esses dois atuaram bravamente, outras e outros também doaram suas vidas à causa revolucionária. Nos próximos capítulos, além de Adalgisa, pretende-se analisar, embora resumidamente, outras atuações femininas.

Muitos dos intelectuais pernambucanos ligados ao PCB tinham formação bacharelesca em Direito, como Cristiano Cordeiro.

No Recife, por exemplo, o Direito foi esta forma de encontrar uma solução para os problemas sociais. Nem sempre de caráter progressista, porém, com grande influência até na organização de movimentos mais populares, uma prova disto é o Partido Comunista de Pernambuco. Não é por simples coincidência que surge a partir do núcleo fundado por ex-alunos dessa instituição (MENDONÇA, 2016, p. 36).

Por este motivo, a Faculdade de Direito do Recife é um símbolo significativo das mobilizações comunistas em Pernambuco. A figura 1 mostra a instituição em períodos aproximados. Não posso deixar de pontuar que a Faculdade de Direito era tida como um

---

<sup>21</sup> Gregório Bezerra: uma entrevista histórica. In: Jacavacando. 07 de abril de 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xDhwI9cUfYw>> Acesso em 12 de fev. de 2024.

<sup>22</sup> 118 anos de Gregório Bezerra, o homem “feito de ferro e flor”. In: Partido Comunista Brasileiro. 13 de março de 2018. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/19020>> Acesso em: 12 de fev. de 2024.

espaço que acolhia tendências das camadas sociais do Brasil ou de fora do país. Adalgisa ministrou palestras nesta Faculdade, infelizmente, não se teve acesso ao material dessas palestras.



Figura 1. Faculdade de Direito do Recife.<sup>23</sup>



Figura 2. Praça 13 de maio.<sup>24</sup>

Muitas das mobilizações e comícios organizados pelo PCB-PE ocorreram na Praça 13 de Maio, naquele momento, décadas de 1930 e 1940, conhecido e referido pelos comunistas

---

<sup>23</sup> Fonte: Coleção Francisco Rodrigues. Autoria: José de Paiva Crespo. Acervo Fundação Joaquim Nabuco/MEC.

<sup>24</sup> Fonte: Coleção Francisco Rodrigues. Autoria: José de Paiva Crespo. Acervo Fundação Joaquim Nabuco/MEC.

como Parque 13 de Maio. Atualmente, essa praça ainda existe em Recife. A figura 2 mostra como era a Praça 13 de Maio em períodos próximos. As imagens 1 e 2 foram coletadas do Acervo da FUNDAJ, não sendo possível identificar a data exata do registro das imagens.

Possivelmente, a pauta mais abordada pelo PCB-PE foi a carestia. Em um contexto amplo, teve relação com a moradia, alimentação, desvalorização profissional, e péssima assistência sanitária (MENDONÇA, 2016), considerando a situação do povo nordestino na totalidade, em Recife, essa questão sempre esteve presente desde 1920. O PCB enfatizava a responsabilidade do governo em garantir uma vida digna para seus cidadãos. Além desse aspecto, tiveram preocupação com as péssimas condições de trabalho da classe operária, muitas vezes provocando acidentes gravíssimos.

Podemos interpretar a carestia de vida sob diversos ângulos, de todos eles a necessidade primeira da alimentação salta aos olhos como pré-requisito para a boa saúde, e em casos extremos, para a manutenção da vida. Não podemos considerar que o acesso do operário a alimentação não seria o mesmo de um proprietário, visto que as condições econômicas impostas impedem o operário de desprender-se de uma parte significativa do salário para custear uma feira mais robusta. Em períodos de crise econômica essa dificuldade se revela ainda mais presente e a qualidade dos alimentos vendidos se deteriora. Isso porque, esse mesmo passa a procurar em locais que vendam cada vez mais baratos, a carne, o pão que fortalecerão o físico para aguentar as longas e pesadas jornadas de trabalho (MENDONÇA, 2016, p. 109).

Em relação à atuação do PCB durante o início da ditadura civil-militar, Adalgisa afirma que o PCB de Pernambuco não funcionava ou se estava ativo não era de seu conhecimento. Tudo indica que, provavelmente, figuras revolucionárias ligadas ao PCB continuaram engajadas na luta contra a ditadura. De certeza, essas ações foram a todo custo impedidas de atingir objetivos maiores. Em uma carta escrita por Paulo Cavalcanti, direcionada a Nelson Werneck Sodré, já no início de 1992, ele faz suas lamentações sobre o destino do PCB:

Recife, 1º/2/1992

Meu caro Nelson Werneck Sodré

O que passa com você é o mesmo que ocorre comigo. Sinto que o velho PCB está acabando, deixando atrás de si um passado heroico, de lutas contínuas na defesa das melhores causas do povo brasileiro; deixando, no martiroológico da História, nomes que honraram a bravura de probos e valentes lutadores. Lembro Gregório Bezerra,

sua dignidade pessoal, sua intrépida coerência ideológica. Lembro Cristiano Cordeiro, “lendo no Nordeste nos anos 30 e 40”, segundo Rachel de Queiroz, em página de memória, dos seus tempos de moça de esquerda, em Maceió e no Recife, ao lado de Graciliano, José Lins, José Auto, Alcísio Branco e até Gilberto Freyre. Lembro o lendário Prestes, de quem se podia divergir, mas sobre quem não se tinha o direito de menosprezar. Lembro tudo isso, com os meus quase 77 anos [...]”<sup>25</sup>

Os rumos que o PCB estava tomando não eram do agrado de todos os membros mais antigos, as mudanças não contemplavam a importância dos que vieram antes. Outro detalhe revelado na carta de Paulo Cavalcanti é o ocultamento dos nomes femininos. No entanto, sabe-se da existência de nome de figuras femininas representativas da política comunista em Pernambuco. Nas próximas páginas, prosseguirei com a intenção de evidenciar os nomes das mulheres atuantes no PCB de Pernambuco, como também suas ações e mobilizações políticas.

A seguir, tratarei de conceitos importantes para essa temática, desenvolvendo um paralelo sobre o movimento feminista e movimentos de mulheres ligadas ao Partido Comunista, sendo relevante para maiores esclarecimentos pontuar as conquistas e discussões sobre as mulheres na URSS.

### **2.3. Entre o feminismo e o comunismo**

Diante dos direitos obtidos e do conhecimento da relevância das lutas feministas, é estranho pensar em mulheres que recusam a utilização do termo “feminista” para si. Possivelmente, essa recusa acontece por intermédio de um conhecimento insuficiente ou construído e consolidado com a opressão machista, patriarcalista e até misógino. O que se cogita esclarecer neste primeiro momento é a relevância de assimilar os significados das palavras/conceitos utilizados em períodos diferentes. Segundo Reinhart Koselleck (2006), é necessário “compreender os conflitos sociais e políticos do passado por meio das delimitações conceituais e da interpretação dos usos da linguagem feitos pelos contemporâneos de então” (KOSELLECK, 2006, p. 103). As mulheres dos dias atuais, principalmente as adeptas a uma política de esquerda, tomam para si a utilização e identificação com o termo feminista. Ao

---

<sup>25</sup> Biblioteca Nacional / Carta de Paulo Cavalcanti, 1 de fevereiro de 1992 [Carta a Nelson Werneck Sodré comentando a história do PCB e criticando a sua atual situação].

recuarmos para a primeira metade do século XX, observa-se uma adesão e conceituação diferenciada.

É nessa direção, de como os conceitos contém registros de historicidades que pretende-se desenvolver a discussão. Essa considerada significativa a este estudo biográfico político que tem a intenção de seguir os rastros da trajetória de uma mulher de esquerda envolvida com a “questão feminina”, porém não identificada como uma feminista se partimos da abrangência do partido escolhido (PCB) a fim de exercer a sua militância política. Adiantamos que nas fontes consultadas não foi encontrada nenhuma referência ao uso do termo feminista.

Primeiramente, nos dispomos a conceituar o termo “feminismo(s)”, apontando os aspectos de sua origem e atuação, nos deteremos mais nos aspectos do(s) feminismo(s) no Brasil. Logo em seguida, apresentaremos as concepções do movimento de mulheres ligado ao PCB, buscando compreender a questão feminina, encaminhando-se para a distinção dessas duas organizações. Para subsidiar essa discussão, utilizarei textos que permitam compreender as influências da União Soviética, tendo em vista ser o PCB um partido inspirado e guiado pelas normas da Internacional Comunista. Para isso, é necessário entender o rumo tomado diante da consolidação dos direitos femininos implementados na URSS (1917-1936), evidenciando suas particularidades e dificuldades.

Margareth Rago, em seu livro *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade* (2013), fala da trajetória do ativismo político de sete mulheres que atuaram no período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), as mulheres mencionadas são: Amélia de Almeida Teles, Ivone Gebara, Criméia Alice de Almeida Schmidt, Norma de Abreu Telles, Maria Lygia Quartim de Moraes, Tânia Navarro Swain, Gabriela Silva Leite. Aspectos como a subjetividade e autobiografia são discutidos pela historiadora que considera “os feminismos como linguagens que não se restringem aos movimentos organizados que se autodenominam feministas” (RAGO, 2013, p. 28). Para Rago, todas as práticas que buscam libertar as mulheres da opressão e cultura misógina são atitudes dignas de serem reconhecidas como características do(s) feminismo(s). Portanto, contemporaneamente, as organizações e mulheres que buscam a libertação do sexo feminino, por mais que não haja uma afirmação identificada como feminista, é possível entendê-las como indivíduos e espaços de organizações vinculadas aos ideais desse movimento, o qual, de acordo com Maria da Glória Gohn (2014), pode-se compreender como um movimento social.

De acordo com José D'Assunção Barros (2016), o feminismo é um conceito de baixo potencial generalizador diacrônico. Barros (2016) afirma que o feminismo surgiu nas últimas décadas do século XIX, e a sua prática foi intensificada a partir do século XX. Não sabemos ao certo quando chegará ao fim, ainda conforme o historiador, supõe-se que esse fim acontecerá com o desaparecimento do “machismo”, que seria “o par antagônico que o gerou como resistência” (BARROS, 2016, p. 168). Dessa maneira, para ele, não é adequado falar de feminismo em períodos anteriores ao seu surgimento, no entanto, podemos utilizá-lo na atualidade (já que não é datado o seu fim) considerando as suas especificidades.

Segundo a historiadora Kalina Vanderlei Silva e o historiador Maciel Henrique Silva, de maneira ampla, também podemos definir o(s) feminismo(s) “como um longo processo não terminado de transformação da relação entre os gêneros” (SILVA; SILVA, 2009, p. 145). Para Hildete Pereira de Melo e Débora Thomé (2018), o feminismo abrange movimentos políticos e sociais com a intenção de construir direitos iguais para todas as pessoas na sociedade. A filósofa brasileira Marcia Tiburi (2019), compreende o feminismo como uma democracia profunda, inicia inserindo as questões relacionadas aos direitos das mulheres, ao avançar interroga “a urgência dos direitos de todos que sofrem sob jugos diversos, em cenários nos quais o poder do capital estabelece toda forma de violência, das mais sutis às mais brutais” (TIBURI, 2019, p. 46). Bell Hooks (2023) conceitua o(s) feminismo(s) como um movimento cuja intenção é acabar com o sexismo, a opressão e exploração sexista.

No texto “Feminismo: uma história a ser contada” (2019) de autoria de Constância Lima Duarte, sendo essa uma versão revisada, originalmente publicada em 2003. A pesquisadora considera a história do feminismo como algo ainda pouco conhecido devido ao fato de não ser quase relatada. Para ela, a bibliografia concernente a esta temática é, “além de limitada, fragmentada, se dividindo entre análises sobre os anos 1930 e a luta pelo voto, ou sobre os anos 1970 e as conquistas mais recentes” (DUARTE, 2019, p. 25). Acredita-se que o(s) feminismo(s) deveria ser compreendido de uma maneira mais abrangente “como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, por iniciativa individual ou de grupo” (DUARTE, 2019, p. 25). Os períodos em que as lutas feministas das brasileiras estiveram em maior evidência e mais próximas de obterem sucesso, sendo estes quatro momentos distintos: 1830, 1870, 1920 e 1970 (DUARTE, 2019).

No primeiro momento histórico do feminismo no Brasil, observa-se que mais que nos outros, é marcado por uma intensa influência vinda de fora. O nome de grande destaque, neste momento, é Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), uma nordestina nascida no Rio Grande do Norte, morou no Recife, Porto Alegre e Rio de Janeiro, depois se mudando para a Europa. Seu primeiro livro, *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (1832), foi o primeiro no país a tratar dos direitos das mulheres na educação e trabalho. Esse livro foi elaborado mediante uma tradução livre de "*Vindications of the rights of woman*" de Mary Wollstonecraft. Segundo Duarte, na obra "Nísia Floresta identifica na herança cultural portuguesa a origem do preconceito no Brasil e ridiculariza a ideia dominante da superioridade masculina" (DUARTE, 2019, p. 27). Ainda de acordo com a autora, para Nísia os homens eram os beneficiados diante da opressão feminina, desse modo, somente o direito à educação concederia às mulheres o desenvolvimento da consciência de sua situação inferiorizada.

No segundo momento, há reivindicações que buscam uma ampliação da educação e meios para serem aceitas como eleitoras. É uma fase marcada pelo grande número de jornais e revistas tratando de temáticas nitidamente feministas. Esses materiais foram produzidos e circularam em vários locais do país, como o Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Bahia. Josefina Álvares (1851-1913) foi uma das primeiras defensoras do voto feminino. Além disso, no decorrer de 1877 lançou uma campanha nacional reivindicando o sufrágio e em 1878 encenou sua peça "O voto feminino" e depois a publicou em formato de livro (DUARTE, 2019).

No terceiro momento, no século XX, as mulheres estão um pouco mais organizadas, além de exigirem o direito ao voto, também clamam pelo acesso ao "curso superior e à ampliação do campo de trabalho, pois queriam não apenas ser professoras, mas também trabalhar no comércio, nas repartições, nos hospitais e indústrias" (DUARTE, 2019, p. 33). Um dos nomes de destaque é o de Bertha Lutz (1894-1976), uma das fundadoras da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, logo em seguida, dando origem à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Um marco importante deste momento aconteceu em 1927, no governo de Juvenal Lamartine (1874-1956) do Rio Grande do Norte. As mulheres conquistaram o direito ao voto, ocorrendo a eleição da primeira prefeita da América do Sul em 1929, Alzira Soriano (1897-1963) venceu a disputa política com 60% dos votos, ocupando o cargo no município de Lajes, como mencionado anteriormente. Deste modo,

A terra de Nísia Floresta saía na frente e impunha-se como provocação para as demais províncias. Imediatamente, as mais combativas militantes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em todos os estados em que estava representada, ocuparam as tribunas para aclamar a iniciativa e exigir o mesmo direito (DUARTE, 2019, p. 35).

Em todo o território nacional, o voto feminino foi conquistado apenas em 1932, sendo efetivado nas eleições de 1934, fazendo do Brasil o quarto país nas Américas a ter este direito, ao lado dos Estados Unidos, Canadá e Equador (DUARTE, 2019). Devido à ditadura do Estado Novo, instalada por Getúlio Vargas em 1937, essa conquista foi retirada, voltando depois em 1945, no período da redemocratização.

O quarto momento da história do feminismo no Brasil, conforme Constância Duarte (2019), visa a revolução sexual e literária. Nos anos de 1970, período da ditadura civil-militar no Brasil, o feminismo teve “seu momento mais exuberante, aquele que foi capaz de alterar radicalmente os costumes e transformar as reivindicações mais ousadas em direitos conquistados” (DUARTE, 2019, p. 39). Mesmo com a conquista de inúmeros direitos, não se pode dar a luta por acabado, pois ainda existem os grupos patriarcais da resistência. É preciso lembrar-se dos salários inferiores, “da presença absurdamente desigual de mulheres em assembleias e em cargos de direção, e da ancestral violência que continua sendo praticada com a mesma covardia e abuso da força física” (DUARTE, 2019, p. 42-43).

É evidente a imensa contribuição do(s) feminismo(s) e da epistemologia feminista para a sociedade e o meio acadêmico, como também para o desenvolvimento desta pesquisa. Apesar da existência do termo feminismo durante o recorte temporal (1934-1948) deste estudo, não podemos deixar de lado os aspectos diferenciados do PCB, tendo esse partido uma história com as feministas, que pode ser entendida como não tão harmoniosa. A historiadora Iraceli Alves (2017), menciona que as militantes do PCB, em meados do século XX, enxergavam o feminismo como um movimento “pequeno burguês”. Dessa maneira, não seria adequado denominar de feministas as militantes esquerdistas antes da década de 1960 (ALVES, 2017). Mesmo assim, a própria autora, denomina as mulheres do PCB de feministas de orientação comunista, desenvolvendo este argumento em sua tese de doutorado defendida em 2020<sup>26</sup>. Para a historiadora Paula Soares (2021), ao fazer isso, Iraceli Alves “acaba

---

<sup>26</sup> ALVES, Iracélli da Cruz. *Feminismo entre ondas: mulheres, PCB e política no Brasil*. Tese. 360 f. (Doutorado em História) – Instituto de História da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2020.

referenciando a percepção historiográfica de que os movimentos feministas seriam tipos ideais de ação política feminina” (SOARES, 2021, p. 38).

Complementando essa discussão, é possível encontrar mais argumentos na obra *O Dicionário Crítico do Feminismo* (2009), organizado por Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré e Danièle Senotier, no verbete “Movimentos Feministas”, escrito por Dominique Fougeyrollas-Schwebel, é colocado que alguns movimentos de mulheres socialistas que lutam pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, “rejeitam a qualificação ‘feminista’ porque a seus olhos está marcada pelos fundamentos burgueses das reivindicações de direitos.” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 144). Dessa forma, “movimentos de mulheres” e “movimentos feministas” assumem significados diferentes, visto que as feministas do século XIX e as do começo do século XX eram mulheres burguesas. O conceito de “movimentos de mulheres” representa “as mobilizações de mulheres com um objetivo único” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 145), como exemplo, pode-se mencionar os movimentos populares de mulheres na América, movimentos pela paz na Irlanda e os do Oriente Médio.

Uma personagem comunista e intelectual importante para compreendermos melhor as contradições existentes entre feministas e comunistas atuantes na primeira metade do século XX é Alexandra Kollontai<sup>27</sup>. Revolucionária russa, atuante no processo revolucionário de 1917. Em sua autobiografia, Kollontai (2007) afirmou ter sido chamada de “louca bolchevique”. Isso aconteceu em virtude de suas ideias extravagantes sobre a liberdade sexual das mulheres. Seus discursos sobre o “amor livre” trouxeram muitas inquietações na Rússia/URSS da primeira metade do século XX.

Partindo para a compreensão de que há diferenças entre as militantes comunistas e as feministas, tendo em vista os objetivos diferentes. Segundo Alexandra Kollontai (1907), as

---

<sup>27</sup> Alexandra Kollontai (1872-1952) pertencia a uma família de posses. Ainda muito jovem, algumas circunstâncias a deixavam indignada, como, por exemplo, a situação de sua irmã, sendo obrigada a casar com um homem muito mais velho devido a interesses familiares. Kollontai se recusou a ter o mesmo destino, contrariou a vontade de seus pais e casou-se com um primo, jovem e sem dinheiro, uma relação baseada no amor. E dele herdou o sobrenome Kollontai. A felicidade em seu casamento durou menos de três anos. Teve um filho. Embora amasse muito seu marido e filho, o casamento, a maternidade, não foi o suficiente para deixá-la satisfeita. Essa suposta vida feliz lhe parecia uma jaula. Renunciou à sua família e resolveu estudar economia política, assim deu início à sua trajetória em defesa dos objetivos revolucionários da classe trabalhadora. Em 1899, envolveu-se com o Partido Social Democrata Russo (POSDR), naquele momento o partido se encontrava na clandestinidade. Em 1915, Kollontai aderiu aos bolcheviques. Afirmou ter sido a primeira mulher na História a ser reconhecida como membro de um governo. Ocupou o papel de diplomata, obtendo êxito nessa função (KOLLONTAI, 2007). No entanto, é como teórica marxista de ideias radicais em relação à causa das mulheres que Kollontai chamou mais a atenção.

mulheres ligadas ao movimento feminista não estavam interessadas nas pautas das mulheres proletárias, apenas em seus próprios interesses. Os objetivos das feministas seriam adquirir os mesmos direitos, o mesmo poder na sociedade capitalista que os homens possuíam. Em contraposição, às mulheres trabalhadoras, buscavam abolir os privilégios da classe favorecida economicamente, sejam pertencentes a essa classe homens ou mulheres, ambos são opressores (KOLLONTAI, 1913).

Ao se encaminhar até a Rússia revolucionária para compreender a “condição feminina” e a busca por melhores meios de vida, contemplamos os avanços em prol da causa das mulheres. As ideias sobre a emancipação das mulheres não foram pensadas e colocadas de maneira isolada, tinha uma ligação direta com as discussões sobre casamento, maternidade, família e amor livre. A questão debatida é como as mulheres seriam inseridas em cada um desses pontos. As mulheres eram oprimidas, pois, no entendimento patriarcal, tratava-se de seres inferiores, o sexo frágil e incapaz: o casamento arranjado com base em interesses econômicos e posição social; a obrigação de gerar filhos; os cuidados do lar, dos filhos e do marido; e, o amor livre que sempre existiu para os homens, mas que era algo pecaminoso e desmoralizante para as mulheres. Isso remete não apenas à Rússia, mas também a vários outros países.

A condição das mulheres na Rússia de 1917-1936 tornou-se diferenciada dos períodos anteriores, do mesmo modo, se distingue da situação vivenciada por mulheres em outros países. A revolução russa de 1917 contou com a participação das mulheres, permitindo a sua não exclusão diante das pautas revolucionárias defendidas pelos bolcheviques. Os quatro pontos da visão bolchevique em relação a elas foram: emancipação das mulheres através do trabalho assalariado, socialização do trabalho doméstico, definhamento da família e união livre (GOLDMAN, 2014).

Os comunistas muitas vezes foram acusados de destruidores da família (família tradicional). Com base nos apontamentos de Alexandra Kollontai (1920), entende-se que o definhamento da família, é apenas uma consequência do regime capitalista. Ao exigir, diante das necessidades financeiras, que as mulheres buscassem trabalho remunerado fora de casa, ocorre um abandono do lar fazendo com que a estrutura familiar até então adotada pela sociedade, seja desfeita. As mulheres não se ocupam apenas do cuidado doméstico e dos filhos. Esses afastamentos e as novas “obrigações” é o que desmonta a família “tradicional”. Os bolcheviques, ou pelos menos a maioria deles, compreendiam essas dificuldades. Então se

passou a pensar em meios que livrassem as mulheres do triplo fardo: trabalho, dona de casa e mãe:

A mulher casada, a mãe que é operária, sua sangue para cumprir com três tarefas que pesam ao mesmo tempo sobre ela: dispor das horas necessárias para o trabalho, o mesmo que faz seu marido, em alguma indústria ou estabelecimento comercial; dedicar-se depois, da melhor forma possível, aos afazeres domésticos e, por último, cuidar de seus filhos (KOLLONTAI, 1920).<sup>28</sup>

Percebe-se que a situação da mulher operária, a mulher pobre, era ainda mais complicada, por não ter a quem recorrer, e assim desenvolver suas atividades profissionais. Nesse sentido, Kollontai defendeu a importância de o trabalho doméstico ser transferido para o domínio do trabalho assalariado. O próprio Lênin frisou a necessidade de socializar o trabalho doméstico e o descreveu como uma atividade improdutiva que oprime a mulher. A libertação das mulheres do trabalho doméstico as deixariam livres para a vida política. A participação de homens e mulheres na vida pública facilitaria o entendimento de que elas seriam iguais, uma camarada (GOLDMAN, 2014).

A “união livre” ou o “amor livre” tinha como objetivo fornecer o direito de liberdade sexual para homens e mulheres. Diante de uma grande discussão, os defensores dessas prerrogativas entendiam o ato sexual como algo natural, tratando-se, segundo Kollontai, de “uma manifestação de um organismo saudável tanto quanto a satisfação da fome e da sede” (GOLDMAN, 2014, p.26). Essas relações seriam baseadas na livre escolha de seus sentimentos, enquanto houvesse amor e atração, haveria união. O respeito e o não julgamento para com as mulheres era uma exigência. Kollontai (1907) evidencia a diferença do “amor livre” na visão bolchevique e a das feministas. Ela pontua que para as feministas, o “amor livre” não teria o mesmo significado para a classe trabalhadora, recebendo um termo depreciativo de “relações sexuais desordenadas”. Do outro lado, teóricos soviéticos que eram contrários a essa ideia de liberdades sexuais, apontaram que a Rússia daquele momento, ainda não estava preparada para tais avanços. Lênin também adotou esse posicionamento, pensando nas consequências sociais. A sociedade russa não tinha meios eficazes para evitar uma gravidez indesejada (GOLDMAN, 2014).

---

<sup>28</sup> KOLLONTAI, Alexandra. O Comunismo e a Família. Trad. Carlos Henrique. In. The Marxists Internet Archive. 1920.  
Disponível em: <[https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1920/mes/com\\_fam.htm](https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1920/mes/com_fam.htm)> Acesso em: 09 de julho de 2023.

O divórcio passou a ser visto pelos bolcheviques como um direito de liberdade individual. Se não há amor em um casamento, é natural ocorrer a separação. Dessa maneira, o “amor livre” teria uma relação direta com o aumento de divórcios. O grande número de divórcios fez com que alguns chegassem à conclusão de que muitos homens se aproveitavam do novo Código para se casar com uma mulher atrás da outra (GOLDMAN, 2014). Ou seja, o que deveria ser visto como uma oportunidade para encerrar relações não benéficas e doentias, principalmente para as mulheres, passou a ser algo muito vantajoso para o público masculino.

De acordo com Kollontai (1920), a conquista do divórcio mostrava os dois pontos de vista de mulheres pertencentes a classes diferentes. Para as mulheres mais ricas, esse direito era uma dádiva diante da desgraça do matrimônio, partindo da compreensão de que muitas eram vítimas de violência. As mais pobres, estavam presas ao ideal de que a mulher precisa de um homem para prosseguir com a vida, o divórcio foi visto como uma desgraça. Segundo a bolchevique, as mulheres deveriam buscar meios de sobrevivência na sociedade, no Estado, por si só, e não em uma figura masculina. Por um lado, mulheres de classe economicamente vantajosa recebiam esse direito como algo positivo e libertador; as mulheres pobres, principalmente as camponesas, ficavam em uma situação muito complicada, pois não tinham como se sustentar, dependiam totalmente do marido e não tinham uma qualificação adequada para conseguir um emprego, muitas ainda tinham filhos para criar sozinhas, tendo como única opção brigar por uma pensão alimentícia.

Muitas mulheres e seus filhos não recebiam o pagamento da pensão alimentícia. Os maridos não cumpriam com suas obrigações, mesmo os que tinham condições de arcar com as despesas. Os juízes determinavam os valores a serem pagos baseados em informações superficiais, a maioria dos valores era insuficiente para sustentar uma ou mais crianças, demorava de um mês a um ano para ser processado. Observa-se um descaso muito grande por parte dos homens e também das autoridades responsáveis em atender e resolver essas demandas. Muitos processos se perdiam diante da quantidade e falta de organização, ocorrendo casos de os próprios réus furtarem o processo (GOLDMAN, 2014). Ainda sobre o “amor livre” e divórcio, havia as dificuldades enfrentadas pelas crianças em situação de rua, seja por não terem nenhum dos pais em casa, ou porque foram abandonadas. Existiam aquelas que fugiam de casa devido às péssimas condições, fome e violência. Então, deduz-se que geralmente: “as crianças vinham de famílias desestruturadas, vivendo como indigentes às

margens da sobrevivência. Elas foram presas por pequenos crimes contra a propriedade” (GOLDMAN, 2014, p. 374).

A situação dessas crianças direciona para a questão do aborto. A União Soviética foi o primeiro país a conceder esse direito às mulheres. Porém, mesmo permitindo que as mulheres interrompessem uma gravidez indesejada, o aborto nunca foi reconhecido como um direito delas. Era subentendido como uma solução para tentar reparar as dificuldades enfrentadas pelo Estado, como a falta de alimentos, habitação, serviços médicos e também a necessidade de que primeiramente o Estado se organizasse para cuidar das crianças. Até mesmo a Alexandra Kollontai defendia que assim que houvesse serviços necessários para isso, não haveria mais necessidade do aborto. Pois para ela a maternidade não se tratava de “uma questão privada”. Nem os juristas que defendiam a “emancipação feminina” e nem as mulheres dirigentes do partido, como Inessa Armand (1874-1920) e Nadezhda Krupskaja (1869-1939), falavam sobre possíveis meios para controlar a natalidade (GOLDMAN, 2014). Em junho de 1936, o Comitê Executivo Soviético Central (TsIK) emitiu um decreto tornando o aborto ilegal. Tanto os médicos como as mulheres que praticassem o aborto seriam penalizados.

A nova lei oferecia incentivos para a maternidade mediante um subsídio para novas mães, bônus grandes para mulheres com muitos filhos e licenças maternidade mais longas para funcionárias administrativas. Também aumentou a quantidade de clínicas de maternidade, creches e cozinhas de leite. Somado às medidas pró natalidade, ficou mais difícil conseguir um divórcio, e as multas e penas para os homens que negassem pagar pensões alimentícias aumentaram. A proibição do aborto foi a peça-chave de uma campanha mais ampla para promover a ‘responsabilidade familiar’ (GOLDMAN, 2014, p. 340).

Um dos maiores responsáveis pelo o que podemos considerar um retrocesso foi o Stalin. Seu governo repressor e aniquilador facilitou a retirada de direitos como o aborto e dificultou o divórcio. Falando mais especificamente do aborto, não podemos deixar de analisar que desde o início de sua legalização, esse “direito” era apenas momentâneo. Dessa forma, esse “retrocesso” já estava inserido no planejamento, em algum momento iria acontecer.

Os direitos concedidos às mulheres na Rússia, de certo modo, reflete o pensamento avançado dos intelectuais envolvidos no processo revolucionário, como também a participação ativa de mulheres comprometidas com as causas “femininas”, seria esse o caso

de Alexandra Kollontai. Pensar e compreender os avanços daquele período é importante devido sua influência mundial. No entanto, não podemos esquecer que as indagações da Rússia para com as mulheres não surgiram do nada, como a própria Wendy Goldman menciona em sua obra *Mulher, Estado e Revolução (2014)*, já havia discussões intensas, trazidas por outros intelectuais, um exemplo seria Friedrich Engels, com sua obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado (1884)*<sup>29</sup>. Mesmo com o apoio teórico já existente, não foi fácil para os teóricos russos desenvolver leis capazes de dar conta da complexidade da situação feminina.

#### **2.4. A “questão feminina” no jornal a *Folha do Povo* (1935, 1945-1948)**

Nesta última parte deste capítulo, tenho a intenção de analisar como a “questão feminina” foi debatida dentro da *Folha do Povo*<sup>30</sup>, jornal oficial do PCB em Recife-PE. As matérias voltadas para essa discussão correspondem aos anos de 1935, 1945, 1946, 1947 e 1948. O recorte tem relação tanto com o período selecionado para a execução da pesquisa, como a disponibilidade e circulação de matérias sobre as mulheres. Como delimitação de análise, observaram-se as matérias que se direcionavam especificamente as mulheres, desse modo, a palavra “mulher” é entendida como uma categoria importante para a realização deste estudo, definido como um conceito utilizado por pessoas que se identificam com o uso desse termo, independente do sexo biológico. É fundamental ressaltar que o assunto discutido nos artigos colhidos no jornal, contém uma discussão a tratar de assuntos políticos, estando o público feminino inserido de um modo mais direto. Para fazer referência às mulheres, no Jornal a *Folha do Povo*, é possível localizar o uso de outros termos:

---

<sup>29</sup> A versão consultada: ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2019.

<sup>30</sup> A *Folha do Povo* é um jornal que não se encontra mais em circulação. A maioria de seus exemplares está localizado no Arquivo Público Jordão Emerenciano, Recife-PE.

MULHER			
Feminina	Dona de casa	Eleitora	Operária
Pernambucana	Mãe	Democrata	Deputada
Brasileira	Esposa	Cidadã	Vereadora
Trabalhadora	Filha	Antifascista	Lutadora
	Guerreira		

Tabela 1: Mulher/PCB/Folha do Povo

Em relação ao uso da documentação, “O estatuto da imprensa sofreu deslocamento fundamental ainda na década de 1970: ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica” (LUCA, 2008, p. 118). Com base nos destaques presentes no jornal, realizarei reflexões a respeito da participação das mulheres no PCB. Adianto que as matérias apresentadas não correspondem ao total exato de todas as reportagens referentes às mulheres, publicadas na *Folha do Povo*, tendo em vista não ser esse o objetivo da pesquisa. As matérias mencionadas nesse espaço constituem uma seleção aliada ao interesse para o prosseguimento deste estudo, considerando que “historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por que” (LUCA, 2008, p. 132).

A *Folha do Povo*, considerado um jornal comunista, começou a ser editado no ano de 1935, sendo logo em seguida proibido de circular devido às divergências entre o PCB e o governo de Getúlio Vargas. O conflito intensificou-se a partir do Levante de 1935, que contou com a participação das/os comunistas pernambucanas/os. Esse jornal, não foi o primeiro em Pernambuco a deter características de produção e discussões destinadas à classe operária. Segundo Astrojildo Pereira (2022), Pernambuco possui o maior e mais importante número de periódicos operários. Dos que foram editados antes e logo no início da República, podemos

citar: *A Locomotiva* (1872); *O Operário* (1879); *Gazeta dos Operários* (1890); *O Socialismo* (1898); *O Clarim Social* (1900); *Aurora Social* (1901-1907).

O jornal a *Folha do Povo* voltou a ser editado apenas em 1945, no período de redemocratização. Continuou em circulação até as décadas posteriores. No livro *Correnteza da Vida* (2003), uma obra memorialística de autoria de Cândida Maranhão Otero, militante comunista e uma das repórteres da *Folha do Povo*, atuante no jornal na década de 1940, escolhida por Adalgisa para exercer a função de jornalista. Cândida mencionou que o diretor do jornal naquele momento era Josué de Almeida, “um rapaz alto de olhos azuis, baiano que depois se casou com Iracema, pernambucana, filha de um deputado do PCB” (OTERO, 2003, p. 110). Depois de Josué, o próximo diretor foi o jornalista e estudante de Direito, Clóvis Melo. Além de Cândida, que atuava como repórter, também havia outro chamado Cláudio, “um bom jornalista, que me ensinou como ser objetiva e escrever somente o essencial” (OTERO, 2003, p. 110). A presença de Cândida na elaboração e produção de reportagens do jornal exhibe a atuação de uma mulher em meio à produção intelectual informativa na estrutura comunicativa do Partido Comunista em Pernambuco. Ela nasceu em 12 de agosto de 1923, em Ceará-Mirim, Rio Grande do Norte. Mudou-se para o Recife com a intenção de estudar medicina, tornou-se médica. Após descobrir a sede da Célula Universitária do PCB, filiou-se ao partido, passando a atuar em comícios (realizando discursos) e como jornalista.



Figura 3. Cândida Maranhão Otero.<sup>31</sup>

Segundo Arleandra Lima Ricardo (2009), a *Folha do Povo* não chegou a ser fechada permanentemente durante esse período, porém sofreu com o vandalismo policial da DOPS, tendo seu maquinário quebrado e funcionários presos. Os militantes do PCB de Pernambuco em suas atividades direcionadas a manutenção do jornal “na sua maioria, escreviam os mais diversos artigos: sobre a vida da mulher na fábrica, a situação do operariado, a carência dos alimentos e sobre os abusos do governo” (RICARDO, 2009, p. 154).

Em relação a atual condição do jornal para pesquisa, embora a péssima condição do material consultado, foi possível coletar matérias e anúncios correspondentes e dirigidos ao público feminino. O objetivo central deste diálogo é identificar os assuntos referentes às pautas das mulheres e como foram inseridas neste jornal do PCB. Iniciarei com a realização de uma pré-análise descritiva das matérias seguindo uma ordem cronológica. Em seguida, a análise final resultou em um conteúdo dividido em três grupos que direcionam o PCB as mulheres, denominados de: as dificuldades das mulheres sob a ótica do PCB; anúncios e proximidades com organizações femininas; representatividade feminina na política do PCB. O último grupo permite uma abertura para discutir sobre a produção de trajetória biográfica

---

<sup>31</sup> OTERO, Cândida Maranhão. *Na Correnteza da Vida*. Porto Alegre: Renascença, 2003, p. 105.

histórica feminina, tratando-se da atuação de mulheres nos espaços de poder com uma perspectiva histórica. A trajetória de Adalgisa se encaixa nesse último aspecto.

O material correspondente ao ano de 1935 é o que mais se encontra nas piores condições. As poucas informações obtidas revelam, ou melhor, permitem entender que a questão das mulheres na *Folha do Povo* se manifestou da seguinte maneira: com um texto intitulado “A mulher e o fascismo”, publicado no mês de agosto; no período de eleições o PCB indicou uma mulher à câmara municipal do Recife; e um breve anúncio publicado no mês de novembro em nome da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (FPPF).

Infelizmente, não foi possível ter acesso ao artigo completo de “A mulher e o fascismo”<sup>32</sup>. O jornal estava rasgado, faltando uma parte. A metade plausível para leitura mostra uma discussão em torno da participação das mulheres de diversos países no Congresso Mundial de Mulheres em Istambul<sup>33</sup>. Delegações femininas do mundo inteiro se reuniram para dialogar sobre a reivindicação de seus direitos, “variadas representantes de raças e civilizações se fizeram ouvir, desde a Escandinávia até a hindú e a africana, povos, idades e costumes do mais variado matiz, todas confraternizaram para melhor lutar pelos seus direitos”<sup>34</sup>. No entanto, as mulheres simpatizantes do fascismo foram impossibilitadas de representar seu povo, sendo: “Proibida de pensar, proibida de agir, proibida até de manter a sua própria subsistência (o casamento tira-lhe o direito ao trabalho remunerado) volta ao passado, mergulhando na antiga escravatura que a banaliza e aniquila”<sup>35</sup>.

Possivelmente esse artigo estava se referindo à situação das mulheres adeptas aos regimes fascistas, que foram instalados ou estavam em ascensão na Europa, como o regime de Benito Mussolini (1883-1945) na Itália e o de Adolf Hitler (1889-1945) na Alemanha.

A legenda “Trabalhador, ocupa o teu posto!”, utilizada nas eleições para a câmara municipal do Recife, destaca a candidatura de 14 homens, entre eles, a figura já mencionada de Cristiano Coutinho Cordeiro, conhecido também como “a lenda do nordeste”. Além disso, o PCB indicou uma mulher para concorrer a essas eleições. A escolhida foi Carmen Ricardo de Sousa, que exercia a profissão de costureira. “De espírito combativo, antifascista e

---

<sup>32</sup> Fonte: A mulher e o fascismo. *Folha do Povo*, Recife, 07 de ago. de 1935.

<sup>33</sup> Na parte acessada da matéria não é informado a data exata do congresso.

<sup>34</sup> Fonte: A mulher e o fascismo. *Folha do Povo*, Recife, 07 de ago. de 1935.

<sup>35</sup> *Ibidem*.

integrada no movimento operário de Pernambuco, Carmen de Sousa é a genuína representante da mulher trabalhadora na luta eleitoral em que está empenhando o proletariado recifense”<sup>36</sup>.



Figura 4. Mulher trabalhadora! Ocupa o teu posto!<sup>37</sup>

Na matéria “Mulher trabalhadora! Ocupa o teu posto!”<sup>38</sup> contém um trecho das opiniões de Carmen:

Trabalhadora como sou - declara - venho desde há muito acompanhando o movimento político-popular aqui de Pernambuco com muita simpatia, pois, estou convencida de que os únicos candidatos que poderão pleitear as melhorias de condições de vida desse exercício de mulheres que vive sem nenhuma proteção e sob o jugo do patronato, são os da nossa popular legenda.

Nós trabalhamos como homens e recebemos salários de mulheres.

Até hoje ainda não se faz ouvir no parlamento uma voz feminina que de fato defenda os interesses da mulher trabalhadora.

Os ateliês onde trabalhamos, são uns verdadeiros antros de torturas.

[...]

Por outro lado, as auxiliares do comércio ganham minguaos ordenados e sofrem as piores das humilhações por parte de certos patrões reacionários, como há poucos dias vimos 4 mocinhas das lojas Sul-americanas serem dispensadas por não se sujeitarem a varrer o salão da mesma.

<sup>36</sup> Fonte: Mulher trabalhadora! Ocupa o teu posto!. *Folha do Povo*, Recife, 24 de set. de 1935.

<sup>37</sup> Fonte: Jornal *Folha do Povo*. APEJE, Recife, 24 de setembro de 1935.

<sup>38</sup> *Ibidem*.

As operárias das fábricas de todos os ramos de indústria vivem subalimentadas e sofrem toda espécie de vexames e humilhações.

Enfim, as mulheres são tratadas atualmente como se fossem burras de cargas.

[...]

É dever de toda mulher trabalhadora, que anseia pelas suas melhorias, apoiar este movimento reivindicador. É o único que defenderá os seus interesses.

[...]

Mulher trabalhadora! Ocupa o teu posto!<sup>39</sup>

Carmen, demonstra ser uma mulher conhecedora das dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras, justamente por pertencer a essa classe. Convoca às mulheres a se unirem e a elegerem como representantes na câmara municipal. Porém, ela não consegue ser eleita. Recife só terá sua primeira vereadora em 1947, a operária Julia Santiago<sup>40</sup>, uma mulher negra que infelizmente não conseguiu finalizar o seu mandato devido às disputas políticas. O PCB lidou com uma oposição empenhada a todo custo em evitar ter uma/um comunista como representante do povo. Essas são as únicas informações obtidas sobre Carmem Ricardo de Sousa<sup>41</sup>.

---

<sup>39</sup> *Ibidem*.

<sup>40</sup> Mais a frente falará de Julia Santiago.

<sup>41</sup> Como não é o objetivo desta pesquisa, não chegamos a fazer uma pesquisa profunda sobre Carmen Ricardo de Sousa. De certo modo, isso reflete na necessidade de uma investigação a respeito de sua trajetória.



Figura 5. Carmen Ricardo de Sousa.<sup>42</sup>

Em 11 de novembro de 1935, é publicado no jornal um anúncio da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino<sup>43</sup>. Devido à péssima condição do jornal, não é possível identificar com total clareza do que se trata, mas possivelmente, teve relação com uma mobilização em benefício do refeitório das moças empregadas no comércio. A FPPF patrocinou esse evento que ocorreu no dia 17 de novembro no Clube Internacional do Recife. Ao disponibilizar espaço para a FPPF publicar seu anúncio na *Folha do Povo*, pode-se deduzir que o PCB, na década de 1930, se relaciona positivamente com organizações de mulheres, mesmo não se tratando de uma organização assumidamente comunista. No entanto, essa foi à única menção referente à FPPF encontrada neste jornal<sup>44</sup>.

Nas edições do jornal, a *Folha do Povo* de 1945, 1946 e 1947, encontra-se um número maior de matérias dedicadas ao público “feminino”. São nesses anos que se localizam informações sobre as candidaturas de Adalgisa R. Cavalcanti. Neste momento, descartei a execução de uma análise em relação a sua candidatura e atuação como deputada, abordarei

<sup>42</sup> Fonte: Jornal *Folha do Povo*. APEJE. Recife, 24 de setembro de 1935.

<sup>43</sup> A Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino foi fundada em 1931 e teve suas ações interrompidas em 1937.

<sup>44</sup> Deve-se considerar que no mesmo ano iniciada a sua circulação, também foi o ano que a *Folha do Povo* parou de circular, 1935, retornando apenas nos últimos meses de 1945. E a FPPF foi extinta em 1937.

esses aspectos nos próximos capítulos. Serão evidenciadas as reportagens voltadas para a “questão feminina”, que por sua vez, em certos momentos fazem alusão a Adalgisa.



Figura 6: Adalgisa Rodrigues Cavalcanti.<sup>45</sup>

No ano de 1945, temos a divulgação de um artigo intitulado de “Vida Sindical: Proteção à Maternidade”<sup>46</sup>, publicado em 29 de novembro de 1945. Enfatizou-se a importância da independência econômica para a emancipação feminina. Fazendo um paralelo com a situação das mulheres na Rússia: “A mulher, na Rússia, tem os mesmos direitos que o homem porque quando trabalha numa fábrica, recebe igual salário como se fosse um homem no desempenho do mesmo ofício”<sup>47</sup>. Outro aspecto mencionado foi a necessidade de uma verdadeira proteção à maternidade para haver de fato igualdade. Se esse direito fosse efetivado por lei, desapareceria “a falsa concepção da inferioridade feminina diante os problemas da vida comum”<sup>48</sup>. Portanto, de acordo com esse texto, a igualdade entre os sexos surgiria por meio de aparatos legais, manifestados na prática.

No ano de 1946, um total de oito matérias que dialogavam com as mulheres da classe trabalhadora foram selecionadas. A primeira, com o título de “A mulher na constituinte”<sup>49</sup>,

<sup>45</sup> Fonte: Jornal *Folha do Povo*. APEJE. Recife, 06 de dezembro de 1945.

<sup>46</sup> Fonte: Vida Sindical: Proteção à Maternidade. *Folha do Povo*. Recife, 29 de nov. de 1945.

<sup>47</sup> *Ibidem*.

<sup>48</sup> *Ibidem*.

<sup>49</sup> Fonte: CAVALCANTI, Carlos. A mulher na constituinte. *Folha do Povo*. Recife, 27 de jan. de 1946.

publicada em 21 de janeiro de 1946, cuja autoria é Carlos Cavalcanti, remete a uma conscientização sobre a relevância de uma mulher na assembleia constituinte. O autor utiliza como argumento a fala e influência de Luiz Carlos Prestes, ao mencionar as palavras do “Cavaleiro da Esperança”: “A mulher, como disse Luiz Carlos Prestes, está mais apta a lutar contra a carestia da vida e contra a falta de gêneros, porque, como dona de casa, sente diariamente na sua própria carne esses problemas, muito mais que os homens”<sup>50</sup>.

Carlos Cavalcanti discorreu brevemente acerca da opressão feminina causada pelos homens. Enfatizou que a conquista dos direitos é obtida por meio da luta política, precisando elas participar dos sindicatos de classe, comitês populares e partidos políticos. Exibiu a relevância do PCB nesse processo, classificando-o como “supremo defensor dos direitos da mulher”<sup>51</sup>. Afirmou que “Nenhum outro partido a aceita com igualdade de direitos e deveres e sem distinção de sexo dentro de suas fileiras. Somente ao Partido do Proletariado é que cabe essa glória”<sup>52</sup>. O Partido Comunista empenhou-se em apresentar nomes de mulheres em todos os estados para disputar as eleições e concorrer ao cargo de deputada federal. Em Pernambuco, o nome escolhido foi o de Adalgisa R. Cavalcanti. Ainda conforme o autor do artigo, é relatada a confiante possibilidade de que Adalgisa seja a primeira representante da Assembleia Constituinte em Pernambuco. A convocação para as mobilizações das mulheres ocorreu através das seguintes palavras:

Para isso torna-se necessário que em todos os locais em que tenham de se proceder novas eleições<sup>53</sup> **sejam organizados, principalmente por mulheres, Comitês Pro Eleição de Adalgisa Cavalcanti**. Que esses comitês arregimentem os eleitores que tornarão a votar, visitem-os de casa em casa, distribuam chapas de mão em mão, para assim assegurarem a vitória daquela valente lutadora que nunca vacilou, nunca mediu sacrifícios, quando estava em jogo os interesses do Povo Brasileiro. **[grifo nosso]**<sup>54</sup>

Nos próximos capítulos falarei mais sobre essas eleições que Adalgisa R. C. participou. Outro artigo selecionado é “Comemora-se, hoje, em todo o mundo, o ‘Dia Internacional das Mulheres’”<sup>55</sup>, não contém autoria. Saiu na edição de 08 de março de 1946.

<sup>50</sup> *Ibidem*.

<sup>51</sup> *Ibidem*.

<sup>52</sup> *Ibidem*.

<sup>53</sup> Carlos Cavalcanti fala das eleições suplementares de 10 de fevereiro de 1946.

<sup>54</sup> Fonte: CAVALCANTI, Carlos. A mulher na constituinte. *Folha do Povo*. Recife, 27 de jan. de 1946.

<sup>55</sup> Fonte: Comemora-se, hoje, em todo o mundo, o ‘Dia Internacional das Mulheres’. *Folha do Povo*. Recife, 08 de mar. de 1946.

Mencionou os atos comemorativos espalhados pelo mundo em homenagem às mulheres, destacando as batalhadoras, como as enfermeiras, estafetas, agentes de ligação, soldadas e principalmente as mulheres antifascistas que enfrentaram a reação fascista. Em termos mundiais, recordam as lutas das “bravas mulheres da Espanha, que enfrentaram o terror franquista. A mulher francesa na luta dos “maquis” contra os fascistas do colaboracionismo; as italianas e as belgas; as holandesas e as dinamarquesas”<sup>56</sup>, enfatizando “o grande valor combativo da mulher, sempre relegada a um plano secundário de ‘bibelôs’, de objetos de luxo no lar, quando não meros animais de reprodução”<sup>57</sup>. No Brasil, principalmente, o PCB se manifestou por meio de comemorações. No Recife, os comitês realizaram conferências e festas de caráter educativo.

Na mesma edição foi publicado mais outro artigo intitulado de “As mulheres antifascistas”<sup>58</sup> reforçando a ideia de que o dia Internacional das Mulheres é direcionado especialmente a todas as mulheres contrárias ao fascismo. As homenagens foram direcionadas para as grandes heroínas do povo que lutaram contra os regimes fascistas. Entre essas mulheres, mencionaram:

[...] Prestemos assim nossa homenagem a Dolores Ibárruri - “Lá Passionaria” - que teve a coragem de enfrentar, com determinação e audácia a fúria do fascismo de Franco e conduzir o povo espanhol em todas as suas lutas de libertação; lembremos também, em nossas homenagens de hoje, essa brava e heroica velhinha d. Leocádia Felizarde Prestes, que enfrentou mil e uma vicissitudes para libertar sua neta das garras dos nazistas, o que valeu do poeta Pablo Neruda o batismo de “Madre heroica”; sim, mãe heroica, mãe do guia amado do povo brasileiro - Luiz Carlos Prestes, - líder, senador e herói do povo; recordemos ainda uma vez o sacrifício e o martírio dessa outra heroína do povo - Olga Benário - cuja coragem serve de exemplo e modelo às mulheres antifascistas do Brasil<sup>59</sup>.

Enfatizou-se que não era suficiente apenas recordar esses nomes femininos. Era preciso que as mulheres atuais seguissem o exemplo dessas antigas revolucionárias. Para isso, seria necessário se engajar politicamente nas organizações de massa, despertando um espírito de luta na classe operária e nas massas populares; auxiliar no fortalecimento do PCB, lutar contra a carestia e a inflação. Na edição do dia seguinte, 09 de março, encontrei uma reportagem acerca da comemoração do dia 08 de março, em “O ‘Dia internacional das

---

<sup>56</sup> Ibidem.

<sup>57</sup> Ibidem.

<sup>58</sup> Fonte: As mulheres antifascistas. *Folha do Povo*. Recife, 08 de mar de 1946.

<sup>59</sup> Ibidem.

mulheres”<sup>60</sup>, expõe a organização e locais que aconteceram as comemorações, os comitês eram responsáveis pela “realização de conferências em suas sedes, sendo as mesmas conferências assistidas por numerosa massa, compostas de famílias, militantes do Partido Comunista e o povo, em geral”<sup>61</sup>. Vários oradores relataram a trajetória de inúmeras mulheres tidas como heroínas do povo. Expuseram as bandeiras defendidas por essas figuras femininas, como a luta contra o imperialismo, contra o capital monopolista, contra a intolerância religiosa e política, contra a exploração do homem pelo próprio homem.

No Brasil, a luta também se configura contra a Carta para fascista de 1937; além disso, é contrária aos resquícios feudais da economia agrícola brasileira; e combate “os remanescentes do nazifascismo, sob a máscara de Partido de Representação Popular, Cruzadas e Frentes Cívicas e União de Resistência Nacional, todas estas, denominações mascaradas do integralismo”<sup>62</sup>. As personagens femininas que discursaram recordando a atuação de suas companheiras foram: Cândida Maranhão (1923-?), Neusa Cardim<sup>63</sup> (em nome do Comitê de Mulheres Pró-Democracia) e Adalgisa R. Cavalcanti “cujo discurso foi interrompido por calorosos aplausos”<sup>64</sup>. A reunião encerrou-se com um pedido de silêncio dedicado as heroínas antifascistas que faleceram diante da violência.

Na matéria “As mulheres da classe média”<sup>65</sup>, exposta no jornal do dia 27 de março, tiveram como intenção despertar nas mulheres pertencentes à classe média uma consciência política para apoiar a luta das/dos comunistas, mencionando-se os preços absurdos dos gêneros alimentícios, principalmente, em períodos de guerra. Igualmente, explica o conceito de Guerra de Libertação Nacional, tendo em vista o entendimento, aparentemente, apresentado distorcidamente por essas senhoras donas de casa da classe média. A Guerra de Libertação Nacional tratou-se de uma “guerra de uma nação pobre, pequena ou mesmo grande no território, mas que os milionários e banqueiros estrangeiros tudo fazem para conservar no atraso e na miséria, como tem acontecido com o Brasil”<sup>66</sup>. O objetivo do PCB com a divulgação deste artigo era convencer as mulheres de classe médias de que ao se unirem como grupo, associação de donas de casa, teriam mais oportunidade de buscar soluções para resolver os problemas assolados por elas.

---

<sup>60</sup> Fonte: O ‘Dia Internacional das Mulheres. *Folha do Povo*. Recife, 09 de mar. de 1946.

<sup>61</sup> *Ibidem*.

<sup>62</sup> *Ibidem*.

<sup>63</sup> Não foi encontrado nenhuma referência à data de nascimento e falecimento de Neusa Cardim.

<sup>64</sup> Fonte: O Dia Internacional das Mulheres. *Folha do Povo*. Recife, 09 de mar. de 1946.

<sup>65</sup> Fonte: As mulheres da classe média. Jornal *Folha do Povo*. Recife, 27 de março de 1946.

<sup>66</sup> *Ibidem*.

Isso é o que deveis fazer; apoiar a nossa luta, fundando as associações das donas de casa, para apresentar aos nossos deputados o estudo dos vossos problemas e apoiá-los decisivamente, para que se sintam fortes do apoio popular, para exigir do governo e da Assembleia medidas de real benefício para o povo, para os trabalhadores, para todos os brasileiros, enfim.

Que todas as donas de casa meditem em nossas palavras e procurem discuti-las, com suas parentas, com suas amigas, suas comadres, suas vizinhas, em suma, com todas as mulheres de suas relações.

E daí haverá de surgir um grande movimento das donas de casa que irá passar à nossa história como o mais democrático de todos os nossos movimentos de opinião.<sup>67</sup>

O acolhimento das questões das donas de casa de classe média chama muito a atenção. Demonstrou que embora o foco do PCB em relação às mulheres fosse discutir os infortúnios das trabalhadoras, operárias, havia espaço no partido para as demais mulheres, ou seja, fica nítida uma abertura presente na estrutura política partidária comunista. Na edição do dia 26 de maio, me deparei com o artigo de Beatriz Raffo<sup>68</sup>, “A Mulher deve lutar por suas próprias reivindicações”<sup>69</sup>, lamentavelmente o texto está incompleto. Logo no início, Beatriz falou sobre a importância da educação, do conhecimento para as mulheres ocuparem o mercado de trabalho, sendo justamente o exercício de uma atividade remunerada que garantiria a emancipação feminina, no entanto, apesar de ocuparem o mesmo cargo que figuras masculinas, seus salários eram inferiores.

Para se ter uma mudança completa, as próprias mulheres deveriam lutar por suas reivindicações, “Devemos, portanto, lutar pela igualdade de salários e remunerações de homens e mulheres que executam trabalhos iguais”<sup>70</sup>. O alto custo de vida também era um problema que ocasionou outro, o da alimentação, precisando buscar meios para resolver, deste modo, deveriam lutar “pelo estabelecimento de restaurantes econômicos que resolverá, pelo menos em parte, o crescente custo de vida e as dificuldades de transporte nas horas reservadas para o almoço”<sup>71</sup>. Pautas semelhantes às reivindicadas na URSS.

---

<sup>67</sup> *Ibidem*.

<sup>68</sup> Possivelmente uma trabalhadora que além do nome não obtivemos mais nenhuma informação.

<sup>69</sup> RAFFO, Beatriz. A mulher deve lutar por suas próprias reivindicações. *Folha do Povo*. Recife, 26 de mai. 1946.

<sup>70</sup> *Ibidem*.

<sup>71</sup> *Ibidem*.

Em 20 de setembro de 1946 houve uma convocação exposta no jornal a *Folha do Povo*, “A comissão municipal convoca as mulheres comunistas”<sup>72</sup>. A reunião tinha a intenção de reunir as mulheres para dialogarem sobre o grande comício realizado na próxima segunda-feira. Evidenciou-se a inclusão e participação “feminina” na organização dos grandes eventos políticos ofertados pelo PCB. O último artigo selecionado do ano de 1946 foi publicado em 10 de novembro, “A família na união soviética”<sup>73</sup>, sendo este uma tradução do texto de T. Serebrennikov. Não foi possível identificar a escrita de algumas palavras devido à condição não tão boa do jornal. Mas pode-se entender que destacou a situação das mulheres na Rússia quando era governada pelos czares e de como elas conquistaram direitos com a Revolução Russa de 1917. Inclusive, tentou desfazer as ideias negativas relacionadas aos laços familiares que os inimigos da revolução compartilhavam na tentativa de diminuir o significado dos avanços:

[...] Os inimigos da vida nova que a URSS construía, tem espalhado que, ao se quebrarem os velhos laços familiares, se dissolvam, se destruiu inevitavelmente a família, e se encorajaram todos os excessos sexuais. Isto corresponde a um engano dos mais grosseiros. O poder dos Sovietes revoga as antigas leis que desagregavam a família no seu próprio cerne, e condenavam a mulher a uma eterna escravatura. A família na URSS não tem sido senão reforçada, é uma família nova, vigorosa e unida, como nunca existiu outra, e na qual há realmente igualdade [...].<sup>74</sup>

Encaminhando-se para a análise das matérias selecionadas do ano de 1947, há um total de mais oito reportagens. Iniciando com uma de 05 de janeiro, “Pelópidas, o candidato das donas de casa”<sup>75</sup>. Essa reportagem exibiu o apoio concedido pelas mulheres a Pelópidas Silveira<sup>76</sup> que estava concorrendo às eleições para ocupar o cargo de governador de Pernambuco, “Dezenas de mulheres de todas as categorias falam sobre o candidato do povo e sua confiança no dia 19 de janeiro - Como Prefeito ele fez muito, como Governador fará muito ainda”<sup>77</sup>. Comitês de mulheres pró-Pelópidas Silveira foram criados para auxiliar na campanha, demonstrando a mobilização das mulheres com o apoio do PCB em Pernambuco.

<sup>72</sup> Fonte: A comissão municipal convoca as mulheres comunistas. *Folha do Povo*. Recife, 20 de set. de 1946.

<sup>73</sup> A família na união soviética. *Folha do Povo*. Recife, 10 de nov. 1946.

<sup>74</sup> *Ibidem*.

<sup>75</sup> Fonte: Pelópidas o candidato das donas de casa. *Folha do Povo*. Recife, 05 de jan. de 1947.

<sup>76</sup> Pelópidas Silveira (1915-2008), ex-prefeito do Recife. Contou com o apoio do PCB na sua candidatura a governador de Pernambuco, mas não foi eleito.

<sup>77</sup> Fonte: Pelópidas o candidato das donas de casa. *Folha do Povo*. Recife, 05 de jan. de 1947.

A próxima matéria, “Eleita a representante do Brasil na reunião da Federação Inter. das Mulheres”<sup>78</sup>, do dia 15 de fevereiro de 1947, referiu-se à eleição de Alice Tibiriçá (1886-1950) para representar as brasileiras durante a reunião do Conselho da Federação Democrática Internacional de Mulheres, acontecido no dia 21 de fevereiro, em Praga, na Tchecoslováquia. No dia 25 de fevereiro, há mais uma notícia “Reunida a Federação Internacional de Mulheres”<sup>79</sup>, informando a recepção e o que foi discutido.

[...] A comissão executiva, reunida antes da instalação, aprovou a ordem dos trabalhos, que inclui o relatório do Comitê Executivo sobre os seus trabalhos e sobre a contribuição das mulheres à causa da defesa da paz e da democracia, relatórios sobre a posição da mulher em países coloniais e semicoloniais, sobre a posição da mulher negra nos Estados Unidos, e outras questões [...].<sup>80</sup>

O título da matéria “União das Donas de Casa do Bairro de São José”<sup>81</sup> do dia 25 de fevereiro correspondeu a um breve apanhado de informações compartilhadas durante a última reunião dessas mulheres que integraram a organização. Mediante suas ações, foi relatada a instalação de um posto para distribuir alimentos aos necessitados. A próxima matéria selecionada, a do dia 01 de março, mais uma vez, o “Congresso Internacional das Mulheres”<sup>82</sup>, como algo importante, digno de sair nas páginas do jornal a *Folha do Povo*. Como já mencionado anteriormente, Alice Tibiriçá, foi a escolhida para representar o Brasil, contou com a ajuda do Comitê de Mulheres Pró-Democracia para custear a sua viagem. Neste artigo, durante a reunião, as delegadas representantes de seus países conversaram sobre as novas possibilidades surgidas, decorrente do acesso à democracia e a derrota do nazifascismo. Discutiu-se a colaboração das mulheres em defesa da paz e contrárias ao imperialismo; a posição das mulheres negras nos Estados Unidos também foi digna de atenção, além da “organização do movimento feminino nos países semicoloniais, são temas de palpantes interesses para o progresso e o bem-estar da humanidade”<sup>83</sup>. Mais uma vez, agora em 1947, uma nova matéria destinada a prestigiar as ações femininas, “O Dia Internacional das Mulheres”<sup>84</sup>, publicado em 08 de março daquele ano. Consoante o artigo, as

<sup>78</sup> Fonte: Eleita a representante do Brasil na reunião da Federação Inter. das Mulheres. *Folha do Povo*. Recife, 15 de fev. de 1947.

<sup>79</sup> Fonte: Reunida a Federação Internacional de Mulheres. *Folha do Povo*. Recife, 25 de fev. de 1947.

<sup>80</sup> *Ibidem*.

<sup>81</sup> Fonte: União das Donas de Casa do Bairro de São José. *Folha do Povo*. Recife, 25 de fev. de 1947

<sup>82</sup> Fonte: Congresso Internacional das Mulheres. *Folha do Povo*. Recife, 01 de mar. de 1947.

<sup>83</sup> *Ibidem*.

<sup>84</sup> Fonte: O Dia Internacional das Mulheres. *Folha do Povo*. Recife, 08 de mar. de 1947.

mulheres se apropriaram da consciência de seus direitos dia após dia, chegando a ser visível a conquista de direitos próximos aos dos homens em alguns países. Sendo a URSS o local de “inexistência” de diferenças entre os sexos. No entanto, no Brasil, as mulheres ainda lidam com a opressão imperialista, “além dos preconceitos semifeudais e seculares que a reação tem interesse em conservar”<sup>85</sup>. Isso significou que as brasileiras, igualmente a outros países, precisavam “sustentar uma luta mais dura para consecução dos seus plenos direitos. Luta que se funde com a de todo o povo, porque busca os mesmos objetivos: progresso e bem-estar”<sup>86</sup>. Apontou-se a maior responsabilidade a mulher trabalhadora, a que mais “sente os problemas do povo e que dispõe de melhores condições para se organizar em defesa dos direitos de todas as mulheres”<sup>87</sup>.

Em 26 de setembro de 1947, me deparei com a divulgação da matéria “Fundada a Liga Feminina de Nova Olinda”<sup>88</sup>. Essa nova organização feminina não foi a única a ser criada, anterior a ela teria sido fundada a “Liga das Donas de Casa de Águas Compridas”. A Liga Feminina, naquele momento tinha como diretoria provisória: Presidente - Zulmira Torquato de Lima; vice-presidenta - Olindina dos Santos; 1.<sup>a</sup> secretária - Rute Monteiro; 2.<sup>a</sup> secretarias - Albina Monteiro; tesoureira - Maria Martins do Nascimento; oradora - Maria José de Santana; e como diretora de publicidade - Sebastiana Elias.

A exibição das matérias do ano de 1947 é finalizada com uma publicação do dia 26 de setembro, “Instalado o Comitê Pró-candidatura Julia Santiago”<sup>89</sup>. “No domingo último, às 14 horas, à rua da Zoada, no bairro de São José, foi instalado, solenemente, o Comitê Pró-candidatura da operária têxtil Julia Santiago”<sup>90</sup>. Além desse comitê, outros foram criados apoiando a candidatura de Julia Santiago, ela venceu as eleições e passou a ser a primeira vereadora do Recife, pelo Partido Social Progressista (PSP), tendo em vista que o PCB encontrava-se na ilegalidade, “lançava seus candidatos por outros partidos, o que, no jargão partidário, era chamado de “entrismo” (FERREIRA, 2023, p. 52). Julia Santiago tinha uma relação de amizade com Adalgisa<sup>91</sup>. Julia nasceu em novembro de 1917, até os dez anos viveu no município de São Lourenço da Marta, depois se mudou para o Recife, onde começou a

---

<sup>85</sup> *Ibidem.*

<sup>86</sup> *Ibidem.*

<sup>87</sup> *Ibidem.*

<sup>88</sup> Fonte: Fundada a Liga Feminina de Nova Olinda. *Folha do Povo*. Recife, 26 de set. de 1947.

<sup>89</sup> Fonte: Instalado o Comitê Pró-candidatura Júlia Santiago. *Folha do Povo*. Recife, 26 de set. de 1947.

<sup>90</sup> *Ibidem.*

<sup>91</sup> Essa relação de amizade é nítida na entrevista que Julia concedeu a FUNDAJ, em 02 de dezembro de 1983. No entanto, na entrevista de Adalgisa realizada 1982, ela não mencionou o nome de Julia.

trabalhar em uma fábrica de malha, sendo esse seu primeiro emprego, ainda aos 10 anos. Na adolescência iniciou a trajetória sindical e política. Na década de 1930 entrou para a militância comunista e foi presa várias vezes devido a suas posições políticas. Ela faleceu em 1989 (RODRIGUES, 2017).



Figura 7. Julia Santiago da Conceição.<sup>92</sup>

Em relação ao ano de 1948, há uma abundância de matérias direcionadas ao descontentamento com a cassação dos deputados comunistas. Em relação às matérias destinadas à questão das mulheres, tem um número menor comparado aos dois últimos anos. Destaquei três reportagens consideradas mais relevantes para este momento. A primeira, intitulada de “O Dia Internacional da Mulher”<sup>93</sup>, como nos anos anteriores, mais uma vez essa data foi lembrada, no entanto, sendo exibida em 9 de março, a data comemorada era o dia 8 de março.

Logo abaixo do título da matéria, há uma descrição geral do conteúdo abordado, neste caso, tratou-se do significado da data. A elaboração do texto ocorreu através do recorte de trechos do manifesto da Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM),

---

<sup>92</sup> Fonte: <<https://vozesdazonanorte.blogspot.com/2011/06/julia-santiago-primeira-mulher.html>>. Preferimos utilizar essa imagem do blog “Vozes da Zona Norte” do que a do Jornal devido à falta de qualidade da imagem.

<sup>93</sup> Fonte: O Dia Internacional da Mulher. *Folha do Povo*. Recife, 9 de mar. de 1948.

manifesto exibido no dia anterior a esta publicação. O termo “apelo dramático” foi usado para se referir ao discurso da FDIM. Foi exposto que a referida organização falava em nome de 80 milhões de mulheres que desejavam a felicidade dos filhos, soberania, prosperidade para os países ao qual pertencem e a paz mundial. O apelo foi feito com a intenção de que as mulheres do mundo inteiro unissem para lutar pela liberdade, democracia e paz. Ao mesmo tempo, para denunciarem os planos de guerra e as manobras que buscam romper a unidade do movimento de mulheres. Mencionou-se a importância da união das mulheres para lutarem contra as opressões políticas enfrentadas em seus países, por exemplo, as mulheres da América Latina deveriam lutar pela democracia e pela soberania nacional.

Colocando-se como defensoras da liberdade, deveriam exigir dos governantes o rompimento das relações com os países que se encontravam dominados por regimes fascistas, destacando o regime franquista, como ficou conhecido o governo de Francisco Franco na Espanha. Deste modo, todas as mulheres pertencentes aos países que não são regidos por uma verdadeira democracia, receberam o apoio da FDIM na luta contra as opressões fascistas e imperialistas que geraram guerras e causaram a retirada da liberdade. A União Soviética, na perspectiva FDIM, era vista como uma pátria regida pela mais sólida democracia rodeada pela paz. A comemoração do Dia Internacional da Mulher foi vista como uma data importante para celebrar união e convidar todas as mulheres para lutarem em favor da democracia.

Na segunda reportagem, intitulada de “Lutam as mulheres pela paz”<sup>94</sup>, lançada no dia 02 de dezembro de 1948, tratou-se de uma entrevista feita à jornalista Nair Batista para falar sobre o II Congresso Internacional de Mulheres que acontece em Budapeste, capital Húngara.<sup>95</sup> Nair Batista foi uma das escolhidas para representar o Brasil no congresso, sendo ela a: “Presidente do Comitê de Mulheres Pró-Democracia, do Rio de Janeiro, redatora do *O Momento Feminino*, renomada poetisa, Nair Batista é uma das mais consequentes batalhadoras pelas reivindicações e os direitos da mulher em nossa pátria”<sup>96</sup>.

Segundo Nair Batista, a finalidade do evento foi unir as mulheres fraternalmente para discutirem seus problemas, que também estavam ligados à paz. Os resultados das discussões previstas para acontecerem no evento foram divulgados com a intenção de informar sobre como estavam às crianças em situações de guerra, além disso, também foi discutida a situação das mulheres de modo geral e, de forma mais específica, a situação das mulheres pertencentes

---

<sup>94</sup> Fonte: Lutam as mulheres pela paz. *Folha do Povo*. Recife, 02 de dez. de 1948.

<sup>95</sup> Não é mencionada a data exata que ocorreu o evento.

<sup>96</sup> Fonte: Lutam as mulheres pela paz. *Folha do Povo*. Recife, 02 de dez. de 1948.

à classe trabalhadora. Prosseguindo com a entrevista da jornalista carioca à *Folha do Povo*, ela pontuou a situação das mulheres da classe média, sendo tratadas como escravas de seus maridos, pois precisavam do dinheiro deles para viver, do mesmo modo eram escravas dos rigores da sociedade que negavam direitos visando aprisioná-las. Os artigos de luxos eram vistos como um tipo de manobra utilizada para que essas mulheres não enxerguem os problemas de sua época. Em relação à situação das mulheres proletárias, consideradas possuidoras de uma vida mais dura, exploradas e expostas a sérias privações, à miséria no lar que dificultava a criação dos filhos, principalmente com a falta de creches, escolas, roupas e alimentos.

Em meio aos diálogos do Congresso de Mulheres, foram destacadas as preocupações em relação ao futuro das famílias e a ausência de alegria das crianças diante das dificuldades, da pobreza, fatos conhecidos que mereciam a organização e união das mulheres na luta por melhores condições de vida. Comprovando o quanto era significativa essa união, Nair Batista compartilhou os resultados do empenho e organização de um pequeno movimento feminino do Brasil, conseguindo por duas vezes enviar representantes para participarem de congressos internacionais em defesa da paz. A união foi um fator importante, e as mulheres de outros países estavam fazendo o mesmo, unindo-se.

Na matéria “O segundo Congresso Internacional de Mulheres”<sup>97</sup>, publicada no dia 8 de dezembro de 1948, foi discutido, mais especificamente, como ocorreu a sua organização. Considerou-se o evento como um acontecimento de máxima importância para o desenvolvimento do campo democrático e anti-imperialista, incluindo a luta dos povos contra a guerra e o fascismo. Centenas de mulheres democratas espalhadas pelo mundo compareceram a este evento. Entre elas, oito representando o Brasil, destacando-se no jornal apenas o nome de três: Arcelina Mochel, Zora Seljan e Nair Batista. As outras cinco mulheres brasileiras não foram mencionadas. Para ser compreendida a importância do Congresso Internacional de Mulheres, nesta reportagem, contém a “Ordem do Dia”, ou seja, o que foi discutido:

#### ORDEM DO DIA

I- Informe sobre a atividade da Federação Democrática Internacional de Mulheres.

---

<sup>97</sup> Fonte: O segundo Congresso Internacional de Mulheres. *Folha do Povo*. Recife, 08 de dez. de 1948.

II- Trabalhos sobre o movimento internacional de mulheres na luta pela paz e pela democracia.

III- Defesa dos direitos políticos e econômicos das mulheres (operárias, camponesas, profissões liberais, donas de casa, etc.)

IV- Desenvolvimento do movimento feminino democrático nos países da Ásia e da África.

V- Situação da infância.

VI- Ratificação de adesões feitas após o I.º Congresso. (O segundo Congresso Internacional de Mulheres.<sup>98</sup>)

Além do que já foi mencionado, ainda contém a organização estrutural da Federação Democrática Internacional de Mulheres e uma carta - assim é mencionado - escrita pela francesa Marie-Claude Vaillant Couturier (1912-1996), falando sobre os preparativos e organização do Congresso.

Nos anos de 1946, 1947 e 1948, no jornal *Folha do Povo*, deparei-me com convites do Comitê de Mulheres Pró-Democracia de Pernambuco. Esses convites informavam as datas das reuniões. Convidavam suas associadas, demais representantes de organizações femininas e de Comitês Populares Democráticos, acolhendo, também, aquelas/es interessadas/os em comparecer, chegando até mesmo Luiz Carlos Prestes como senador a participar em uma dessas reuniões, em 3 de janeiro de 1947, para falar sobre assuntos referentes à campanha eleitoral. Adalgisa R. Cavalcanti fazia parte do Comitê de Mulheres Pró-Democracia, sendo uma de suas associadas.

A análise final deste material, resultou em uma divisão inserida em três grupos: 1. As dificuldades das mulheres sob a ótica do PCB; 2. Anúncios e proximidades com organizações femininas; 3. Representatividade feminina na política do PCB em Pernambuco. Os dados podem ser visualizados na tabela a seguir.

---

<sup>98</sup> *Ibidem.*

1. As dificuldades das mulheres sob a ótica do PCB	2. Anúncios e proximidades com organizações femininas	3. Representatividade feminina na política do PCB-PE <sup>99</sup>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- O fascismo é considerado um problema sério para as mulheres efetivarem a conquista de seus direitos.</li> <li>- Desigualdade salarial</li> <li>- Falta de proteção à maternidade.</li> <li>- A ausência das mulheres na política, remetendo à falta de representatividade.</li> <li>- Desafios políticos e econômicos.</li> <li>- Falta de educação formal.</li> <li>- Salários desiguais entre homens e mulheres.</li> <li>- Ausência de mulheres na política e nos eventos do PCB.</li> <li>- Imagem negativa destinada à conduta moral atribuída às mulheres do PCB.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino.</li> <li>- Federação Internacional de Mulheres</li> <li>- Federação Democrática Internacional de Mulheres.</li> <li>- Comitê de Mulheres Pró-Democracia.</li> <li>- Liga Feminina de Nova Olinda.</li> <li>- União das Donas de Casa do Bairro de São José.</li> <li>- Mulheres antifascistas.</li> <li>- Dia Internacional das Mulheres.</li> <li>- Congresso Internacional das Mulheres.</li> <li>- Lutem pelas mulheres pela paz.</li> <li>- Comitês populares democráticos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Carmen Ricardo de Souza.</li> <li>- Adalgisa Rodrigues Cavalcanti.</li> <li>- Julia Santiago da conceição</li> <li>- Cândida Maranhão Otero</li> <li>- Neusa Cardim.</li> <li>- Zulmira Torquato de Lima.</li> <li>- Maria da Penha.</li> <li>- Juraci Goes.</li> <li>- Alice Tibiriçá</li> <li>- Olindina dos Santos.</li> <li>- Rute Monteiro.</li> <li>- Albina Monteiro.</li> <li>- Maria Martins do Nascimento.</li> <li>- Maria José de Santana.</li> </ul>

<sup>99</sup> Os nomes femininos mencionados não correspondem a todos os encontrados na *Folha do Povo* ou os citados no corpo do texto.

		- Sebastiana Elias.  - Nair Batista.
--	--	--

Tabela 2: Mulheres na *Folha do Povo*.

No primeiro grupo, “As dificuldades das mulheres sob a ótica do PCB-PE”, fazem parte as matérias que trazem o diálogo com as mulheres por parte direta do PCB, possibilitando evidenciar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres segundo a perspectiva do Partido Comunista.

Na segunda parte, “Anúncios e proximidades com organizações femininas”, encontram-se os anúncios das atividades desses grupos de mulheres e as organizações femininas que aparecem nas folhas do jornal comunista, permitindo inferir uma proximidade pacífica com os citados grupos de mulheres. Nesse sentido, o PCB estabeleceu um diálogo harmonioso com variadas organizações femininas. Além disso, fica subentendido que ao noticiar positivamente a atuação dessas organizações e suas pautas defendidas, o PCB demonstrou ser favorável à ocupação feminina na política. Do mesmo modo, a organização das mulheres antifascistas, as comemorações do dia 08 de março, como também, os congressos internacionais de mulheres que lutaram pela democracia e pela paz remetem a um alinhamento com os ideais do PCB, além de ter uma relação direta com o contexto do período.

A última parte, “Representatividade feminina na política do PCB-PE”, é reservada para a localização das mulheres que atuaram politicamente no PCB, sendo estas mulheres representantes na política pernambucana. Além de Carmem, Adalgisa e Julia, encontrei nomes de outras mulheres, como: Cândida Maranhão Otero, Neusa Cardim, Zulmira Torquato de Lima, Maria da Penha, Juraci Goes, e tantas outras que, até o momento, permanecem no anonimato, tendo em vista a dificuldade de obter informações sobre elas.

O objetivo foi identificar como as mulheres e suas questões foram lidadas pelo Partido Comunista em Pernambuco, utilizando como fonte de análise o jornal a *Folha do Povo*. Chegando à conclusão de que a discussão sobre os problemas das mulheres, conforme a visão

do PCB, aparecem mais no ano de 1946. Em relação à proximidade com as organizações femininas, encontramos evidências desde 1935. Tendo se intensificado a partir do ano de 1947. Ademais, a divulgação dos nomes representativos de figuras femininas na política comunista também é relevante para a análise, isso por demonstrar que elas ocupavam papéis significativos na estrutura partidária, como foi, principalmente, o caso de Adalgisa.

O espaço concedido pela *Folha do Povo*, para a divulgação de pautas e organizações de mulheres, nas décadas de 1930 e 1940, demonstra o interesse do PCB na emancipação feminina, nutrindo a igualdade entre os sexos masculino e feminino. Mesmo não se tratando de um jornal feminista ou com ideias exclusivamente destinadas para o público feminino, mas sim, produzido e divulgado para o povo e a classe operária. A equidade na política e no mercado de trabalho era valorizada pelos comunistas.

Quando penso nas mulheres ligadas ao PCB, tenho a intenção de compreender e evidenciar as formas de organizações e mobilizações promovidas pelo público feminino. Não é devido às diferenças com as feministas, recusando o uso desse termo que se podem desqualificar os modos de atuação das mulheres comunistas e assim, do Partido Comunista para/com as mulheres. O “ser feminista” não deve ser entendido como o único modo adequado de se posicionar na luta pelos direitos das mulheres. A multiplicidade do “ser mulher” se ressignifica no espaço e no tempo, como também nas organizações e partidos políticos. Neste sentido, para Paula Soares (2021),

[...] atribuir a denominação “feminista” a todos os grupos políticos que defenderam a construção de relações sociais e políticas mais justas entre homens e mulheres parece contribuir mais para a invisibilização das singularidades dos projetos políticos que estavam em disputa no cenário brasileiro do que para seu reconhecimento e compreensão (SOARES, 2021, p. 38).

Deste modo, na tentativa de demarcar um espaço para debater a presença das mulheres no PCB, é inevitável não ressignificar o conceito de “dona de casa”. Observa-se que na *Folha do Povo*, o PCB se dirigiu às donas de casa, incentivando-as a se organizarem na luta por seus direitos. Isso demonstra que a “dona de casa” atual difere da dona de casa militante comunista da primeira metade do século XX. Segundo Paula Soares, “A proposta pecebista de atrair as donas de casa para suas fileiras era inovadora em relação a tantas outras forças políticas do cenário brasileiro” (SOARES, 2021, p. 146). Ser uma dona de casa comunista durante esses

períodos, significava ter consciência de classe, e estar ciente da necessidade de sua atuação política. Por mais que o PCB não fosse totalmente um espaço livre de atitudes e pessoas que nutrem o desrespeito e a opressão feminina, ainda era um partido que acolhia e engajava as mulheres na luta política. Maria Izilda Matos (2013), menciona a luta das mulheres contra a carestia no período da ditadura civil-militar de 1964-1984, é importante pontuar que a luta contra a carestia já era algo vivenciado pelas mulheres ligadas ao PCB em décadas anteriores. O PCB tinha entre suas principais mobilizadoras contra a carestia as donas de casa.

Por mais que na atualidade o termo dona de casa transmita o significado do que a sociedade patriarcal considera a característica ideal para uma mulher, sendo este entendimento fortalecido em jargões como “recatada e do lar”, esse conceito denota um sentido diferente ao ser utilizado para se referir às mulheres ligadas ao PCB. Essas mulheres, não estavam preocupadas apenas com os afazeres domésticos, as questões e necessidades políticas eram de seus interesses, sendo esta uma exigência do partido para/com suas militantes. Isso não quer dizer que o grupo comunista “feminino” não sofresse com os julgamentos masculinos e pressões da sociedade em relação ao seu sexo. É preciso entender que cada conceito carrega a sua historicidade e é fundamental reconhecer o significado no espaço temporal e cultural.

Tanto as donas de casa como as empregadas domésticas eram grupos sociais invisíveis politicamente e se mantinham distantes da possibilidade de construção de sua cidadania. O reconhecimento pecebista desses segmentos femininos evidenciava seu compromisso com a inclusão de direitos para as mulheres pobres no ordenamento jurídico e sua compreensão das especificidades advindas dessa condição de gênero. Importante destacar que essa proposta da CCTM e do CMT não decorria de uma imposição doutrinária dos órgãos do comunismo internacional. De fato, a Seção Feminina da IC parecia não ter pensado sobre a possibilidade de atrair as donas de casa para as fileiras comunistas. Em carta enviada à CCTM, a entidade soviética destacou sua surpresa diante da proposta dos militantes brasileiros [...] (SOARES, 2021, p. 146).

Os comunistas brasileiros foram os primeiros a levantar essa preocupação, demonstrando interesse na emancipação das mulheres, principalmente na questão das donas de casa, um grupo mais excluído do que os próprios operários e operárias, solidifica o entendimento de que havia interesse na equidade de gênero por parte do PCB. No entendimento da Seção Feminina da IC, por não estarem introduzidas no meio produtivo econômico, as donas de casa não pertenciam à classe trabalhadora. Não sendo detentoras de um salário, não havia como possuir um sindicato próprio. Desse modo, a solução encontrada

pela IC configurou-se em orientar a aproximação dessas senhoras aos sindicatos de seus maridos (SOARES, 2021). No entanto, diante das matérias apresentadas, o PCB-PE também orientou as donas de casa a se organizarem por conta própria, recebendo o apoio do partido. Paula Soares (2021) considera que entre os anos de 1925 e 1956,

[...] as mulheres comunistas desenvolveram métodos, estratégias e discursos que formaram uma tradição de militância feminina, bem como foi nesse período que o imaginário, as representações, as práticas e a visão de mundo sobre a questão feminina que vão compor a cultura política do PCB foram construídos e consolidados (SOARES, 2021, p. 24).

Entendo essas concepções como oportunas para sinalizar a participação e contribuição das mulheres no PCB. Ficando mais nítido quando mapeamos as trajetórias de mulheres militantes do PCB e evidenciamos suas características distintas do “ser mulher”, abrangendo suas formas de agir, a classe, cor e etnia, perpassando por um processo que permite compreender seus privilégios e opressões, mas sobretudo, suas ressignificações manifestadas em suas lutas interiores e exteriores. Sendo isto o que farei nos próximos capítulos. Seguir os rastros e indícios que permitam compreender a política comunista de Adalgisa Rodrigues Cavalcanti.

### 3. A POLÍTICA DE ADALGISA RODRIGUES CAVALCANTI: UMA HISTÓRIA DE LUTA E DEDICAÇÃO

*(...) Vive dentro de mim*

*a mulher do povo.*

*Bem proletária.*

*Bem linguaruda,*

*Desabusada, sem preconceitos,*

*de casca-grossa,*

*de chinelinha,*

*e filharada. (...)*

*(versos de Todas as vidas, poema de Cora Coralina)*

Quando penso a história de Adalgisa Rodrigues Cavalcanti, compreendo suas ações como a de uma mulher que atuou conforme as possibilidades de sua época. Muitos fatores foram favoráveis à sua atuação. No entanto, não deixo de lado os aspectos de sua singularidade, fazendo a Adalgisa ser uma personagem que merece destaque em meio a tantos acontecimentos sociais, culturais e políticos. Mesmo diante de um emaranhado de figuras masculinas, sendo essa uma das características do cenário político das décadas de 1930 e 1940. Adalgisa merece o reconhecimento histórico, assim como outras mulheres esquecidas/apagadas na história.

Neste capítulo, abordarei questões relevantes acerca da vida pessoal de Adalgisa Rodrigues Cavalcanti, analisando aspectos como: família, infância, adolescência, religião, vida no sertão pernambucano, mudança e adaptação no Recife, casamento e maternidade. Não se trata de um mergulho profundo, mas considero suficiente para pensar nas influências e possibilidades encontradas por Adalgisa R. C. para a realização de suas atividades políticas significativas. Afinal de contas, quem era Adalgisa antes da militância comunista?

Logo depois, iniciarei os apontamentos relacionados ao início de sua militância, passando pelas suas influências e motivações para/com a política comunista, destacando sua passagem pelo Socorro Vermelho Internacional. Em seguida, discutirei sua atuação na Aliança Nacional Libertadora (ANL), abrindo espaço para compreender os objetivos dessa

organização política, encaminhando-se para o significado da participação de Adalgisa R. C. no Levante de 1935 e as consequências de suas escolhas. Além disso, trago uma discussão sobre como ela foi vigiada e monitorada pela DOPS-PE, apresentando as características da opressão desencadeada entre as décadas de 1930 e 1960, pelas quais a militante comunista foi submetida devido suas preferências políticas. Destacarei considerações sobre a luta de Adalgisa contra o fascismo. A finalização deste capítulo terá como último ponto a ser discutida a atuação da militante no Comitê de Mulheres Pró-Democracia de Pernambuco. Portanto, o assunto aqui abordado remete a discussões pertinentes para a compreensão e o significado da militância comunista de Adalgisa, contribuindo com a produção historiográfica da história das mulheres na política.

### 3.1. Aspectos da vida pessoal

Antes de começar a falar sobre a vida pessoal de Adalgisa R. Cavalcanti, sinalizarei apontamentos em direção aos primeiros contatos com materiais referentes à história dessa personagem. É importante situar o quanto a dita “história digital” que recorre a fontes digitais - material criado, armazenado e compartilhado na *internet* - foi de grande auxílio nos primeiros contatos com a trajetória de Adalgisa<sup>100</sup>. Permitindo a realização de análises iniciais sobre suas atividades políticas. Porém, de certa maneira, são muito carentes no quesito de sua vida privada. Isso me levou a concluir que o mandato de deputada estadual foi o que a tornou relevante para ser descrita em *sites*. Possivelmente, sem esse grande feito, sua militância comunista não seria tratada como suficiente e digna de atenção. Por esse motivo, além de deter a atenção em seus atos políticos, cogito apresentar Adalgisa por outro viés, um que a mostre desvinculada do ideal de heroína ou bruxa, mas sim, o de uma mulher de seu próprio tempo, com suas próprias convicções, ideais e contradições. Além disso, pouquíssimos trabalhos acadêmicos mencionam sua trajetória e os que o fazem, focam mais especificamente em seu mandato político. A fonte mais relevante para a construção deste subcapítulo, trata-se

---

<sup>100</sup> Ao pesquisar pelo nome de Adalgisa Rodrigues Cavalcanti no Google, encontramos resultados com nível básico de informações que permitem ter uma noção de sua trajetória. Como exemplo, destacamos os textos encontrados nesses *sites*: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Adalgisa\\_Rodrigues\\_Cavalcanti](https://pt.wikipedia.org/wiki/Adalgisa_Rodrigues_Cavalcanti). Acesso em: 30 de jul. de 2023.

<http://www.mulher500.org.br/adalgisa-rodriques-cavalcanti-1907-1998/>. Acesso em: 30 de jul. de 2023.

[https://www.wikiwand.com/pt/Adalgisa\\_Rodrigues\\_Cavalcanti](https://www.wikiwand.com/pt/Adalgisa_Rodrigues_Cavalcanti). Acesso em: 30 de jul. de 2023.

[http://www.caestamosnos.org/pesquisas\\_Semira/pesquisa\\_semira\\_adler\\_Adalgisa\\_Cavalcanti.htm](http://www.caestamosnos.org/pesquisas_Semira/pesquisa_semira_adler_Adalgisa_Cavalcanti.htm). Acesso em: 30 de jul. de 2023.

de uma entrevista concedida pela própria Adalgisa, a qual é entendida como uma autobiografia gravada em áudio. Essa entrevista foi realizada em 21 de julho de 1982<sup>101</sup>. Adalgisa nesse ano estava com 76 anos.

Adalgisa nasceu em uma cidade do agreste pernambucano chamada de Glicério, atualmente conhecida como Canhotinho<sup>102</sup>. A data do seu nascimento é um tanto confusa, em alguns documentos, como na entrevista de 1982, aparece o ano de 1905, em outros como os relatórios da DOPS, o ano de 1907. Mas é possível afirmar que o ano correto de seu nascimento é 1905, deste modo, Adalgisa nasceu em 28 de julho de 1905. O que motivou a circulação errônea dessa informação foi o fato de ter sido registrada apenas em 1907. Filha biológica de Maria Madalena Rodrigues de Freitas Neves e Joaquim Justo Rodrigues de Freitas. Seu pai exercia a profissão de agricultor e sua mãe era uma dona de casa. Quando tinha apenas onze meses de vida, sua mãe faleceu. O pai a abandonou e ela só voltou a encontrá-lo quando estava morando em Recife. Diante das circunstâncias, Adalgisa foi adotada por um casal de tios, Sílvio de Aguiar Campello e sua esposa, Amélia Campello. Ela teve uma boa relação com seus pais adotivos. Eles a tratavam como filha biológica e era a única criança desta família, mesmo assim, confessa o quanto sentiu falta de sua mãe biológica.

Na entrevista de 1982, Adalgisa contou que o seu pai adotivo era natural do Recife. Estudou Direito, mas não chegou a concluir devido aos problemas de saúde que atingiram seus pulmões. Mediante recomendações médicas, precisou se mudar do Recife para uma cidade do interior com ar mais saudável, um desses locais que Adalgisa residiu com sua nova família, é atualmente conhecido como Arcoverde<sup>103</sup>. O pai adotivo de Adalgisa exercia a função de agente dos correios e sua mãe dona de casa. Eles estavam envolvidos com as questões políticas de sua época, recordando o apoio de seu pai a Dantas Barreto (1850-1931) e o apoio de sua mãe a Rosa e Silva (1857-1929). Nessa disputa política ao governo de Pernambuco, Dantas Barreto saiu vencedor, governando o estado entre 1911 e 1915.

Em meio às recordações de sua infância, Adalgisa menciona a presença e o convívio com cangaceiros. Sua casa era “invadida” por esses sujeitos históricos. Aos seus olhos de criança, entendia essas ações como algo festivo. Sempre apareciam nas segundas-feiras,

---

<sup>101</sup> FERNANDES, Eliane Moury. Entrevista: Adalgisa Rodrigues Cavalcanti. CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1982.

<sup>102</sup> Do município de Canhotinho para Recife a distância é de 206,0 km.

<sup>103</sup> Arcoverde fica localizada no sertão pernambucano, à distância até Recife é de 254 km.

mandavam sua mãe costurar sacos, preparar comida. Nos dias de segunda acontecia à feira de São Sebastião do Umbuzeiro<sup>104</sup>, os cangaceiros preparavam um doce chamado “beira seca” que ela adorava, do mesmo modo, se sentia atraída pelo cheiro do óleo utilizado no cano do rifle das carabinas. Marcando sua infância pelo sabor e cheiro.

Esse grupo de cangaceiros que “invadiam” a casa de Adalgisa, era formado pelo prestígio do advogado Augusto Santa Cruz, que naquele período exercia grande influência política local. O pai adotivo de Adalgisa sofreu ameaças do grupo de cangaceiros liderado por Antônio Silvino, porém nunca foram concretizadas as intenções. Na última vez que o grupo de Augusto Santa Cruz esteve em sua residência, tentaram assassinar seu pai, fazendo-se necessário retornar ao Recife. Por volta de 1917, 1918, Adalgisa passou a residir na capital.

No que diz respeito à religião de Adalgisa, embora sua família fosse muito religiosa, seus pais de criação eram antirreligiosos. O que, por sua vez, fazia com que fosse às escondidas para igreja católica com uma de suas tias. Relatou gostar muito dos encontros religiosos, chegando a ser aspirante a “Filha de Maria”,<sup>105</sup> sendo impossível dada a sua idade. Cantou no coral da igreja e também integrou o grupo de teatro, participando de peças de comédias, dramas sacros, sendo esse um dos possíveis meios para auxiliar a igreja no quesito financeiro.

Em relação a sua formação na educação formal, Adalgisa relata que começou a frequentar a escola primária quando tinha entre quatro e cinco anos, ainda quando morava no interior. No Recife fez apenas o exame de admissão, pretendia estudar na Escola Normal, porém seus planos mudaram em uma viagem de trem ao conhecer uma pessoa. Adalgisa não chegou a ter uma formação acadêmica.

Durante quase toda a sua fase da adolescência, Adalgisa acompanhou seus pais no envolvimento com as questões políticas locais. Casou-se com 16 anos incompletos. Reconheceu que o motivo para a sua união matrimonial ter ocorrido tão cedo, foram às influências de sua família e de sua época. Seu relacionamento não foi ocasionado pelo desejo e a idealização de um casamento perfeito, tão pouco estava perdidamente apaixonada. Antes de se casar, já tinha sido noiva de outro rapaz, conheceu-o em uma viagem de trem que fazia retornando ao Recife, começaram a namorar e durante um mês ficou noiva, mas devido a aborrecimentos (os quais não foram mencionados), ela rompeu o relacionamento. Comenta

---

<sup>104</sup> Município do estado da Paraíba, 44 km de distância até Arcoverde-PE.

<sup>105</sup> A congregação Filhas de Maria nos anos de 1960 contribuiu com o anticomunismo (Motta, 2023).

em um tom animado que vivenciou vários romances, porém nunca foi de se apegar totalmente. Em seu coração, só havia espaço para o PCB.

No que considero seu relacionamento mais duradouro, iniciou-se aos quinze anos, passou sete meses em noivado e depois contraiu matrimônio com Tito Tenório Cavalcanti. Um relacionamento de afeto e reciprocidade com duração de cinquenta e seis anos. Casaram-se no ano de 1922. Tito Cavalcanti era filho de fazendeiro, seu avô era latifundiário, teve oito filhos/as deixando uma fazenda de herança para cada uma/um. Tito cresceu em uma fazenda no distrito de Mimoso, atuou como comerciante, mas seus negócios não deram muito certo, então faliu, empregou-se como ferroviário. Foi dessa maneira que Adalgisa o conheceu, como ferroviário. Ele era dez anos mais velho que Adalgisa, já havia se casado uma vez e ficou viúvo. Era casado com uma prima dela, conviveu com a falecida um ano e seis meses, não tiveram filhas/os. Segundo Adalgisa, seu esposo adorava ler e também foi um admirador de Luís Carlos Prestes. De maneira alguma, mostrou-se contrário ao envolvimento de Adalgisa com as questões políticas. Por causa dela, ele também passou a ser perseguido, como ela mesma colocou em 1982 “Ele era perseguido por minha causa. Mas, sempre era muito amigo meu”. Nota-se a cumplicidade do relacionamento dos dois, como o seu marido foi importante em sua trajetória política, no sentido de apoio e aceitação de seus ideais. Característica que raramente encontramos em trajetórias de mulheres militantes.

A figura 8 que se encontra logo abaixo, trata-se de uma fotografia de Adalgisa com seu esposo, quando ainda eram muito jovens, possivelmente, retirada em 1927 ou 1928, quando ela estava com apenas 22 anos.



Figura 8. Adalgisa aos 22 anos, com o esposo, Tito T. Cavalcanti.<sup>106</sup>

Em todos os momentos que teve os seus direitos de ir e vir retirados, ou seja, todas às vezes que Adalgisa foi detida com a alegação, feita pelas autoridades polícia/política de então, de praticar atividades subversivas, ela contou com o apoio total de seu esposo. Tito Cavalcanti demonstrava preocupação com o bem-estar de sua esposa. Seu comportamento diferia da maioria dos homens comprometidos com mulheres engajadas na militância política. Em relação a filhas/os biológicas/os, o casal não teve. Na entrevista de 1982, Adalgisa menciona a existência de uma filha adotiva, a qual se referiu pelo nome de Maria Brito<sup>107</sup>. Durante a execução da pesquisa, não encontrei nenhum registro de adoção formal.

Adalgisa cultivou boas relações familiares, como ela mesma afirmou, recebeu o apoio da família em momentos difíceis, como durante as perseguições e prisões. Dedicou a maior parte da sua vida a lutar contra as opressões que retiravam os direitos do povo. Nas próximas páginas, viso localizar suas influências, motivações e iniciação política no Socorro Vermelho Internacional.

---

<sup>106</sup> Essa imagem foi retirada do livro *Presença Feminina* de Luzilá Gonçalves Ferreira (2002, p. 42). A autora do livro utilizou como fonte o *Álbum de Família* da Adalgisa.

<sup>107</sup> Obtive informações de que Maria Brito, atualmente, encontra-se em uma idade avançada e adoentada, impossibilitando a realização de uma entrevista.

### 3.2. Influências e iniciação política

Poderia afirmar que o envolvimento dos pais de Adalgisa R. C. com as questões políticas foi um fator fundamental para que ela desenvolvesse interesse pela vida pública. No entanto, a militante revelou que a sua inspiração e curiosidade pela política surgiu em 1922, manifestada pelo Levante do Forte de Copacabana em cinco de julho daquele ano. Em 1922, no dia do Levante do Forte, Adalgisa estava com 16 anos e já havia oficializado sua união matrimonial. É com essa idade que a personagem principal deste estudo direciona o seu olhar e atenção às discussões políticas, tomando conhecimento dos acontecimentos no Brasil e no mundo através das leituras realizadas nos jornais que circulavam naquela época. No ponto de vista de Adalgisa: “foi muito bonito, mas infelizmente, um levante que foi inglório porque não teve apoio do povo, não teve apoio das massas”. Este Levante contou com a participação de dezessete soldados que se encontravam no Forte de Copacabana. Decidiram enfrentar o governo, recebendo o apoio de apenas um civil, posteriormente chamados de “18 do forte”, foram derrotados, “abatidos a tiros ou presos um a um. O levante foi facilmente derrotado, mas se consagrou na memória dos militares como o marco zero do tenentismo” (NAPOLITANO, 2016, p. 74).

Em 1925, no dia 5 de julho, em homenagem ao Levante de 1922, militares contrários ao governo realizaram uma segunda revolta, assumindo vários locais estratégicos em alguns estados do país. No entanto, o controle durou pouco menos de um mês, pois não tinham um projeto político organizado. Quando expulsos das capitais pelas autoridades do governo, alguns se direcionaram rumo ao sul, para se juntarem à coluna comandada pelo capitão Luiz Carlos Prestes. Dando início a tão famosa Coluna Prestes. Durante mais de dois anos, a Coluna Prestes percorreu cerca de 25 mil quilômetros pelo interior do Brasil, tentando mobilizar a população rural contra a oligarquia e o mandonismo dos coronéis locais. (NAPOLITANO, 2016, p. 85).

Formada por militares e civis, com mais de mil homens, enfrentaram muitas batalhas contra o exército do governo e tropas locais. A população camponesa não tinha compreensão do que se tratava o tenentismo, não houve uma mobilização que auxiliasse o engajamento na causa. Já em 1927, a Coluna Prestes partiu para o exílio na Bolívia, questionando como fazer uma Revolução no Brasil. “A ‘Coluna Invicta’, como foi chamada, não perdeu batalhas, mas também não ganhou a guerra” (NAPOLITANO, 2016, p. 85).

Deste modo, nasce o fascínio de Adalgisa por Luís Carlos Prestes, igualmente a tantos e tantas outras militantes que se engajaram na luta política comunista. Inclusive, no Movimento de 1930<sup>108</sup> ela acompanhou os desfechos do acontecimento, a princípio entusiasmada, na expectativa da participação de Prestes. Como ela mesma coloca na entrevista: “Eu queria ver o final daquela coisa, porque eu já tinha em mente que vinha elementos como Prestes à frente desse Movimento. E não foi”. Um grupo de parentes paraibanos convidou Adalgisa para participar das mobilizações políticas da Aliança Liberal em 1930, mas ela não se envolveu.

O Movimento de 1930 foi invocado devido à quebra de acordo entre as elites políticas. Em 1929, Washington Luís apoiou a candidatura do paulista Júlio Prestes à presidência. Gerando insatisfação a oposição que, por sua vez, apoiou Getúlio Vargas e João Pessoa, formando a Aliança Liberal. Júlio Prestes saiu vitorioso nas eleições de março de 1930. A oposição não aceitou o resultado, utilizando como justificativa para iniciar o movimento o assassinato de João Pessoa, ato realizado no Recife, tendo como responsável João Dantas, motivado por questões privadas e públicas (FAUSTO, 2018). Muitos tenentistas apoiaram o movimento, o próprio Getúlio Vargas insistiu para que Prestes comandasse a Revolução de 1930, mas ele recusou (VIANNA, 2007). Luís Carlos Prestes era:

[...] o nome de maior prestígio entre os ‘tenentes’ lançou um manifesto no qual se declarava socialista revolucionário e condenava o apoio às oligarquias dissidentes. Na sua concepção, as forças em luta eram apenas um joguete da luta maior entre o imperialismo britânico e o norte-americano pelo controle da América Latina (FAUSTO, 2018, p. 179).

Adalgisa afirmou que teve acesso ao programa da Aliança Liberal, ficou decepcionada, pois não tratava dos problemas fundamentais do povo, não falava da terra e nem da classe operária. “O programa da Aliança Liberal refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média” (FAUSTO, 2018, p. 178). Segundo o ponto de vista de Adalgisa, as modificações e conquistas que vieram com o Movimento de 1930, foram forçadas e ocasionadas por meio das mobilizações das massas, do povo.

---

<sup>108</sup> Existe uma discussão se seria adequado se referir ao Movimento de 1930 como Revolução. Para José Murilo de Carvalho (2021), não seria uma revolução se compararmos o episódio com o que ocorreu no México em 1910, na Rússia em 1917 ou na França em 1789. Mas isso não diminui o tamanho da importância do movimento de 1930 para a história política do Brasil.

A pesquisadora Eliane Moury Fernandes, responsável por realizar a entrevista com a Adalgisa em 1982, quando questionou as motivações que recebeu para entrar no Partido Comunista, nota-se que pela forma como a entrevista foi conduzida, a entrevistadora estava mais interessada em saber nomes de pessoas, e não obras literárias, impossibilitando que Adalgisa mencionasse o nome de outras leituras realizadas. Mencionou apenas os livros *A Mãe*, de Máximo Gorki, e *Os Dez Dias que Abalaram o Mundo*, do escritor americano John Reed, entre as muitas leituras que afirmou ter realizado.

O livro *A Mãe*<sup>109</sup> (1907), foi escrito por Máximo Gorki (1868-1936), escritor russo de origem humilde, que passou fome e frio. Produziu várias obras, iniciando o processo de escrita aos quinze anos. Leu Karl Marx e simpatizou com as ideias do filósofo, desse modo, seguiu os passos de Lênin. Devido ao engajamento político acabou sendo preso com a acusação de realizar atividades subversivas<sup>110</sup>. Essa obra de Gorki é um clássico da literatura russa, trata-se de um livro de ficção inspirado nas manifestações do dia do trabalhador de 1902 que aconteceu na cidade de Sormovo. Tem como perspectiva a luta de classes e retrata a figura de Pélagué, a mãe de Pavel, ambos inseridos nas organizações do movimento operário russo. Pélagué acaba se envolvendo com o movimento devido à influência de seu filho<sup>111</sup>.

A obra *Os Dez Dias que Abalaram o Mundo*<sup>112</sup> de autoria de John Reed (1887-1920), um jornalista estadunidense, que se envolveu com as questões políticas do Partido Comunista dos Estados Unidos. Nessa obra, ele relata o seu testemunho por acompanhar a Revolução Bolchevique de outubro de 1917 na Rússia<sup>113</sup>. Esse livro, na edição norte-americana, teve o prefácio escrito por Lênin, o qual disse as seguintes palavras:

Com imenso interesse e igual atenção li, até o fim, o livro Os dez dias que abalaram o mundo, de John Reed. Recomendo-o, sem reservas, aos trabalhadores de todos os países. É uma obra que eu gostaria de ver publicada aos milhões de exemplares e traduzida para todas as línguas, pois traça um quadro exato e extraordinariamente vivo dos acontecimentos que tão grande importância tiveram para a compreensão da

<sup>109</sup> Para saber mais, ler: GÓRKI, Máximo. *A mãe*. Tradução: Araújo Neves. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.

<sup>110</sup> Informações obtidas sobre a biografia de Máximo Gorki. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A1ximo\\_Gorki](https://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A1ximo_Gorki)>. Acesso em: 07 de outubro de 2023.

<sup>111</sup> ZEBINI, Júlia. *Literatura e Revolução*. Disponível em: <<https://www.cal.iel.unicamp.br/?p=1546>>. Acesso em: 07 de outubro de 2023.

<sup>112</sup> Para saber mais, ler: REED, John. *Dez dias que abalaram o mundo*. Tradução: Bernardo Ajzenberg. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

<sup>113</sup> Informações retiradas de: REED, John. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/John\\_Reed#cite\\_note-3](https://pt.wikipedia.org/wiki/John_Reed#cite_note-3)>. Acesso em: 07 de outubro de 2023.

Revolução Proletária e da Ditadura do Proletariado. Em nossos dias, essas questões são objeto de discussões generalizadas, mas, antes de se aceitarem ou de se repelirem as ideias que representam, torna-se necessário que se saiba a real significação do partido que se vai tomar. O livro de John Reed, indubitavelmente, ajudará a esclarecer o problema do movimento operário internacional. V. I. Lênin FINS DE 1919<sup>114</sup>.

Dessa maneira, baseando-se nas palavras de Lênin sobre a obra, ela representa algo importante, não apenas para entender a revolução do proletariado na Rússia, mas também por auxiliar no esclarecimento a respeito do movimento operário e da militância comunista. Essas duas obras recordadas por Adalgisa são exemplos significativos das influências intelectuais que recebeu por intermédio das leituras que realizou. Do mesmo modo, contou com os direcionamentos de companheiros ligados ao PCB, como Agostinho Dias de Oliveira e outros ferroviários. Adalgisa conheceu essas pessoas através de seu esposo, colegas de trabalho de Tito Cavalcanti, que neste período, ocupava o cargo de condutor na empresa Great Western.

A inclusão do voto feminino no Brasil também pode ser considerada um fator facilitador a inserção de Adalgisa na luta política. A militante comunista aponta que a conquista desse direito em 1932, efetivado em 1934, a deixou muito entusiasmada, tratando logo de tirar o seu título de eleitora. No entanto, Adalgisa menciona que não sabe exatamente como esse direito foi adquirido. O fato de não saber como ocorreu a inclusão do voto feminino no eleitorado brasileiro indica que a militante, embora fosse uma mulher branca e seu sobrenome sugerisse um parentesco com uma família de posses em Pernambuco, não tinha contato, ou pelo menos não suficiente, com as mulheres brancas de classe média que disputavam um espaço no cenário político que, naquele momento, era rodeado por figuras masculinas. Esse apontamento não diminui a contribuição de suas ações ou invalida a sua atuação, por iniciar a prática política, apenas, quando os direitos políticos femininos no Brasil tenham sido efetivados. Pode-se afirmar que os seus conhecimentos sobre as questões políticas do país e do mundo, como também a importância da participação das mulheres na política, aconteceram por meio de outras influências, provavelmente, dos militantes comunistas, ou seja, do PCB e não das feministas.

---

<sup>114</sup> REED, John. Prefácio de Lênin para a edição Norte-Americana. In. Os Dez Dias que Abalaram o Mundo. Disponível em: <<https://www.socialistamorena.com.br/wp-content/uploads/2017/12/JohnReed-OsDezDiasQueAbalaramoMundo.pdf>>. Acesso em: 07 de outubro de 2023.

A trajetória política de Adalgisa R. C. iniciou quando se tornou eleitora, em 1934. Ela escolheu o comunismo como ideal político, começando a desenvolver suas atividades no Socorro Vermelho Internacional, fundada em 1922 e dissolvida em 1943, uma organização estabelecida pela Internacional Comunista, um apêndice do PCB. Não obtivemos informações concretas de quando iniciou e até quando permaneceu ativa no Brasil<sup>115</sup>. Para J. Martin Ryle (2008), de todas as organizações vinculadas a IC, o Socorro Vermelho foi a mais conhecida e ativa. O seu auge ocorreu entre 1932 e 1933. Tinha como objetivo fornecer ajuda financeira, moral e jurídica a todas e todos os militantes comunistas e seus familiares que estavam sofrendo com as perseguições e prisões dos opositores burgueses, além disso, prestava auxílio nas atividades de agitação e propagando com grande nível de alcance. Formalmente criada em 29 de setembro de 1922, sob a direção de Marchlewski e P. N. Lepeshinsky (RYLE, 2008).

Segundo J. Martin Ryle (2008), no Quinto Congresso do Comintern, em 1924, considerou-se de suma importância o apoio dos partidos comunistas ao Socorro Vermelho em seus respectivos países, especificando três formas de atuação: a primeira estava relacionada ao apoio que os partidos comunistas deveriam dar aos Socorros Vermelhos, frisando a necessidade da atuação dos membros na organização e o pagamento de quotas regulares; a segunda, era direcionada a atuação da imprensa do PC, reservando uma maior atenção e espaço para a agitação e propaganda voltada aos revolucionários comunistas; na terceira, o Socorro Vermelho deveria ser destacado em todas as campanhas do PC. Nesta resolução, também é confirmada que o dia 18 de março seria considerado o Dia do Socorro Vermelho Internacional (RYLE, 2008).

Entre as pessoas que faziam parte do grupo do Socorro Vermelho atuante em Pernambuco, Adalgisa expõe a contribuição de operários, médicos e advogados, mencionando alguns nomes: Alcedo Coutinho, Alfredo Coutinho, Manoel Rodrigues Calheiros (médico), Pina Júnior (médico), Fonseca Lima (médico), Artur de Sá (médico), Pedro Celestino (operário), Carlos José Duarte (advogado). Os médicos contribuíram com a assistência médica, atendendo e receitando remédios aos familiares dos presos políticos. Os advogados eram responsáveis pela parte jurídica.

Portanto, as ideias apresentadas nessa parte perpassam por questões remetentes as influências políticas e motivações pessoais que levaram Adalgisa a ingressar na vida política

---

<sup>115</sup> Não encontrei nenhum trabalho acadêmico que tratasse especificamente da atuação do Socorro Vermelho Internacional no Brasil, as evidências são localizadas, principalmente, nos relatos memorialísticos dos militantes comunistas.

comunista, destacando sua iniciação no Socorro Vermelho Internacional. A seguir, a discussão será voltada para a ANL e a atuação de Adalgisa no Levante de 1935.

### 3.3. A ANL e o Levante de 1935

A Aliança Nacional Libertadora foi fundada oficialmente em fevereiro de 1935. O lançamento da ANL ocorreu em um comício realizado no Teatro João Caetano, em 30 de março de 1935 no Rio de Janeiro, nesse evento, Luíz Carlos Prestes foi escolhido como o presidente de honra da organização (VIANNA, 2007). Logo no início do manifesto-programa<sup>116</sup> da ANL, os revolucionários mencionam o que pretendem reivindicar, sinalizando o interesse no cancelamento das dívidas imperialistas, o alcance da liberdade de maneira ampla e o aumento dos salários, entendido como direitos do povo. Os organizadores que estavam à frente da ANL, ressaltaram que não se tratava de um partido político, mas sim um movimento popular. Entre seus objetivos, tinha em vista a emancipação econômica do capital estrangeiro, deste modo, colocando-se como uma frente política, possuidora de um programa amplo que pudesse atrair mais simpatizantes (VIANNA, 2015). O programa da ANL destaca nove pontos considerados importantes para o progresso do Brasil:

#### **Programa da Aliança Nacional Libertadora (Março de 1935)**

1. Não pagamento nem reconhecimento das dívidas externas;
2. Denúncias dos tratados antinacionais com o imperialismo;
3. Nacionalização dos serviços públicos mais importantes e das empresas imperialistas que não se subordinem às leis do governo popular revolucionário;
4. Jornada máxima de trabalho de oito horas, seguro social (aposentadoria etc.), aumento de salários, salário igual para trabalho igual, garantia de salário mínimo, satisfação dos demais pedidos do proletariado;
5. Luta contra as condições escravagistas e feudais de trabalho;
6. Distribuição entre população pobre, camponesa e operária das terras e utilização das aguadas, tomadas sem indenização aos imperialistas, aos grandes proprietários mais reacionários e aos elementos da Igreja que lutem contra a libertação do Brasil e a libertação do povo;

---

<sup>116</sup> Manifesto-Programa da ANL. In: Documentos Históricos. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1935/03/manifesto.htm>> Acesso em: 17 de out. de 2023.

7. Devolução das terras, arrebatadas pela violência, aos indígenas;
8. Pelas mais amplas liberdades populares, pela completa liquidação de quaisquer diferenças ou privilégios de raça, de cor ou de nacionalidade, pela mais completa liberdade religiosa e a separação da Igreja do Estado;
9. Contra toda e quaisquer guerras imperialistas e pela estrita união com as Alianças Nacionais Libertadoras dos demais países da América Latina e com todas as classes e povos oprimidos.<sup>117</sup>

O Programa da ANL, lançado definitivamente em março de 1935, destacava nove pontos considerados, pelos revolucionários, como fundamentais para a instalação de um governo popular revolucionário. Cada um desses pontos, também pode ser entendido como uma crítica em relação à atual administração política vivenciada no Brasil naquele período, desfavorecendo totalmente os grupos sociais inferiorizados, como os trabalhadores, os camponeses, indígenas, os discriminados devido a sua cor, religião e nacionalidade. Além disso, o programa criticava as ações imperialistas, tendo em vista os prejuízos causados ao país, sinalizando a nacionalização dos serviços públicos e das empresas estrangeiras que não aceitassem as leis estabelecidas pelo governo popular. O governo popular não se compromete com o reconhecimento e pagamento das dívidas externas. Enfatiza a regulamentação das leis trabalhistas, garantindo mais direitos para a classe trabalhadora, como aposentadoria, aumento de salário, “salário igual para trabalho igual”. Deste modo, demarcou o que pode ser compreendido como uma referência ao reconhecimento de que as mulheres, ao exercerem as mesmas profissões que os homens, recebam o mesmo salário sem discriminação pelo sexo. São contrários ao trabalho análogo à escravidão e defendem a reforma agrária, sinalizando a devolução das terras pertencentes aos indígenas. A ANL se coloca como uma organização política defensora da liberdade em seu mais amplo sentido, reivindicando uma separação da Igreja com o Estado. Colocando-se à frente da luta defensora dos direitos de todas as classes e povos oprimidos.

Segundo Adalgisa, a ANL assombrou o governo de Getúlio Vargas devido à proporção que tomou nos estados brasileiros “uniu partidos políticos, sindicatos, diversas organizações femininas, culturais, estudantis, profissionais liberais e militares” (VIANNA, 2007, p. 81). Adalgisa, filiou-se à ANL no diretório do Pina, em Recife<sup>118</sup>, no qual desempenhou atividades, indo de casa em casa, esclarecendo as propostas da ANL, auxiliando na filiação de

---

<sup>117</sup> Programa da Aliança Nacional Libertadora. In: Documentos Históricos. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1935/03/anl.htm>> Acesso em 17 de out. de 2023.

<sup>118</sup> Durante poucos meses, a ANL ganhou bastante reconhecimento, “Cálculos conservadores indicam que em julho de 1935 ela contava entre 70 mil a 100 mil pessoas” (FAUSTO, 2018, p. 198).

novos adeptos. Em relação aos componentes do Diretório do Pina e do Diretório Estadual, recordou-se apenas de Agostinho Dias de Oliveira e Zezito, a quem se referiu como o dirigente principal, não especificando se o do Pina ou do Diretório Estadual.

A ANL foi, reconhecidamente, a maior organização de massas que o país já teve. Em cerca de três meses, organizou centenas de núcleos em todo o Brasil, [...] Por outro lado, o governo tentava identificar a ANL com o PCB, para isolá-la e combatê-la com maior eficácia (VIANNA, 2007, p. 82).

Adalgisa confirma que a ANL não se tratava de uma organização comunista, em parte os objetivos do PCB e da ANL coincidiam. Por causa disso, o Partido Comunista apoiou a tentativa revolucionária da ANL. O fechamento da organização veio com “o decreto nº 229, de 11 de julho de 1935, fechava a ANL provisoriamente, por seis meses, mas os levantes de novembro fecharam-na definitivamente” (VIANNA, 2015, p. 23). Em relação à utilização do termo Revolução Comunista ou Levante Comunista para o que aconteceu em 1935, segundo Motta,

Evidentemente, o objetivo final seria implantar o socialismo no país, ainda que se tornasse necessário estabelecer políticas transitórias e concessões a eventuais aliados moderados. Em tais condições, não pode ser considerado inapropriado qualificar a Revolução de 1935 como comunista (MOTTA, 2020, p. 211).

A tentativa revolucionária foi iniciada em 23 de novembro de 1935 em Natal com a tomada do 21º Batalhão de Caçadores, contando com o apoio de cabos, sargentos e grande apoio de funcionários públicos e operários, conseguindo manter-se no controle por cinco dias (JANSEN, 2015). No dia 25, os militares ocuparam o 29º Batalhão dos Caçadores no Recife, o sargento Gregório Bezerra ficou encarregado de mobilizar os praças do CPOR, além disso, esperava-se a participação de estivadores, operários, portuários, entre outros, mas não apareceu ninguém no momento do Levante (VIANNA, 2007). Em 27 de novembro, militares no Rio de Janeiro assumiram o 3º Regimento da Infantaria na Praia Vermelha e a Escola de Aviação Militar no campo dos Afonso, derrotados após uma noite de luta (JANSEN, 2015). Para o PCB, a derrota ocorreu porque o movimento foi precipitado (VIANNA, 2007).

Os potiguares começaram uma revolução sem consultar o comitê ao qual estavam subordinados na hierarquia partidária. Os membros do secretariado reuniram-se às pressas na noite de 23 e, diante do fato consumado, ordenaram um levante imediato na região. Agindo assim, acabaram por desrespeitar também a hierarquia, pois tomaram decisão tão grave sem consultar a direção nacional do PCB. Determinou-se que em Recife a ação começaria às 9h do dia seguinte, domingo, 24 de novembro (MOTTA, 2020, p. 209).

De acordo com Adalgisa, em Recife, os líderes do Movimento, por parte do PCB, eram Caetano Machado e Silo Meireles. A cidade aparentava conter o maior número de pessoas politizadas, no entanto, também não compreenderam o que estava acontecendo quando o Levante iniciou, a maioria dos envolvidos da capital pernambucana faziam parte do PCB (VIANNA, 2007). Adalgisa comenta que havia uma organização das massas em Recife, porém, devido à precipitação, ficou mal organizado, os envolvidos no Levante ao chegarem ao ponto de encontro se dispersaram pela falta de armamento. Como exemplo da falta de um planejamento mais elaborado, a própria aliancista, mesmo fazendo parte do Movimento, não a informou antecipadamente sobre o início da revolução que ocorreu na parte da manhã do domingo, sendo comunicada apenas ao meio-dia. Após ser informada pelo coronel Muniz de Farias, foi encarregada de fazer duas comunicações para auxiliar os companheiros e companheiras, uma relacionada a um gráfico e outra em um Cais<sup>119</sup>. Das duas tarefas que recebeu, só conseguiu realizar uma, a do gráfico. A outra incumbência, ao chegar ao local combinado, não havia mais ninguém. Para Adalgisa, militante comunista e aliancista, a antecipação, falta de apoio e participação de outros estados levou à revolução ao fracasso. Em síntese, foi mal organizada.

Os levantes de novembro tiveram diferenças marcantes: o de Natal, desencadeado pela revolta de militares subalternos do 21º BC, contou com ativa e ampla participação popular; o de Recife, desencadeado pela direção-regional do PCB, tentou arregimentar a população civil sem maior sucesso; os do Rio, decididos por Prestes, foram principalmente levantes de quartel. Apesar das diferenças, o traço que uniu os três movimentos foi o elemento tenentista (VIANNA, 2007, p. 102).

O número exato da quantidade de mortos e feridos ocasionado pelo Levante é desconhecido. Sabe-se que em Recife, dezenas de revolucionários foram fuzilados após o controle do conflito, “fontes da época estimaram em 60 mortos e 250 feridos as baixas de Recife” (MOTTA, 2020, p. 213).

---

<sup>119</sup> Na entrevista não foi possível compreender exatamente a qual Cais se referia.

Quanto à participação e organização das mulheres no Levante de 1935, segundo Adalgisa, não houve uma organização de mulheres. Existem outras referências que sinalizam o envolvimento feminino no movimento de 1935. Aloízia Medeiros Freire<sup>120</sup>, sinaliza como exemplo, a participação de Amélia Gomes Reginaldo e sua mãe Luzia Gomes dos Santos em Natal-RN. Além disso, segundo a autora, as mulheres que participaram do Levante de 1935, também fizeram parte da União Feminina do Brasil, um órgão relacionado com o PCB e beneficiado pela ANL e pelo Socorro Vermelho Internacional. Uma das figuras representativas do público feminino nacional atuante em 1935 é Olga Benário, enviada pelo Comintern para garantir a segurança de Luiz Carlos Prestes. Ainda conforme a autora citada, compartilho da mesma compreensão de que Olga foi muitas vezes retratada, na historiografia e por pesquisadores marxistas, como apenas a “mulher de Prestes”. Isso remete a taxação de um papel subalterno que também ocorre com as mulheres atuantes no movimento de 1935 em Natal e Pernambuco, excluindo quase que totalmente aquelas que não tinham um marido/companheiro militante.

Voltando ao pronunciamento de Adalgisa em relação à inexistência de uma organização das mulheres em 1935, como justificar a afirmação de Adalgisa? Primeiramente, ela comenta que teve uma participação individual, então não viu e não teve conhecimento sobre uma organização vinda especificamente das mulheres. Ademais, pode-se considerar que muitas organizações e figuras femininas afirmaram não fazer parte de nenhum partido político, embora houvesse uma aproximação com o PCB. Mesmo assim, naquele momento, foram determinantes “o ideário marxista, assim como a vivência nas células do Partido Comunista, para a politização das mulheres, mesmo considerando-se que nem todas eram comunistas ou filiadas ao partido” (VIANNA, 2002, p. 29). Devido a não oficialização de muitas mulheres com o PCB, é difícil precisar os nomes envolvidos<sup>121</sup>. Deste modo, compreendo a resposta de Adalgisa com a justificativa de que oficialmente não houve uma organização de mulheres do PCB, pelo menos não em Pernambuco.

Segundo Homero Costa (2015), no Recife, a sede da ANL ficava localizada na Rua do Imperador, fundada no início de abril de 1935, o comitê regional do PCB foi o principal articulador do Levante, os envolvidos reuniram-se ao tomarem conhecimento da deflagração

---

<sup>120</sup> FREIRE. Aloízia Medeiros. O papel da mulher na Insurreição Comunista. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/memoria/1935/livros/70anos\\_depois/06\\_aluizia\\_freire\\_papel\\_mulher\\_insurreicao.htm](http://www.dhnet.org.br/memoria/1935/livros/70anos_depois/06_aluizia_freire_papel_mulher_insurreicao.htm). Acesso em: 30/10/2023.

<sup>121</sup> Para confirmar essa relação, seria necessária uma pesquisa mais aprofundada sobre cada personagem feminina. Uma das justificativas para a não confirmação pública do envolvimento com o PCB seria a constante perseguição sofrida pelas/os militantes comunistas, tornando suas vidas mais complicadas.

da Insurreição em Natal. O grupo de revolucionários de Pernambuco era constituído por figuras como “Silo Meireles – oficial reformado do exército, os Tenentes Lamartine Coutinho e Alberto Besouchet e o Sargento Gregório Bezerra, todos do Exército, e os civis José Caetano Machado, Pascácio Fonseca (operário gráfico)” (COSTA, 2015, p. 133). O autor não menciona a participação de figuras femininas, deste modo, deixa no anonimato a atuação das mulheres pernambucanas.

Uma possibilidade de fonte que pode ser utilizada para mapear o envolvimento feminino com o comunismo é a documentação da DOPS. Na próxima parte, a discussão abordará as perseguições vivenciadas por Adalgisa, considerando os materiais da DOPS-PE.

### **3.4. Na mira da DOPS-PE**

Segundo Arleandra Lima Ricardo (2009), após o Levante de 1935, Getúlio Vargas decretou Estado de Sítio e a Carta Constitucional de 1934 foi suspensa. Com isso, teria criado a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) no dia 23 de dezembro de 1935 e o Tribunal de Segurança Nacional (TSN) no ano seguinte, com a função de julgar as pessoas com envolvimento políticos maléficos ao governo. Segundo Zélia Gominho (2011), a DOPS teria sido criada bem antes, em 1924. “Estas instituições visaram conter as ameaças à ordem vigente, o movimento operário, e, principalmente, o ideário considerado comunista” (GOMINHO, 2011, p. 112). Mas a frente, na constituição de 1946, foram contemplados:

[...] dispositivos que visavam proteger o país de influências extremistas externas que representassem ameaça a sua estabilidade política interna [Defesa Nacional]. Nas Constituições de 1824, 1934 e 1937 esta preocupação já se manifestava, não só com a segurança externa (Segurança do Estado ou Nacional) quanto de ordem interna [Defesa do Estado] (GOMINHO, 2011, p. 112).

Com base nos interrogatórios, procedimentos e técnicas de investigação adotadas pelos agentes da DOPS, confirma-se a existência de uma vasta rede de espionagem empenhada em obter o máximo de informações possíveis sobre as/os investigadas/os. A prática adotada pela DOPS teve influência de instituições internacionais. Ao todo, em Pernambuco, 1.420 pessoas foram sentenciadas durante o período conhecido como Estado

Novo. A documentação da DOPS foi liberada para pesquisa somente na década de 1990, permitindo compreender os desdobramentos da repressão e opressão, inclusive o direcionamento repressivo sobre o movimento feminino (RICARDO, 2009). Deste modo,

A repressão desencadeada pela DOPS em Pernambuco, não escolheu classe ou gênero, ou segmentos sociais. Porém, quando se trata do gênero feminino, o preconceito contra a mulher que exercia atividades públicas somou forças na composição da violência da opressão.

Conforme consideravam os agentes da DOPS, a entrada de mulheres no movimento da política causava transtornos adicionais, pois a ela cabia-lhe o espaço privado, o cuidado da casa, da família, do marido, dos filhos. (RICARDO, 2009, p. 132)

Não posso deixar de mencionar que para Aloízia Medeiros Freire<sup>122</sup>, com base na documentação policial que acessou, a autora notou a desinteresse com a verdadeira identidade das mulheres, tendo em vista o preenchimento incompleto dos documentos, dificultando a obtenção de informações coerentes. Além disso, embora a invisibilidade atribuída à atuação feminina nos espaços públicos seja evidenciada em pesquisas historiográficas, observa-se como o público feminino, em parte, atuou na política dentro de suas possibilidades, reivindicando direitos básicos e necessários para a existência humana e para que elas também fossem reconhecidas como cidadãs de fato.

Diante das condutas diminutivas em relação à atuação feminina que compunham as bases governamentais do período político estudado, o engajamento político das mulheres era visto como uma ameaça “a ordem e aos bons costumes”, por isso deveriam ser impedidas a todo custo. Deste modo, tornando-se a DOPS uma ferramenta de controle, que por vezes muito eficiente diante dos detalhes cotidianos encontrados nos relatórios. Porém, ao mesmo tempo, não tão eficiente, se destacar a atuação de figuras como a de Adalgisa, que embora tenha sido extremamente vigiada, conseguiu se ressignificar na política comunista em Pernambuco. Mesmo com toda a documentação referente à vida de Adalgisa, não foi possível precisar todas as suas entradas e saídas da prisão. No entanto, “é possível afirmar que desde a década de 1930 suas prisões foram intermitentes até 1965” (RICARDO, 2009, p. 131).

Em relação às perseguições, a comunista foi vigiada e perseguida nas ruas, mercados e também “no cumprimento de seu mandato como deputada, em 1947. Pessoas ligadas a ela e

---

<sup>122</sup> FREIRE. Aloízia Medeiros. O papel da mulher na Insurreição Comunista. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/memoria/1935/livros/70anos\\_depois/06\\_aluizia\\_freire\\_papel\\_mulher\\_insurreicao.htm](http://www.dhnet.org.br/memoria/1935/livros/70anos_depois/06_aluizia_freire_papel_mulher_insurreicao.htm). Acesso em: 30/10/2023.

matérias que escreveu serviram de motivos para justificar prisões arbitrárias ao longo de sua vida” (RICARDO, 2009, p. 131). Esse detalhe da vida de Adalgisa permite compreender o nível de repressão desencadeado pelas DOPS, comprometida em averiguar o máximo de informações possíveis para prejudicá-la na política e pessoalmente.

Tomando por fio condutor a vida de Adalgisa Rodrigues Cavalcanti, a partir de 1946, os procedimentos de suspeição foram intensificados. Em qualquer situação, dentro ou fora de sua residência, fosse qual fosse o motivo de suas saídas e em sua residência, havia sempre agentes de prontidão. Sua vida social foi acompanhada diariamente com o objetivo de registrar alguma atitude que fosse considerada subversiva, para assim servir de provas para os inquéritos que eram abertos a cada prisão. (RICARDO, 2009, p. 136).

O Prontuário Individual da DOPS-PE pertencente à Adalgisa R. Cavalcanti é identificado pelo número 5306, contém 263 documentos, correspondentes de agosto de 1934 a janeiro de 1967, conforme mostra a figura 9, tratando-se da capa do Prontuário. Nesse material, me deparei com a informação de que em 1936, Adalgisa sinalizou que a profissão exercida naquele momento era a de doméstica, mas não informou o local de trabalho, permitindo inferir que, possivelmente, exercia essa atividade em sua própria casa. Para tanto, também há relatórios policiais detalhando suas ações cotidianas e antecedentes criminais, breves biografias, suas características físicas e aproximações com determinadas organizações e elementos do PCB.

Prontuário Individual

NOME: ADALGISA RODRIGUES CAVALCAN-  
TI. 11

Nº DO DOCUMENTO: 5306

DATA DO DOCUMENTO: 08/1934 ; 01/1967.

QUANTIDADE DE DOCUMENTOS: 263 doc.

FUNDO SSP Nº: 117211R.

Figura 9. Capa do prontuário de Adalgisa.

Em 26 de março de 1936, Adalgisa teve sua primeira detenção, motivada por sua ligação com o Levante de 1935. O relatório referente a este dia é produzido por um investigador não identificado, aparentemente, o único meio de identificação utilizado pelos investigadores do DOPS é uma numeração. O investigador não mencionou a sua numeração, apenas o horário da abordagem: às dezesseis horas e dez minutos, acompanhado de mais dois investigadores, o 93 e o 78. Antes de pontuar essas informações, o investigador informou que diante do seguimento das investigações, era de seu conhecimento algumas características da militante, qualificando-a como “pessoa inteligente”, além de manter espiões a seu serviço a fim de evitar ser surpreendida pela polícia, tratando-se de uma mulher muito conhecida nas classes ferroviárias e gráficas.

Na primeira ida de Adalgisa à prisão foi acusada por Malvino Reis de ter realizado atividades subversivas, atuado no “movimento comunista”<sup>123</sup>. Todas as pessoas que se encontravam na casa de Adalgisa também foram levadas à delegacia: Alfredo Reechimend, Hilda Nunes, Maria do Carmo Rodrigues de Freitas, Amélia Rodrigues de Freitas, Maria de Barros Silva e Alcides Moreira, ficando na residência apenas Amélia Campello (mãe adotiva de Adalgisa), para cuidar de Tito Tenório Cavalcanti (marido de Adalgisa) que estava doente. Este dia ficou marcado na memória de Adalgisa. Uma sexta-feira da Paixão, feriado nacional. Todas aquelas pessoas presentes tiveram que ir a pé até a delegacia, passando pela praça Joaquim Nabuco, encontrando a procissão dos Passos, dificultando, em meio a tantas pessoas, a identificação de quem realmente eram os detidos. Chegando a delegacia, Malvino Reis estava furioso, esperando prontamente por Adalgisa e ao identificá-la, liberou os demais que a acompanharam, pois a denúncia era direcionada apenas a ela. Passou quinze dias presa e incomunicável, não permitiram a comunicação nem com seu esposo. O tratamento foi de péssima qualidade, alimentação horrível, como era jovem naquele período foi mais fácil tolerar.

Adalgisa confessou nunca ter sofrido agressão física na cadeia, a violência que vivenciou foi moral, recebendo xingamentos. Assistiu à torturas, como a da esposa de José Francisco de Oliveira, uma senhora idosa torturada com o uso de palmatória, batendo em seus pés. Muitas pessoas foram torturadas e mortas durante o período do Estado Novo. Após aquele episódio, constantemente ela passou a ser convocada à delegacia, não diziam que era

---

<sup>123</sup> Movimento comunista - um dos termos utilizados para se referir ao Levante de 1935. A polícia política insistia que o referido movimento era totalmente comunista, estando o PCB à frente da ANL.

uma prisão, era um chamado, chegando lá, era obrigada a preencher fichas detalhando informações, ela retrucava, não se deixava intimidar. Em meio às ameaças e torturas, colegas de Adalgisa que também integravam a militância partidária comunista a denunciaram, ocasionando mais detenções à acusada.

O que chama a atenção no depoimento de Adalgisa é a afirmação de não ter sofrido tortura física. Levando a questionar o que teria motivado esse livramento. Passando por uma análise interseccional<sup>124</sup>, um dos fatores favoráveis para o escape dos maus tratos físicos, seria a branquitude, uma vez que ela ocupava uma posição social privilegiada, a de uma mulher branca, hétero e casada. Em relação às características físicas de Adalgisa Rodrigues Cavalcanti, era uma pessoa do sexo feminino, cor branca, cabelos lisos castanhos, olhos castanhos claros, nariz achatado, boca regular, rosto redondo, com um metro e cinquenta e oito centímetros de altura.

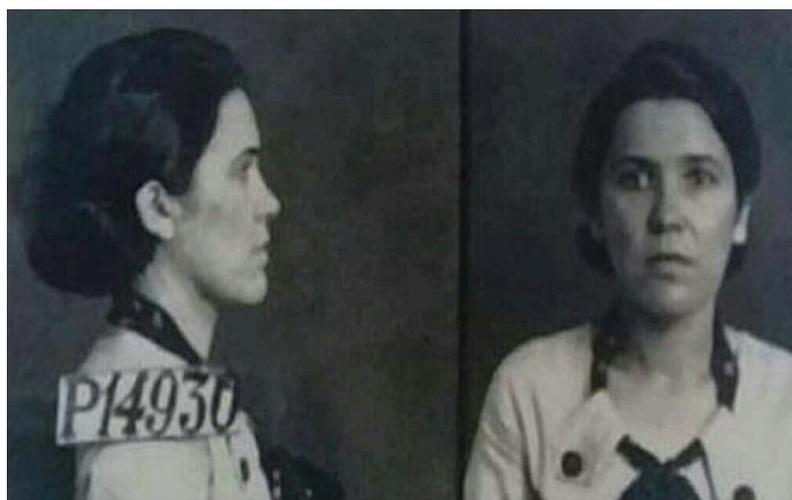


Figura 10. Detida – Adalgisa Cavalcanti – Codinome “Ana”.<sup>125</sup>

Ao analisar a figura 10 que retrata Adalgisa, tudo indica que essa imagem foi retirada na segunda metade da década de 1930, quando estava detida na delegacia, observam-se aspectos que caracterizam a militante como uma delinquente. Segundo Motta (2023), as fotografias retiradas nas delegacias identificavam as/os comunistas como criminosas/os, “seguindo o estilo que lhe era peculiar, retratavam os revolucionários nos mesmos ângulos e

<sup>124</sup> O conceito de interseccionalidade remete a uma sensibilidade analítica, elaborada e pensada pelas feministas negras (AKOTIRENE, 2019).

<sup>125</sup> Fonte: APEJE/DOPS/Prontuário n. 5603.

poses utilizados para enquadrar os marginais” (MOTTA, 2023, p. 236). No primeiro momento, Adalgisa está de lado, deixando visível sua identificação e passagem pela delegacia (P14930). No segundo momento está de frente com um aspecto sério, aparentando ser uma mulher perigosa como as demais pessoas envolvidas com o comunismo, fornecendo munição para a propaganda anticomunistas da década de 1930.

Inclusive, a construção e o uso do termo “Intentona Comunista” associava “a imagem da ação revolucionária a violência, assassinatos covardes e estupros” (MOTTA, 2023, p. 212). Do mesmo modo, “intentona” tem como significado “intento louco”, “motim insensato”, desqualificando o evento, contribuindo com a criação de um imaginário e celebração anticomunista. O anticomunismo no Brasil iniciou após a Revolução Russa de 1917, episódio com repercussão internacional. O anticomunismo atuou com demasiada intensidade em três momentos: o primeiro foi entre 1935-1937, o segundo momento foi de 1946 a 1950, depois em 1964, ocasionando o golpe militar. As representações do anticomunismo decorrem de três bases, o catolicismo, nacionalismo e liberalismo (MOTTA, 2023). Além disso,

[...] o anticomunismo brasileiro foi bastante marcado por influências internacionais tanto no que respeita às representações, quanto às ações. Mas isso não impediu que existisse dinâmica própria e elaborações originais no campo das representações. Na realidade, o anticomunismo no Brasil resultou da interação entre fatores endógenos e exógenos, e os elementos dessa combinação variaram dependendo da conjuntura histórica (MOTTA, 2023, p. 28).

Aspectos importantes que marcaram as perseguições aos comunistas brasileiros. Para esse estudo, os dois primeiros momentos do anticomunismo correspondem a momentos agitados e cruciais da trajetória de Adalgisa. Embora ela tenha sido prejudicada com o golpe de 1964, sendo isto decorrente dos seus envolvimento anteriores. Os antecedentes “criminais” da comunista que constam na documentação da DOPS são iniciados em 25 de setembro de 1934, por assinar com outras pessoas o documento enviado ao Tribunal Eleitoral Regional, solicitando o reconhecimento do PCB. Ademais, descreveram suas passagens pela delegacia, configurando-se em sua maioria breves detenções justificadas por “ordem pública”, averiguação policial, atividades subversivas, ou seja, devido seu envolvimento direto com o PCB, as quais são identificadas em organizações e atuação em comícios, em defesa da paz, escrevendo artigos não bem vistos em virtude de ser uma homenagem a figuras importantes do comunismo, como Stalin. Realizou atividades na diretoria do CMPD, participação em

cursos formativos do PCB, criminalizada pela distribuição de exemplares da *Folha do Povo*, realizou e participou de palestras apresentando campanhas pela Paz, do Petróleo, de Emancipação Nacional e contra o Pacto Militar Brasil-Estados Unidos.

Entre todos os relatórios elaborados pela DOPS, o do dia 29 de outubro de 1964 é o que considero mais polêmico. Este documento foi descrito da maneira mais grotesca o preconceito contra as mulheres, desencadeado pelas autoridades detentoras do poder. É provável que Adalgisa tenha sido uma das mulheres que mais sofreu com as ofensas e perseguição política no estado de Pernambuco. Consoante às informações obtidas, o relatório foi elaborado e divulgado pelo delegado Álvaro da Costa Lima. Nesse cenário de 1964, Adalgisa demonstrou indignação com o inquérito apresentado. Pois, além de criticar a vida pública de Adalgisa, o encarregado pelo inquérito ultrapassa os limites do bom senso ao zombar, interferindo em sua vida particular, trazendo a tona questões que deixam explícito o que é conhecido na atualidade pelo nome de ‘machismo’ e ‘misoginia’. A seguir será exposta uma parte do referido relatório:

[...]

Não tendo filhos para cuidar e sendo o seu esposo bonzinho de gênio, não criando embaraços às suas atividades políticas, dona Adalgisa passou a dedicar-se única e exclusivamente aos interesses do Partido, mesmo porque essa questão de lar, de família, são sentimentos burgueses, segundo a teoria comunista e, daí dona Adalgisa relegar a um plano secundário a sua vida doméstica. Moscou precisava mais dos seus serviços<sup>126</sup>.

Nesta primeira parte destacada, observa-se que a ausência de filhos e o temperamento tranquilo de seu marido são tidos como fatores favoráveis ao comportamento subversivo de Adalgisa, remetendo a ideia de que a maternidade, a autoridade e agressividade masculina seriam características fundamentais para manter uma mulher decente longe da vida agitada de militante comunista. Do mesmo modo, a ausência dessas características atua como fator relevante aos interesses do comunismo, que no entendimento das autoridades políticas da época, o comunismo menosprezava a vida doméstica e familiar, valorizando apenas os interesses de Moscou.

[...]

---

<sup>126</sup> Prontuário n. 5603. DOPS. APEJE. Recife, 29 de outubro de 1964.

É o Sr. Tito Tenório Cavalcanti, esposo de dona Adalgisa, - quem diz no seu depoimento que – “é a sua senhora militante do Partido Comunista, como é do conhecimento geral e que desde o dia três de abril do ano em curso, a mesma saindo para fazer compras, não mais voltou ao lar até a presente data”. Bem que Dona Adalgisa já se aproximando dos seus sessenta anos assaz vividos, poderia estar ao lado do seu marido, cuidando do bom velho, fazendo tricô e ouvindo novelas. Mas qual o quer, prefere andar por aí afóra, tramando contra tudo e contra todos, a esta altura já denegrindo a personalidade de Kroaygin, seu novo patrão, pessoa de quem - é possível - nunca tenha ouvido falar. Tem jeito não, para dona Adalgisa

Enquanto isso, “seu” Tito se encontra sozinho, septuagenário, diabético, precisando mais do que nunca da sua companheira para lhe fazer um chá, prover nos seus achaques e cantando para si mesmo – “ela saiu de casa e nunca mais voltou...”<sup>127</sup>.

Dando continuidade, o responsável pelo inquérito, tenta diminuir a contribuição das atividades de Adalgisa, afirmando ser uma mulher idosa e que por este e outros motivos deveria ficar em casa, reclusa no espaço privado ao invés de andar causando confusão, sendo possível compreender isto em trechos como “poderia estar ao lado do seu marido, cuidando do bom velho, fazendo tricô e ouvindo novelas”. Deste modo, a ideia inserida seria a de que a militante dava mais valor aos camaradas do partido, deste modo, aos interesses internacionais do que a sua própria casa e esposo. No entanto, devido a sua idade, ao invés de estar auxiliando na política comunista, estaria difamando a personalidade de Alexey Kosygin, tendo em vista ser uma mulher com 60 anos. A ausência de Adalgisa no ambiente privado é vista como a causadora dos infortúnios de seu marido que, além de ter mais de 70 anos, era diabético, teria ficado transtornado por não ter uma esposa para exercer sua função natural de cuidadora do lar, alimentando e satisfazendo as necessidades de seu marido incapaz e solitário.

Diante das provas colhidas no inquérito, não se faz preciso invocar o sistema de São Thomé para, de sua consciência, afirma-se estar dona Adalgisa incursas nas penas do arts. 9 e 10 da Lei de Segurança Nacional, tornando-se oportunas a decretação da sua prisão preventiva nos termos da aludida lei<sup>128</sup>.

O relatório é finalizado com a conclusão que diante das informações relatadas, é justificável a sua condenação, não havendo dúvida dos crimes cometidos por Adalgisa, afetando e prejudicando não apenas a ordem política, como também, a “moral e os bons costumes” da sociedade brasileira, os quais deveriam ser seguidos e preservados. Tratando-se

---

<sup>127</sup> *Ibidem.*

<sup>128</sup> *Ibidem.*

de uma mulher subversiva, idosa, irresponsável e despreocupada com o “bom senso familiar”. De acordo com Ricardo (2009):

Tais conotações preconceituosas contra a mulher que exercia uma função pública não expressam somente a posição de um indivíduo. Estão engendrados no social, confere-lhe valor moral, diz respeito aos bons costumes e significa o uso do poder público para determinar a função e o lugar da mulher. (RICARDO, 2009, p. 135).

O relatório da DOPS, mencionado anteriormente, está relacionado à condenação de Adalgisa em um ano de prisão pela justiça militar. A motivação para o acontecido estava relacionada ao seu mandato de deputada estadual, acusada de praticar atividades subversivas, 19 anos depois deveria pagar pelos seus “crimes”. A prisão aconteceu em 09 de agosto de 1966, Adalgisa passou seis dias na DOPS, depois foi levada para a Colônia Penal, chegando às dez horas da noite, sendo recebida pela irmã Benigna (freira), após receber as instruções do inspetor a levaram à diretoria da Colônia Penal. Este acontecimento na vida de Adalgisa foi exposto em matérias de jornais da seguinte maneira:

#### **Conselho de Justiça condena ex-deputada a 1 ano de prisão**

A ex-deputada Adalgisa Cavalcanti foi condenada ontem, a um ano de prisão, pelo Conselho de Justiça do Exército, o qual aceitou, em parte, a denúncia da promotoria contra ex-parlamentar, acusando-a de desenvolver atividades subversivas no estado, notadamente durante o exercício do seu mandato.

Após o julgamento, a ré (que se achava em liberdade) foi transferida, diretamente do salão de audiências da Auditoria da 7ª, Região, para a Colônia Penal de Mulheres Delinquentes, tendo sua advogada demonstrado intenções de requerer comutação da pena, sob alegação de já haver, sua constituinte, cumprido suficiente tempo de prisão.<sup>129</sup>

#### **Adalgisa Cavalcanti foi Condenada ontem a Cumprir um ano de Detenção**

À pena mínima de um ano de reclusão, imposta pela Lei de Segurança do Estado a quem se filia ou ajuda “com serviços ou donativos, ostensiva ou clandestinamente, mas sempre de maneira inequívoca”, a um partido dissolvido por força de disposição legal, o PC foi condenado ontem pelo Conselho Permanente de Justiça do Exército a ex-deputada Adalgisa Cavalcanti, ex-funcionária do Serviço Social Contra o Mocambo, e uma das mais antigas militantes e divulgadoras da doutrina marxista no Recife. [...] Ontem mesmo a acusada foi escoltada da auditoria de Guerra da 7.ª RM para a Colônia Penal de Mulheres Delinquentes, onde expiará seus atos criminosos.<sup>130</sup>

<sup>129</sup> Prontuário n. 5603. DOPS. APEJE. Recife, 10 de agosto de 1966 [Fragmento do Jornal do Comércio].

<sup>130</sup> Prontuário n. 5603. DOPS. APEJE. Recife, 10 de agosto de 1966 [Fragmento do Diário de Pernambuco].

Ambos os fragmentos foram retirados da documentação da DOPS-PE correspondente ao prontuário Individual de Adalgisa. O primeiro faz parte do *Jornal do Comércio* e o segundo trata-se do *Diário de Pernambuco*. Nas duas matérias, encontram-se subsídios que permitem apurar os interesses contidos nesses dois meios de distribuição de informações de nível expressivo. Dessa maneira, compreendo que as opiniões colocadas nestas fontes estão em extremo alinhamento com os detentores do poder. Sendo notável que as justificativas apontadas para a sua prisão estão relacionadas ao envolvimento com o PCB. Ainda sobre os fragmentos dos jornais, no *Jornal do Comércio*, Adalgisa é acusada de desenvolver “atividades subversivas” no estado de Pernambuco durante o período em que atuou como deputada estadual, passando-se 19 anos após a finalização de seu mandato político. No *Diário de Pernambuco* é mencionado de ter praticado “atos criminosos”, os quais seriam ter ajudado e se filiado ao PCB que havia sido “dissolvido por força de disposição legal”.

Essa prisão foi a mais longa de toda a vida de Adalgisa. Ocorreu no período de ditadura civil-militar, confinada na Colônia Penal do Bom Pastor, localizada na cidade do Recife, lugar este que foi nomeado no ano de 1943, “quando a Ordem Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor alicerça a pedra fundamental da Colônia, que foi inaugurada em 1945” (SILVA, 2017, p. 87). Tratava-se de um local específico que recebia somente mulheres delinquentes, inclusive, recebeu não apenas presas políticas de Pernambuco, mas de outros estados brasileiros, como do Rio Grande do Sul. “Em Pernambuco a Colônia foi construída em parceria com o Estado, na gestão do governador Agamenon Magalhães e a Ordem Religiosa Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor” (SILVA, 2017, p. 88). Por ser uma instituição dirigida por freiras, era organizada de maneira diferenciada das penitenciárias comuns. Pautava-se no sentido de garantir uma “recuperação social”, dessa maneira, não recorriam a meios violentos de repreensão, como a tortura (SILVA, 2017).

Para atingir o objetivo da “recuperação social”, alguns ofícios eram ensinados as detentas “como a produção de doces, biscoitos, pães, corte e costura, entre outras atividades que permitissem a estas mulheres, consideradas socialmente desviantes, ao saírem da Colônia Penal, fossem reinseridas na sociedade” (SILVA, 2017, p. 88), ou seja, era uma forma indireta de mostrar a essas mulheres que a salvação e arrependimento de seus crimes se encontravam na realização de atividades tidas como naturais às mulheres, o cuidado, o das “práticas femininas”, deixando de lado o interesse por política.

Em entrevista realizada em 02 de dezembro de 1983<sup>131</sup>, Julia Santiago da Conceição, comenta sobre sua proximidade com Adalgisa, visitando-a sempre que podia, levava frutas. Muitas vezes era a primeira a chegar ao Bom Pastor e a última a sair após a finalização do horário de visita. Além disso, Julia conta que muitos dos integrantes do PCB tinham pavor só de imaginar em passar de frente a Colônia do Bom Pastor, repreendendo-a, pois poderia ficar presa com Adalgisa. Julia dizia que se ficasse por lá, pelo menos Adalgisa não ficaria sozinha, as duas teriam muito assunto para conversar. Demarcando um espaço de luta e solidariedade.

Embora a documentação da DOPS-PE seja um material que remete as opiniões e interesses dos que faziam parte da polícia política da época, contém informações relevantes sobre a atuação de Adalgisa na política comunista em Pernambuco. Isso chama a atenção para dois aspectos: o primeiro, de que Adalgisa e outras mulheres participaram ativamente dos processos políticos em Pernambuco, porém, foram invisibilizadas na historiografia oficial; o segundo ponto, diz respeito ao protagonismo exercido por Adalgisa dentro do PCB. Chega a ser interessante como os relatórios da DOPS ao serem produzidos para desmerecer a atuação de Adalgisa, podem ser analisados com a perspectiva de expor os seus modos de agir em uma sociedade machista e capitalista. Adalgisa, como mulher, se impõe sem deixar de lado os aspectos envoltos da feminilidade, por sua vez, esses aspectos (principalmente o do cuidado) são utilizados para desmerecê-la como uma pessoa ativa na política.

A seguir, os apontamentos destacados giram em torno de sua militância antifascista, considerando como importante para a discussão, já que Adalgisa, na maioria de seus discursos, traz a tona críticas em relação ao fascismo.

### **3.5. Militante antifascista**

Adalgisa tornou-se uma das personagens antifascistas, iniciando seu desempenho no Movimento Antifascista em 1939, no início da Segunda Guerra Mundial. Antes disso, recorda a efervescência fascista no Brasil através do integralismo. Neste sentido, o fascismo pode ser caracterizado como um modelo de dominação política, destacando o aspecto de “oposição radical aos valores do socialismo e do comunismo” (MAIO e CYTRYNOWICZ, 2007, p. 44).

---

<sup>131</sup> FERNANDES, Eliane Moury. Entrevista: Julia Santiago da Conceição. CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco - MEC. Recife, 1983.

De acordo com Ricardo Figueiredo de Castro (2002), no Brasil, o fascismo e o antifascismo, enfrentavam-se desde a década de 1920, sendo a partir da fundação da AIB que os temas políticos nacionais passaram a fazer parte da disputa. A AIB foi criada por Plínio Salgado (1895-1975), um intelectual responsável pela sistematização da Teoria do Estado Integral, apoiando o fim do liberalismo, com ideais religiosos e defendendo uma visão conservadora sobre a família.

Em 1930, Plínio se encontrou com Benito Mussolini, que o aconselhou a criar um movimento e posteriormente fundar um partido político semelhante ao seu. Plínio, “com muita empolgação, dizia estar frente a frente com o gênio criador da política do futuro, o profeta do mundo contemporâneo” (GONÇALVES e CALDEIRA NETO, 2020, p. 9). Desta maneira, foi desenvolvida a Sociedade de Estudos Políticos (SEP) onde seriam debatidos os problemas gerais da nação e posteriormente se deu início a AIB, que foi fundada em 1932 e se tornou o primeiro partido de massas a atuar em território nacional. Seus integrantes ficaram conhecidos como camisas-verdes, fazendo uma alusão aos camisas-negras italianos. Entre as principais ideias políticas defendidas pelos integralistas estão: o corporativismo político, a abolição do pluripartidarismo, perseguição aos comunistas, o fim do capitalismo especulativo e a ascensão de um forte líder político.

A família e a religiosidade estavam presentes nos ideais dos integralistas. Em relação à família, as mulheres desempenham um papel importante e esses pontos foram expostos na obra “A Mulher do Século XX”<sup>132</sup>, livro escrito por Plínio Salgado, no qual ele exibiu o que acredita ser o papel fundamental das mulheres na sociedade. A maternidade foi um dos pontos destacados. Na perspectiva do líder integralista, por serem as mulheres capazes de gerar outro ser, desse modo, trazendo ao mundo mais militantes integralistas, elas exerceriam um papel fundamental na educação dessas crianças, pois, segundo Plínio:

Não importa que, em razão de qualquer motivo justo, ela não tenha filhos. Para ser mãe psicologicamente, familiarmente, socialmente, intelectualmente, e até politicamente, não importa o ter ou não ter filhos. O essencial é que a ação da mulher no seu meio se exerça num sentido maternal. [...] portanto, mesmo solteira, tem espiritualmente, sentimentalmente, uma missão maternal (SALGADO, 1949, p. 73-74).

---

<sup>132</sup> O livro “A Mulher no Século XX” foi primeiramente publicado em Portugal em 1946. No Brasil foi publicado em 1949.

Além disso, mencionou a importância da educação feminina baseada em fortes princípios morais, para os integralistas, a única base segura era o sentimento religioso, “a relação religião e política sempre foi uma característica presente no integralismo” (GONÇALVES e CALDEIRA NETO, 2020, p. 19). Esses aspectos eram necessários para que elas pudessem educar seus filhos, sobrinhos, irmãos, etc. Segundo Plínio Salgado, “o trabalho feminino fora do lar e a busca desvairada da satisfação dos desejos materiais eram responsáveis pela destruição da família” (GONÇALVES e CALDEIRA NETO, 2020, p. 31). Enfatiza-se uma responsabilidade muito grande as mulheres, pois, ainda conforme o livro de Plínio, o desvio de condutas morais de filhos e maridos, as mulheres são responsabilizadas por não serem boas mães e esposas. Até as ameaças do comunismo no ambiente familiar, a culpa era colocada sobre elas, por não aceitarem a verdadeira condição de uma mulher dedicada aos cuidados do lar.

É certo apontar as desavenças e disputas entre integralistas e comunistas durante a década de 1930. Para Boris Fausto (2018), havia pontos semelhantes entre os dois movimentos, como “a crítica ao Estado liberal, a valorização do partido único, o culto da personalidade do líder. Não por acaso, houve certa circulação de militantes que passaram de uma organização para a outra” (FAUSTO, 2018, p. 195). Um exemplo dessa mudança de grupo político é o caso de Paulo Cavalcanti, colega de Adalgisa. Iniciou sua atuação nas fileiras integralistas, após lidar com a frustração de suas expectativas em relação à AIB, mudou seu posicionamento ideológico, passando a atuar junto aos comunistas.

Em meio aos dois grupos políticos: AIB e a ANL. Naquele período ambos atraíram muitos simpatizantes, esse momento também é marcado pela rivalidade ideológica que tinha uma relação direta com o que estava acontecendo mundialmente, a disputa entre o comunismo e o fascismo, apesar da divergência de ideias, “ambos se chocavam com o velho Brasil das oligarquias” (CARVALHO, 2021, p. 108-109). No Brasil, “as campanhas contra o fascismo ganharam ímpeto, culminando com um violento choque entre antifascismo e integralistas em São Paulo, em outubro de 1934” (FAUSTO, 2018, p. 197). Adalgisa passou a fazer parte do grupo antifascista em 1939, lutou pela conquista da paz mundial, a sua estratégia de luta, vinculada ao PCB, se configurava na arrecadação de assinaturas de milhares de pessoas. Enquanto isso, durante o período de conflito, Getúlio Vargas demonstrava simpatia pelo grupo do Eixo - na Segunda Guerra Mundial -, comprovando a posição de Vargas com o envio de

Olga Benário ao governo nazista de Hitler. Diante do que era mais vantajoso, Vargas assumiu uma posição definitiva em 1942:

Em 31 de agosto de 1942, o Brasil declarou guerra aos países do Eixo Alemanha, Itália e Japão -, manifestando sua discordância com relação à política nazista de Hitler. Assim, as manifestações internas de repúdio ao nazifascismo transformaram-se em declarações de apoio a Getúlio Vargas, que saiu fortalecido desse trágico episódio. (SCHUMAHER; CEVA, 2015, p. 106).

Para José Murilo de Carvalho (2021), o Estado Novo foi um regime que se aproximou mais do salazarismo português, misturando “repressão com paternalismo, sem buscar interferir exageradamente na vida privada das pessoas. Era um regime autoritário, não totalitário ao estilo do fascismo, do nazismo ou do comunismo” (CARVALHO, 2021, p. 115). Ainda assim, tratou-se de um governo repressivo e antidemocrático impedindo a participação popular e, ao mesmo tempo, sendo insuficiente, pois, “nas décadas de 1930 e 1940 algumas organizações e associações se constituíram legitimando a resistência de grupos oprimidos e destituídos de direitos” (SCHUMAHER; CEVA, 2015, p. 106). Em Pernambuco, já na década de 1940, muitas mulheres se uniram para formar o Comitê de Mulheres Pró-Democracia, organização política que Adalgisa também integrou.

Em uma das edições do jornal, a *Folha do Povo*, Adalgisa escreveu uma matéria intitulada de “A Mulher contra a carta fascista”<sup>133</sup>, publicada em 21 de fevereiro de 1946. E em 08 de março de 1946, publicou outra matéria como o título de “Atendendo ao apelo de La Passionaria”<sup>134</sup>. Essas duas matérias, em específico, foi onde Adalgisa expôs com maior clareza o seu posicionamento contra a manifestação do fascismo e governos fascistas.

Em “A Mulher contra a carta fascista”, a militante comunista realiza uma discussão sobre o perigo iminente do retorno da carta fascista de 1937, que deu início ao período mais sombrio do governo Vargas (1937-1945). As palavras de Adalgisa demonstram indignação com a possibilidade de que os ideais fascista de 1937 fossem legalizados, provocando ou dando possibilidade da continuação de toda a opressão instalada com Estado Novo. A passividade não é vista como uma opção, diante de todos os tormentos vivenciados no Brasil

---

<sup>133</sup> CAVALCANTI, Adalgisa R. A mulher contra a carta fascista. In. *Folha do Povo*. APEJE. Recife. 21 de fevereiro de 1946.

<sup>134</sup> CAVALCANTI, Adalgisa R. Atendendo ao apelo de La Passionaria. In. *Folha do Povo*. APEJE. Recife. 08 de março de 1946.

e em outros países. Mães, esposas e noivas sofreram com a perda de entes queridos, mortos e desaparecidos, pessoas que perderam suas vidas lutando pela democracia diante da onda fascista. As mulheres seriam as mais empenhadas na luta, tendo em vista o fascismo dificultar ainda mais a continuidade da luta pelos direitos femininos, impossibilitando a resolução de seus problemas sociais e políticos.

Para isso, em seu texto, figuras do passado foram lembradas, entre essas figuras, destacam-se as heroínas de Tejucupapo, remetendo a um ideal de que havia tradição, civismo e liberdade nesta luta. A união de todas as mulheres, comunistas e democratas era importante para impedir a volta do fascismo nos moldes do que foi instalado em 1937. A manifestação contrária a este ato deveria ser realizada mediante telegramas enviados ao Presidente da República e líderes da Constituinte, além disso, a imprensa e o rádio foram excelentes ferramentas de comunicação, como também, comícios e palestras. Buscando intervir de forma pacífica e legalizada. Portanto, subentende-se que a matéria escrita por Adalgisa remeteu a um compromisso da militante na luta contra o fascismo. Adalgisa foi uma mulher que usou o seu lugar de fala para conscientizar outras mulheres em defesa da democracia, estava ciente das consequências da passividade política.

Na segunda matéria destacada, “*Atendendo ao apelo de La Passionaria*”, Adalgisa demonstrou ser uma mulher atenta ao que estava acontecendo fora do Brasil e que de certo modo, tinha conexões exteriores. Neste texto, ela falou sobre o fascismo espanhol, destacando o protagonismo feminino da antifascista espanhola Dolores Ibárruri (1895-1989), uma revolucionária comunista atuante no século XX. Adalgisa teve empatia diante do apelo de La Passonária, o povo espanhol estava sofrendo com o regime franquista. Revolucionários foram mortos e torturados por demonstrarem insatisfação com o fascismo espanhol, como foi o caso de Cristino Garcia (1913-1946), além dele, outras figuras do combate ao regime franquista, naquele momento estavam sob ameaça de perderem suas vidas, entre as mulheres: Izabel Saens Toledo, Maria Tiral e Mercedes Gouz.

Segundo Adalgisa, as brasileiras deveriam recorrer a uma posição ativa no cenário político e unidas solicitaram ao governo brasileiro uma ruptura das relações com o governo de Franco, como teria feito outros países. Utilizando este meio como uma manifestação contrária ao fascismo e em defesa da democracia mundial e da paz. Nesta matéria, escrita por Adalgisa, percebe-se que o movimento de protesto já tinha sido iniciado, mas haveria a necessidade de intensificar o apelo com o envio de telegramas e cartas, reforçando o apoio de solidariedade, a

“causa do povo espanhol, que é também a causa da democracia. Vamos pedir a liberdade aos países antifascistas que se acham presos nos cárceres fascistas de Franco”<sup>135</sup>.

Em suas matérias, Adalgisa fez questão de lembrar e defender as reivindicações das mulheres pernambucanas, como das demais brasileiras. Porém, ao mesmo tempo, ela fez uma conexão de como os problemas femininos são intensificados em governos fascistas. Não quer dizer que o regime democrático resolveria todas as dificuldades e problemas das mulheres, no entanto, com um governo democrático, suas reivindicações e suas lutas se tornariam mais aceitáveis diante das autoridades políticas, havendo subsídios legais para tais manifestações sem o uso da violência.

Adiante, na última parte deste capítulo, evidenciaremos a atuação de Adalgisa no CMPD, organização feminina que lutou bravamente pelos direitos democráticos.

### **3.6. O Comitê de Mulheres Pró-Democracia de Pernambuco**

O Comitê de Mulheres Pró-Democracia (CMPD) foi uma organização feminina, a qual considero a dimensão de suas reivindicações muito coerentes com o contexto histórico de criação e atuação. Fundado em 1945, na cidade do Recife. O CMPD de Pernambuco não foi o único a existir nesse período, as fontes documentais sugerem à atuação de uma organização semelhante no Rio de Janeiro. Além disso, é complicado mapear a existência em outros estados brasileiros, sendo necessária uma pesquisa nos Arquivos Públicos dos demais estados<sup>136</sup>. Para tanto, com base na documentação selecionada para esta pesquisa, proponho analisar aspectos desta organização política, considerados oportunos à atuação de Adalgisa.

Em relação ao funcionamento do CMPD, no programa do Comitê, foi sinalizado que o “Conselho Deliberativo do Comitê era formado pela Comissão Executiva e pelas dirigentes das seguintes comissões: Cultural, de Arregimentação, de Auxílio, de Finanças e de Publicidade, sendo todos os membros eleitos em assembleia” (GOMINHO, 2011, p. 108). Durante a fundação fez parte da comissão executiva: Neusa Gibson, presidente; Neusa Cardim, secretária; Edite Góis, tesoureira. O objetivo dessa organização era atentar-se à

---

<sup>135</sup> *Ibidem*.

<sup>136</sup> O mapeamento exato da existência do CMPD em outros estados não foi realizado, tendo em vista não ser o objetivo da pesquisa.

situação das crianças e, principalmente, às questões femininas. Segundo Zélia Gominho (2009), “percebe-se o esforço por formar uma consciência política feminina atualizada e ativa diante das problemáticas do pós-guerra, e ações que favorecessem a democracia no país, como a alfabetização” (GOMINHO, 2011, p. 108).

Faziam parte do CMPD, mulheres trabalhadoras e donas de casa. Como a própria organização sinaliza em matérias encontradas no jornal a *Folha do Povo*, o CMPD não tinha “cor partidária”. Desse modo, tanto aquelas ligadas a partidos distintos faziam parte, como também as que não estavam filiadas a nenhum partido político. Como nota de curiosidade, observa-se que, até onde foi possível realizar a pesquisa sobre esta organização feminina, havia uma relação harmoniosa com o PCB, sendo justamente no jornal deste partido que se encontrou um número significativo de matérias e convites para as reuniões do CMPD. Muitos nomes femininos conhecidos por atuarem no PCB-PE, integraram esta instituição que buscava assegurar direitos para as mulheres e crianças. Segundo Adalgisa, o CMPD estava ligado à Federação das Mulheres do Brasil, organização política de mulheres com forte influência do PCB.

O CMPD exigia, como condição para a admissão, que todas as suas sócias fossem antifascistas assumidas. Isso demonstra o posicionamento político dessas mulheres no período da Segunda Guerra Mundial e no pós-guerra. Muitas delas atuando no Movimento antifascista iniciado na década de 1930. Como foi o caso de Adalgisa R. Cavalcanti. Logo no início da fundação, a mensalidade mínima era de dois cruzeiros. As militantes antifascistas se preocupavam com a educação política das mulheres, promovendo além de evento de mobilização e protestos, eventos de caráter educativo.

Adalgisa contribuiu fervorosamente com o fortalecimento da democracia durante aquele período. Dedicando-se aos mais necessitados, comprometida com o bem-estar do povo, buscando meios que garantissem a efetivação do sistema democrático. Em meio às suas reivindicações democráticas, o movimento de mulheres que integrou naquele período, o CMPD, foi uma forma de unir-se a mais mulheres com os mesmos ideais. Fortalecendo a luta política.

O Comitê de Mulheres pró-Democracia, entretanto, não se restringia a promover eventos para defender a democracia no Brasil, mas se posicionavam também com questões internacionais. Em 1947 elas demonstraram solidariedade ao povo espanhol

ao apelarem às Nações Unidas que reagissem contra a ditadura de Franco. Ao observarmos as assinaturas no documento percebemos que o Comitê se multiplicou em subcomitês espalhados pelos diversos bairros do Recife e cidades vizinhas... (GOMINHO, 2019, p. 12)

Essa organização das mulheres possibilitou o surgimento de outras entidades femininas, demonstrando a força da união. Do mesmo modo, é interessante a preocupação com o que estava acontecendo fora do Brasil, permitindo refletir sobre o nível de conhecimento políticos dessas mulheres.

Em relação às lideranças femininas, no entendimento de Adalgisa, é possível afirmar que as líderes femininas atuavam de uma forma democrática, tendo em vista que para ela, todas eram líderes. Em situações específicas, uma personagem feminina poderia se tornar a representante majoritária, porque estava à frente em determinada manifestação, causa. Abrindo espaço para que todas as mulheres pudessem ocupar espaços de lideranças, rompendo com a generalização de que o indivíduo do sexo masculino nasceu para liderar os espaços políticos, espaços de poder.

Adalgisa, como mulher ativa na luta pela democracia e pelos direitos das mulheres, escreveu matérias para o jornal a *Folha do Povo*, em um de seus artigos, a discussão foi voltada para a importância da realização do I Congresso Nacional Feminino. A seguir, destaco um trecho deste artigo:

A realização do I Congresso Brasileiro Feminino é de alta e profunda significação na vida das mulheres brasileiras. Será através dos debates, neste Congresso, que surgirão as novas formas de lutas em torno da solução dos problemas do povo, e particularmente das reivindicações femininas.<sup>137</sup>

É nítida a importância deste congresso como um meio para as pautas femininas serem debatidas, buscando soluções para a insuficiência dos direitos das mulheres, na tentativa de colocar em prática ações fundamentais para a equidade de direitos entre homens e mulheres. Na escrita de Adalgisa, mais especificamente em um artigo escrito em 10 de março de 1950, é possível perceber o seu conhecimento sobre a história de mulheres que vieram antes dela ao citar os nomes de: Maria Quitéria (1792-1853), Anita Garibaldi (1821-1849), Maria Bárbara

---

<sup>137</sup> CAVALCANTI, Adalgisa R. O I Congresso Nacional Feminino Fator de Unidade e Organização para a Luta pela Paz. In. *Folha do Povo*. APEJE/DOPS. Prontuário n. 5603. Recife, 25 de maio de 1949.

(1711-1758), Bárbara Heliodora (1759-1819), Ana Nery (1814-1880), Leocádia Prestes (1874-1943), Olga Benário (1908-1942). “Como homenagem a todos esses vultos imortais, evocamos os seus nomes no dia que assinala a passagem da Jornada Internacional da Mulher”<sup>138</sup>.

A atuação revolucionária de Adalgisa não parou por aí. Ela também lutou em defesa do petróleo brasileiro. Com o slogan de “O Petróleo é Nosso...”, trabalhou dia e noite junto a tantas outras mulheres e homens. O objetivo da campanha era criar a Petrobrás, entendida como uma forma de alcançar a independência brasileira. Portanto, como foi analisado ao decorrer deste capítulo, Adalgisa demonstrou seu ativismo político de várias maneiras, observou-se os resultados das influências que recebeu ao longo de sua vida.

No próximo capítulo, o protagonismo político comunista de Adalgisa será destacado com mais profundidade, tendo em vista sua atuação como candidata a deputada estadual de Pernambuco.

---

<sup>138</sup> CAVALCANTI, Adalgisa R. O Significado da “Jornada Internacional da Mulher”: In. *Folha do Povo*. APEJE/DOPS. Prontuário n. 5603. Recife, 10 de março de 1950.

#### 4. “TUDO O QUE SE FIZER EM BENEFÍCIO DO POVO É DEMOCRACIA”: O PIONEIRISMO POLÍTICO DE ADALGISA EM PERNAMBUCO

*Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.*

*Rosa Luxemburgo*

As mulheres nos espaços de poder desempenham um papel fundamental no que diz respeito à representação delas e por/para elas. A atuação feminina nos espaços representativos deve ser evidenciada na prática, ou seja, no exercício de funções adequadas a este lugar de poder. Também é importante ressaltar a realização de estudos que retiram o véu do protagonismo feminino pioneiro, daquelas que foram as primeiras e permanecem no esquecimento da memória coletiva, restando apenas o imaginário de uma figura frágil e abnegada das disputas políticas de seu tempo vivido. Seria Adalgisa uma representante de um imaginário que qualifica as mulheres como submissas em todos os aspectos e principalmente subjugada na política? Logo de início, respondo que não. Adalgisa se ressignificou em sua época. Deste modo, surgiu a necessidade de realizar uma investigação a respeito de seus atos de mulher na política. Afinal de contas, com quais grupos sociais Adalgisa dialogou antes e depois das eleições que participou como candidata? Quais os objetivos de suas lutas políticas? Ela obteve resultados positivos em suas reivindicações?

A palavra “representatividade” aqui é compreendida como um termo a se referir a uma pessoa que representa os interesses de determinados grupos sociais e culturais, estando aliada a instituições políticas partidárias, ocupando este espaço de poder para agir conforme os seus ideais políticos e pessoais, compatíveis com as convicções do grupo a qual representa.

Os elementos tratados neste capítulo são direcionados, primeiramente, a apontamentos sobre a redemocratização e organizações femininas em Pernambuco naquele período, encaminhando-se para os desdobramentos das eleições de 1945 e 1947 no mesmo estado, destacando a candidatura política de Adalgisa Rodrigues Cavalcanti. Seguindo adiante, tratarei da atuação da primeira deputada estadual de Pernambuco, evidenciando os projetos políticos com os quais esteve envolvida, sinalizando os pontos principais dos seus discursos e se correspondem aos mesmos ressaltados durante sua campanha política em 1946 e início de janeiro de 1947. Nas últimas páginas do capítulo, destacarei os momentos finais do mandato

político de Adalgisa, relacionando com a ilegalidade do PCB e como a comunista passou a atuar na esfera pública da clandestinidade.

#### **4.1. Redemocratização e Organizações Femininas**

Após o fim do governo ditatorial de Getúlio Vargas, instalou-se o período de redemocratização, marcando uma nova fase da história política. Em 18 de abril de 1945, os presos políticos foram anistiados, do mesmo modo, conquistando-se a liberdade de organizações partidárias, inclusive a do PCB (SEGATTO, 2003). Considera-se que após o ano de 1945, “o ambiente internacional era novamente favorável à democracia representativa, e isto se refletiu na Constituição de 1946, que, nesse ponto, expandiu a de 1934” (CARVALHO, 2021, p. 151). Esses acontecimentos estão relacionados aos conflitos mundiais, como o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em termos políticos mundiais, o período de redemocratização brasileira estava enquadrado na Guerra Fria.

Nessa fase de redemocratização, em 1945, Adalgisa filiou-se oficialmente ao PCB. Em 1946, o PCB surgiu como “o quarto partido do país, calculando-se que contava, em 1946, entre 180 mil e 200 mil militantes” (FAUSTO, 2018, p. 221). No estado de Pernambuco o PCB se tornou um partido que conseguiu atrair diversos simpatizantes. A nova Constituição criada em 1946, segundo Anita Leocádia Prestes, para os comunistas “a Constituinte seria o único meio capaz de levar à implantação de um regime democrático no Brasil, sepultando a Constituição de 1937 e as instituições do Estado Novo” (PRESTES, 2006, p. 177). Para tanto,

A Constituição de 1946 manteve as conquistas sociais do período anterior e garantiu os tradicionais direitos civis e políticos. Até 1964, houve liberdade de imprensa e de organização política. Apesar de tentativas de golpes militares, houve eleições regulares para presidente da República, senadores, deputados federais, governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores. Vários partidos políticos nacionais foram organizados e funcionaram livremente dentro e fora do Congresso, à exceção do Partido Comunista, que teve seu registro cassado em 1947. (CARVALHO, 2021, p. 133).

Para o historiador José Murilo Carvalho (2021), duas ações tomadas nesse período levaram ao retrocesso democrático: a primeira ocorreu em 1947, quando o PCB teve seu

registro cassado, proibindo-o de atuar legalmente; a outra foi em 1963, após o Tribunal Superior Eleitoral proibir a eleição de suboficiais e sargentos. Apesar das limitações ainda presentes, a partir de 1945, houve uma crescente participação da população na política, atuando nas eleições e nas organizações políticas partidárias, nas ligas camponesas, sindicatos, entre outras associações (CARVALHO, 2021). Nesse período, segundo Adalgisa,<sup>139</sup> muitos comitês de bairros e de mulheres começaram a se organizar para reivindicar seus direitos. Ela participou de algumas organizações femininas, contribuindo com o fortalecimento da causa.

As mulheres que se organizaram neste período expressaram as demandas sociais não só vinculadas à vida privada, no universo de suas vivências enquanto esposas, mães e mulheres, bem como buscaram articular tais vivências com os acontecimentos políticos vivenciados à vida pública. (RICARDO, 2009, p. 110).

Ainda de acordo com Arleandra Lima Ricardo (2009), entre 1934 e 1964, as reivindicações femininas estavam ligadas aos “direitos sociais, como por salários iguais, creches, escolas, hospitais, entre outras questões, aglutinaram mulheres e militantes de várias correntes” (RICARDO, 2009, p. 109). Adalgisa, Julia Santiago, Cândida Maranhão e outras militantes “estiveram engajadas no movimento feminino pelo PCB arrecadavam dinheiro vendendo a Revista *Momento Feminino*, como também o Jornal da *Folha do Povo*” (RICARDO, 2009, p. 127).

Adalgisa escreveu artigos emblemáticos publicados na *Folha do Povo*. “Percebe-se através dos artigos escritos por Adalgisa, a sua preocupação em chamar as mulheres para a causa política, por direcionar sua fala ao público feminino” (RICARDO, 2009, p. 154). Além desse ponto de vista atribuído pela autora, acrescento os interesses políticos partidários de Adalgisa. Como militante comunista, Adalgisa faz uso de um lugar de fala, a princípio, seria o de mulher empenhada em atrair mais mulheres não apenas para a política, mas também para a política comunista. Isto reflete em uma estratégia política utilizada para atrair mais simpatizantes, sendo o público feminino o principal inserido nos discursos de Adalgisa, deve-se lembrar de que Adalgisa foi uma das dirigentes do PCB-PE. A minha perspectiva, não anula a ideia de que Adalgisa estivesse preocupada com a situação das mulheres

---

<sup>139</sup> FERNANDES, Eliane Moury. Entrevista: Adalgisa Rodrigues Cavalcanti. CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1982.

ignorantes na política. No entanto, não posso deixar de analisar as questões conforme os interesses dos jogos de poderes eminentes naquele contexto histórico.

Para que sua fala não entrasse em conflito com o modo de vida destas mulheres, Adalgisa se dirigia a elas na perspectiva de chamá-las à causa política, mas sem desconsiderar a importância que davam ao espaço privado, neste caso, o cuidado com a família. (RICARDO, 2009, p. 155).

Essa colocação permite interligar-se com a questão do lugar social ocupado por Adalgisa. Uma mulher casada que também tinha apreço pela vida privada e sabia das dificuldades dos cuidados do lar. Diante da fonte oral consultada e analisada, Adalgisa teve uma experiência positiva na vida a dois, seu esposo era compreensivo e amoroso, não só Adalgisa falou sobre isso, como também a Julia Santiago<sup>140</sup> mencionou o companheirismo de Tito Cavalcanti para com a Adalgisa, sua esposa. Neste sentido, Adalgisa não estava apenas considerando esse aspecto por causa do outro (de outras mulheres), mas sim porque também era de seu próprio conhecimento.

Concordo com a ideia de que os “artigos serviram de impulso para que as mulheres se unissem, a fim de reivindicar melhores salários, que neste período estavam congelados, assim como para reclamar sobre o aumento dos gêneros alimentícios” (RICARDO, 2009, p. 155). O que impossibilita obter um apanhado mais concreto destes atos é a dificuldade de mapear o nome dessas mulheres engajadas na luta política, sejam elas do PCB, ligadas a outras instituições ou sem vínculo partidário.

Nise Cardoso Duarte, uma das presidentas da Associação de Mulheres de Pernambuco, em entrevista<sup>141</sup> realizada em 1994 para a FUNDAJ, afirma que a Associação era ligada ao PCB, porém muitas das integrantes da organização feminina não sabiam, eram “inocentes”. A própria Nise diz que não era filiada ao PCB, mas tinha conhecimento de tais informações através de seu esposo, Carlos Duarte. Esta afirmação permite concluir que em meio ao cenário político pecebista de Pernambuco, toda ajuda era bem-vinda. Do mesmo modo, considera-se que estando o PCB na ilegalidade, a “inocência” diante da repressão poderia ser tida como uma estratégia para a propagação das ideias sem interferência da polícia

---

<sup>140</sup> FERNANDES, Eliane Moury. Entrevista: Julia Santiago da Conceição. CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco - MEC. Recife, 1983.

<sup>141</sup> FERNANDES, Eliane Moury. Entrevista: Nise Cardoso Duarte. CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco - MEC. Recife, 1994.

política. Certamente, nem sempre os resultados foram como o esperado, em sua maioria, tendo que lidar com as perseguições.

Outro fator que considero complicado de entender quando falado das organizações femininas de Pernambuco ligadas ao PCB é o uso dos termos para se referir a tais organizações. Aparentemente, uma mesma organização poderia ser chamada por vários nomes, fazendo parecer que ao se referir a uma em específico, estivessem falando de organizações diferentes, no entanto, trata-se da mesma. Isso é nítido quando Nise Duarte fala que a Associação de Mulheres de Pernambuco é uma organização local filiada à Federação com sede no Rio de Janeiro. Ela só usa o termo “Federação”, possivelmente se referia a Federação de Mulheres do Brasil. Ainda mais, afirmou que as principais lideranças ao nível nacional eram: Branca Fialho, Alice Tibiriçá. E ao nível local eram: Neusa Cardim, Adalgisa R. C., Ilda Maria Rego, Laís Antunes, Ofélia e outras.

Ainda de acordo com Nise C. Duarte, o PCB era quem selecionava as líderes, tendo como requisito observar quais mulheres se sobressaiam, quais detinham poder de liderança, que sabiam conversar. O Partido Comunista considerava essas características fundamentais para a escolha de uma liderança feminina.

Nas páginas da *Folha do Povo*, encontrei o lançamento de crônicas. Uma das que mais chamou a atenção para esse estudo foi publicada em 06 de setembro de 1947, falando justamente das organizações femininas em Pernambuco. A crônica escrita por Patrício Potiguar, pseudônimo de João Fagundes de Menezes (Macau/RN, 1918-2000), faz um paralelo de como estavam surgindo organizações de mulheres e sua devida relevância para o engajamento político das pernambucanas.

#### As organizações Femininas

Infelizmente ainda não tomou a amplitude necessária o interesse das mulheres brasileiras pelos problemas do nosso país. É uma falha que deve ser suprida com a maior rapidez, esse alienamento da maioria das componentes do sexo feminino pelas questões sociais e políticas do Brasil. O comitê de Mulheres Pró-Democracia aí está, com suas portas abertas, para todas que desejam lutar ao lado do povo contra a inépcia governamental, contra a nova tirania que se vem querendo implantar no Brasil e pela solução imediata dos nossos problemas vitais.

Já se foi o tempo em que uma incompreensão do papel das mulheres na vida das nações fazia com que as mesmas ficassem encerradas entre quatro paredes, desinteressadas de todo o que, diretamente, não dissessem respeito aos assuntos da economia doméstica ou às questões meramente afetivas.

Se é verdade que em nossa pátria já existem mulheres com vocação de líderes, de orientadoras políticas, o certo é que essas ainda são numericamente pequenas.

É ao próprio lar que os desacertos administrativos, as crises econômicas e o garroteamento das liberdades públicas vão atingir mais em cheio.

Se os gêneros de primeira necessidade sobem de preço, se os calçados e tecidos encarecem, se o dinheiro do chefe de família torna-se cada vez mais minguado em consequência da política econômica dos governantes, é a dona de casa quem mais se aflige, quem mais sofre com isso. E a ela que compete tentar equilíbrios impossíveis, eliminar os "déficits" do orçamento familiar, fazer com que não se solidifique no lar o clima de constantes apreensões.

E não será trancando-se entre quatro paredes, implorando e esperando milagres, sonhando com a sorte grande, que as donas de casa poderão melhorar a situação de sua família. Esta situação está em grande parte condicionada à sua capacidade de luta, ao seu grau de compreensão do papel da mulher nos dias atuais, à sua atividade ao lado de suas companheiras, para que surja um ambiente de bem-estar para todos os lares brasileiros.

A mulher, que hoje concorrer com o homem aos cargos públicos, aos empregos de escritório: que frequenta as faculdades ao lado dos rapazes; que já se viu libertada de uma série de preconceitos cinzentos e envelhecidos, não pode mais permanecer no desinteresse e na apatia em face dos problemas políticos. Cabe-lhes também o dever de organizar-se, de formar ligas femininas, comitês e subcomitês de mulheres, a fim de participar, ativa e consequentemente, ao lado dos homens, da luta que se vem empreendendo por dias melhores para todos nós.

O Comitê de Mulheres Pró-Democracia não tem descanso no seu trabalho de arregimentação e esclarecimento das senhoras e senhoritas pernambucanas. Pelos bairros e subúrbios estão surgindo comitês, subcomitês e ligas femininas. Agora mesmo, está em nossa mesa uma série de notícias sobre o Sub-Comitê do Córrego do Euclides, a Liga Feminina Nossa Senhora dos Prazeres, o Comitê de Sítio Novo, a Liga Feminina do Cordeiro, os Sub-Comitês do Farol, de Camaragibe, da Mustardinha, as Ligas Femininas dos Peixinhos, do Sítio do Vanderlei e de Santo Amaro.

Resta às mulheres desses bairros compreenderem o valor dessas associações e ingressarem nas mesmas, dando vulto ao movimento feminino de Pernambuco, atualmente ainda sem o vigor que deve possuir.<sup>142</sup>

06/09/1947

Ao mesmo tempo, em que o autor demonstrou entusiasmo com as iniciativas das inúmeras organizações que estavam surgindo, deixou nítida a necessidade de mais. Ele anunciou um novo tempo repleto de mudanças para o lugar social das mulheres. Escreveu que para a permanência e ocupação da função de dona de casa seria necessário deter certo conhecimento sobre política, pois seria o espaço de reivindicações adequado para a busca de melhores condições em seus lares, locais de trabalho e a sociedade como o todo. A política praticada era feita por homens e para os homens, não era a melhor solução para a conquista dos direitos femininos.

---

<sup>142</sup> POTIGUAR, Patrício. As organizações Femininas. *Jornal Folha do Povo*. Recife, 06 de set. de 1947.

Por mais que o capitalismo fosse, em tese, o principal adversário do PCB, de maneira nenhuma concordo com a ideia de que as questões das mulheres fossem relegadas a um segundo plano. Todas as consequências advindas com os governos capitalistas e fascistas implicavam seriamente na vida de todos os homens e mulheres. Possivelmente, elas foram mais prejudicadas do que eles.

Acrescento que há probabilidade de que os grupos comunistas espalhados pelo Brasil se diferenciam em aspectos de atuação, não em dimensão estrondosa, mas sim em detalhes que podem ser muito significativos nas realizações dos estudos. Para isso, é preciso romper com a ideia de que os estados brasileiros, principalmente os localizados na região sul e sudeste, são detentores de regras gerais que se aplicam aos demais territórios brasileiros. Além disso, Arleandra Ricardo (2009) faz um apontamento importante ao colocar que em relação aos estudos sobre a militância feminina são tratados enquanto totalidade “sendo ainda raras as reflexões que adentram as especificidades destas atividades em regiões ou Estados” (RICARDO, 2009, p. 107).

Portanto, neste subcapítulo concluo as colocações chamando a atenção para os detalhes localizados em espaços distintos. A seguir, as ideias apresentadas serão direcionadas às primeiras eleições em que Adalgisa participou no estado de Pernambuco.

## **4.2. Eleições de 1945**

A campanha política de Adalgisa ao cargo de Deputada Federal apareceu discretamente no jornal a *Folha do Povo*, ganhando destaque em oito matérias, publicadas respectivamente em: 27 de janeiro de 1946; 31 de janeiro de 1946; 01 de fevereiro de 1946; 03 de fevereiro de 1946; duas publicações em 05 de fevereiro de 1946; 06 de fevereiro de 1946; 07 de fevereiro de 1946. Nota-se que a propaganda política da comunista passou a ser exibida durante o período de preparação para as eleições suplementares de 10 de fevereiro de 1946. Antes disso, no ano de 1945, não encontrei nenhuma matéria relacionada à candidatura de Adalgisa. O que leva a presumir que, por algum motivo, o PCB não demonstrou empenho na campanha de Adalgisa durante as eleições de 1945, impossibilitando a obtenção de dados que permitam apurar como foi realizada a divulgação da candidatura de Adalgisa anterior a 27 de janeiro de 1946.

Na primeira matéria, Adalgisa concedeu algumas declarações à *Folha do Povo*, deixando em destaque os objetivos de sua candidatura, os quais seriam: lutar pela democracia, pelos direitos das mulheres, a união nacional e combater o fascismo. Esse texto foi marcado por uma breve exposição da atuação política de Adalgisa pelo PCB, como as suas intenções caso seja eleita ou não. Adalgisa falou sobre a necessidade de uma voz feminina na Assembleia Constituinte, acreditando que outra deveria ocupar essa função, comprometendo-se em fazer tudo ao seu alcance para ser digna de tamanha confiança. Com humildade afirmou que se não for eleita, continuará empenhada em seu compromisso com o povo.

Em 31 de janeiro e no dia 01 de fevereiro, a mesma matéria foi publicada no jornal, tratou-se de um discurso de Adalgisa relacionado às eleições. Logo no início foi apresentado os nomes representativos do PCB, os eleitos para o cargo de deputados federais: Luiz Carlos Prestes, Agostinho Dias de Oliveira e Gregório Lourenço Bezerra. Apesar das eleições suplementares ainda não terem acontecido, era possível identificar os vencedores, tendo em vista terem sido anuladas apenas 30 sessões em Pernambuco. A maioria do texto é direcionado à situação feminina, realizando as seguintes declarações:

[...]

Dentre os inúmeros problemas a resolver, um, tem se conservado no eterno esquecimento, mas desta vez ele vem à tona dos acontecimentos, que é o problema feminino.

A situação da mulher brasileira tem sido olhada com o maior descaso, não havendo nenhum motivo que justifique esses procedimentos, uma vez que a mulher faz parte integrante no trabalho junto ao homem, atuando com igual capacidade.

É preciso ver e analisar as transformações sociais que universalmente vem se operando, apresentando-se para mulher uma nova perspectiva de lutar a prol de seus problemas e direitos, abolindo o estado de servidão em que eternamente tem vivido.

Que desperte a mulher para essa nova era, que lhe faculte sua colaboração com o homem na vida pública e social do país, acabando, de vez, com esse complexo de inferioridade.

Sendo a mulher a parte mais sacrificada neste regime de restrições e opressão, ninguém melhor do que ela será capaz de apontar e dizer as privações e necessidades sentidas no seu próprio lar, impostas pela carestia de vida.

Cabe-lhe a grande tarefa de organizar-se mobilizando elementos capazes de lutar em torno das mais imediatas reivindicações que lhes impõem fazer o seu estandarte de vida.

Enquadra-se no programa da dona de casa, combater a vertiginosa alta dos gêneros alimentícios de primeira necessidade.

Enfim, todo elemento feminino que trabalha e produz o dia inteiro, despendendo energias físicas e mentais nos escritórios e repartições públicas, bancos, casas comerciais, magistério e hospitais; operadoras que mourejam dia e noite nos fundos das fábricas - Enfim todas elas competindo com igual capacidade de trabalho com o homem, pode e devem fazer as suas reivindicações de igual trabalho para igual salário.[...].<sup>143</sup>

Neste discurso, o apanhado de informações trazidas por Adalgisa com relação à situação das mulheres, permite deduzir que, embora a significativa participação feminina no âmbito político, essa interação não seria suficiente para solucionar todos os seus problemas. Observa-se que um exemplo não muito explícito em sua fala é o resultado das eleições, motivando a elaboração e divulgação do seu discurso. Sendo Adalgisa a única mulher em Pernambuco a disputar o cargo de deputada federal naquele momento. Não obtendo resultado positivo, mostrando que a participação e atuação feminina na política deixaram a desejar. Uma vez que o esperado era atrair as mulheres às seções eleitorais. Adalgisa mencionou a importância das mulheres receberem salários iguais aos homens, quando elas exercem a mesma função no local de trabalho. Essa discussão permanece sendo algo presente na sociedade atual. Tratando-se de um fator que prejudica a ascensão social e política das mulheres no Brasil. Este discurso está totalmente aliado ao pensamento do PCB, tratou-se de ideias que destacavam o reconhecimento das dificuldades vivenciadas pelo público feminino na sociedade capitalista. Deste modo, o capitalismo se tornou monstruoso e prejudicial para uma estabilidade harmoniosa e igualitária entre ambos os sexos.

Os demais textos publicados no jornal corresponderam a anúncios sobre comícios pró-candidatura de Adalgisa, realizados: nos Largos Hipódromo em 05 de fevereiro; o de Casa Amarela em 06 do mesmo mês; Largo da Paz no dia 07. As atividades foram organizadas pelo Comitê Municipal do Recife e os Comitês Distritais. Utilizaram-se estandartes, faixas e cartazes. Fixaram cartazes informativos sobre as urnas anuladas e o local em que estarão instaladas as novas urnas para a votação do dia 10 de fevereiro. Diversos oradores discursaram fazendo a propaganda da candidatura de Adalgisa, expondo a linha política do PCB e sua posição em face do novo governo e da Assembleia Constituinte.

Com base no relatório do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE), obtive os seguintes dados a respeito das eleições de 02 de dezembro de 1945 e as suplementares de 10 de fevereiro de 1946.

---

<sup>143</sup> CAVALCANTI, Adalgisa Rodrigues. Discurso de Adalgisa Cavalcanti: candidata do P.C.B. In.: *Folha do Povo*, Recife, 01 de fev. de 1946.

<b>Legendas (1945-1946)</b>	<b>Quociente Eleitoral</b>	<b>Sobra</b>
Partido Social Democrático (PSD) - 107.658	7	3
União Democrática Nacional (UDN) - 64.918	4	0
Partido Comunista do Brasil (PCB) - 42.435	3	0
Partido Democrata Cristão (PDC) - 18.069	1	0
Partido Republicano (PR) - 14.748	1	0
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) - 6.280	0	0
Partido de Representação Popular (PRP) - 3.979	0	0
Partido Republicano Democrático (PRD) - 3.400	0	0
<b>Deputados Federais Eleitos em Pernambuco</b>	<b>16</b>	<b>19</b>

Tabela 3. Quociente eleitoral por Legenda / Deputada/o Federal

Em Pernambuco, nove legendas foram lançadas, com a disponibilidade de 19 vagas para o cargo de deputado (a) Federal. Para este fim, apurou-se 1.165 seções. O PCB ficou na terceira colocação, adquirindo espaço para eleger três deputados. O Partido Comunista lançou 19 candidatos/as. No primeiro momento das eleições, Adalgisa ficou na sétima colocação entre os candidatos/as do PCB. Com o resultado da segunda parte ela ficou na sexta colocação para o cargo de Deputada Federal. Contando a quantidade de votos que Adalgisa recebeu nas eleições de dezembro de 1945 e as de fevereiro de 1946, Adalgisa ficou com 1.258 votos. Assim, ocupou a terceira posição como suplente.

As eleições suplementares teve relação com as seções anuladas devido irregularidades, sendo 30 seções anuladas em Pernambuco devido às seguintes situações: 20 seções anuladas por conterem nas urnas, maior número de sobrecartas autenticadas que o número real de votantes; 5 seções anuladas em face de irregularidades nas atas de abertura e encerramento; 2 seções anuladas por funcionarem com mesas receptoras constituídas de modo diferente ao prescrito na lei; 3 seções anuladas por haver violação do sigilo do voto, as folhas de impugnação foram encontradas em sobrecartas comuns, envolta com as cédulas. Nessas seções votaram 7.487 leitores.

Nessas eleições, embora Adalgisa não tenha saído vitoriosa, ela desempenhou um papel importante na representatividade política feminina partidária. Além disso, Adalgisa foi à primeira candidata de Pernambuco a disputar o cargo de Deputada Federal. O estado pernambucano só teve sua primeira deputada federal em 1978, Maria Cristina de Lima Tavares Corrêa (1934-1992), candidata eleita pelo MDB.

No próximo subcapítulo, a discussão será em torno da campanha política e atuação de Adalgisa na segunda eleição que participou em 1947, desta vez como deputada estadual de Pernambuco.

### 4.3. Eleições de 1947

Adalgisa, mesmo como 3º suplente, desenvolve um excelente trabalho nos movimentos femininos, adquirindo ainda mais o respeito de seus colegas de partido. Chegando a dezembro de 1946, é publicada no jornal a *Folha do Povo* que Adalgisa é uma das atuais dirigentes do PCB-PE. No mesmo ano é anunciado que mais uma vez ela seria uma das candidatas do PCB, disputando uma vaga para o cargo de deputada estadual.

Em 31 de outubro, o PCB anuncia 21 dos seus 56 candidatos a Assembleia Constituinte Estadual. Nesse primeiro grupo apresentado pelo partido, o nome de Adalgisa já estava incluído. Em 09 de janeiro de 1947 são divulgados os nomes de todas/os as/os candidatas/os registrados no Tribunal Eleitoral<sup>144</sup>. Considerando apenas os candidatos do

---

<sup>144</sup> 1. Davi Capistrano da Costa; 2. Elias Caleb Rodrigues; 3. Etelvino de Oliveira Pinto; 4. José Leite Filho; 5. Rui da Costa Antunes; 6. Carlos A. R. Cavalcanti; 7. Alfredo Richmond; 8. Adalgisa Cavalcanti; 9. Francisco A. Leivas Otero; 10. Valdú Cardoso de Aguiar; 11. Amaro F. de Oliveira; 12. Vicente Barbosa da Silva; 13. Wilson

PCB, com base nos relatórios disponibilizados pelo TRE-PE, entre os 52 nomes registrados para concorrer às eleições como deputados estaduais, apenas três mulheres foram indicadas pelo Partido Comunista, no entanto, nenhum outro partido político de Pernambuco indicou nomes femininos. As candidatas do PCB foram: Adalgisa Rodrigues Cavalcanti, Cândida de Carvalho Maranhão e Júlia Pereira de França.

Cândida de C. Maranhão foi uma militante comunista muito ativa na década de 1940 no Recife, trabalhou como jornalista na *Folha do Povo*, esposa do deputado estadual (eleito em 1947) Francisco Antônio Leivas Otero (GOMINHO, 2009). Em relação à Júlia Pereira de França, infelizmente, não tenho nenhuma informação a respeito, apenas a de que foi uma das candidatas indicadas pelo PCB para concorrer às eleições de 1947, por este motivo, possivelmente, era uma militante ativa no partido. No resultado dessas eleições, indicando a posição dessas três mulheres, se configurou da seguinte maneira: Adalgisa R. C. obteve 2.305 votos, ficando na 5ª colocação; Cândida de C. M. teve 340 votos, ocupando a posição 38ª; e Júlia P. de F. obteve apenas 12 votos, ficando na posição 51ª, penúltima colocação. Ao todo, pelo PCB foram eleitos 9 deputados estaduais.

<b>Legendas (1945-1946)</b>	<b>Quociente Eleitoral</b>	<b>Sobra</b>
Partido Social Democrático (PSD)	18	5
Aliança da UDN, PDC e PL	18	0
Partido Comunista do Brasil (PCB)	9	0

Porto; 14. Antônio Marques da Silva; 15. José Bezerra da Silva; 16. Demócrito R. da Silveira; 17. Nelson Higino L. Monteiro; 18. Sebastião dos Santos; 19. Paulo P. da Mota Lima; 20. José David de Lima; 21. Manoel R. Calheiros; 22. Salvador Nigro; 23. Antônio P. M. Guimarães; 24. Valdemar Luiz Alves; 25. Ridoaldo Fonseca Pereira; 26. Josué de Souza Almeida; 27. Hermógenes de Miranda; 28. Sindulfo Correia Josué; 29. José Pedro da C. Leite; 30. Candida C. Maranhão; 31. Eleazar Machado; 32. Julia Pereira; 33. Otavio R. do Nascimento; 34. Antonio Pereira da Silva; 35. Severiano Arcoverde; 36. José Falcão de A. Filho; 37. Maurílio Bruno; 38. Carlos M. Coutinho Filho; 39. Edmundo Pinto dos Reis; 40. Hildebrando M. da Silva; 41. Jefferson B. Teixeira; 42. Paulo F. Cavalcanti; 43. Luiz Braz de Luna; 44. Moises Barbosa da Silva; 45. Luiz Gonzaga de Lima; 46. Raimundo S. M. da Silva; 47. Francisco C. de Moraes; 48. Joaquim Pessoa de Siqueira; 49. Paulino S. dos Santos; 50. Amaro Pereira de Souza; 51. Osorio P. da Silva Souto; 52. Luiz de Melo Matoso.

Partido Republicano (PR)	3	0
Partido de Representação Popular (PRP)	1	0
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	1	0
<b>Deputados Estaduais Eleitos em Pernambuco</b>	<b>50</b>	<b>55</b>

Tabela 4: Quociente eleitoral por Legenda / Deputada/o Estadual

Foram os seguintes candidatos eleitos sob a legenda do PCB com os respectivos votos depositados: 1. Davi Capistrano da Costa (3.117); 2. Rui da Costa Antunes (2.839); 3. Valdu Cardoso de Aguiar (2.676); 4. Auro Francisco de Oliveira (2.658); 5. Adalgisa Rodrigues Cavalcanti (2.305); 6. José Leite Filho (1.817); 7. Francisco Antônio Leivas Otero (1.760); 8. Eleazar Machado (1.757); 9. Etelvino de Oliveira Pinto (1.737).

Diante das discussões presentes nas matérias do jornal a *Folha do Povo* durante o período de eleição, entre as figuras femininas, para o PCB, Adalgisa R. Cavalcanti era a proponente mais estimada. Em contrapartida, o apoio a Cândida Maranhão veio principalmente do Comitê de Mulheres Pró-Democracia (CMPD). Tanto o PCB como o CMPD empenharam-se na tentativa de eleger suas candidatas preferidas (VICENTE, 2013). As campanhas políticas aconteceram em meios aos comícios, indo de casa em casa apresentando as propostas das candidatas, como também, em meio às reuniões das organizações e movimentos femininos.

No jornal a *Folha do Povo*, em janeiro de 1947, apareceu um total de quatro matérias dando destaque à candidatura de Adalgisa. A primeira é em 12 de janeiro, faltando sete dias para as eleições. Nesta reportagem, intitulada de “Como mulher não posso ficar indiferente diante dos seus problemas”<sup>145</sup> a candidata comunista diz que se for eleita defenderá com rigidez o programa mínimo do PCB que se resumia às aspirações democráticas do povo,

<sup>145</sup> Fonte: CAVALCANTI, Adalgisa R. Como mulher não posso ficar indiferente diante dos seus problemas. *Folha do Povo*. Recife, 12 de jan. 1947.

caracterizando esse público como uma classe oprimida, mas que lutou bravamente pelo direito de escolher seus próprios representantes. Adalgisa apelou ao público do sexo feminino, afirmando ter conhecimento dos direitos mínimos destinados às mulheres, no entanto, esses direitos mínimos garantidos pela constituição não foram efetivados na prática, pelo menos não para as donas de casa e as mulheres trabalhadoras. Segundo a candidata, tratava-se de um total desrespeito à constituição. As operárias trabalhavam igualmente aos companheiros do sexo masculino, mas recebiam salários inferiores. Ainda mencionou as mulheres que trabalhavam em situações bem piores do que a dos homens, em lugares sem higiene, sem direito à assistência à gestação, ao parto e à criança. Afirmando a inexistência de aleitamento, creches e nenhum tipo de assistência destinada às mulheres que trabalhavam em fábricas. O salário dessas mulheres era muito inferior aos dos homens e ainda exerciam a função em condições bem piores, ficando isto evidente na doença - tuberculose - que assolava majoritariamente a massa feminina das fábricas.

Logo em seguida, foi acrescentado que a situação precária no ambiente de trabalho das fábricas era algo vivenciado por toda a classe operária pernambucana submetida a essas condições derivadas do sistema feudal de produção que, além disso, prejudicava o desenvolvimento econômico do estado de Pernambuco. O investimento estrangeiro ou “capital colonizador” - termo usado por Adalgisa - impedia o desenvolvimento de indústrias estaduais e nacionais, como exemplo, falou de uma fábrica de botões que fechou suas portas devido à concorrência estrangeira. Os apontamentos feitos pela candidata foram utilizados como argumento para a não separação entre a luta pelos direitos das mulheres, a luta contra o latifúndio e o capital estrangeiro, pois seriam esses dois os causadores das péssimas condições financeiras de homens e mulheres. O trabalho duro do povo pernambucano estaria resultando apenas em lucro para os cofres dos banqueiros estrangeiros. Deste modo, como dirigente, Adalgisa afirmou que o programa mínimo do PCB se comprometia a lutar pelo fim das relações feudais no campo, estimulava à diversificação da cultura agrícola, distribuição de terra (reforma agrária), apoiava a indústria nacional com condições dignas de trabalho. Adalgisa se identificou como uma “dona de casa”, utilizando esse lugar social, frisou as dificuldades em lidar com o orçamento doméstico diante dos preços absurdos dos alimentos (carestia) e dos baixos salários recebidos pelos companheiros/maridos, comprometendo-se a lutar, caso fosse eleita, pelo amparo à família, à educação e à saúde pública. Todos os assuntos direcionados à família eram de sua máxima atenção. Adalgisa se apresentou como uma

mulher conhecedora das mazelas do povo. Colocando-se como representante da classe operária e da chamada classe média.

O pronunciamento de Adalgisa teve como destaque as questões das mulheres compatíveis ao seu círculo social. Fazendo uma junção dos problemas gerais para homens e mulheres, observa-se esse aspecto como um alinhamento de interesse do Partido Comunista, que acreditava ser a “questão de classe” opressora das mulheres, sendo solucionada após a revolução socialista.

Em 18 de janeiro, em “Escolha o seu Deputado”<sup>146</sup>, encontra-se um resumo com a função de apresentar um pouco os/as candidatos/as comunistas. Nesse espaço, aparece Adalgisa, tendo como sempre sua imagem ligada à representatividade feminina. No dia 19, dia das eleições, duas matérias foram publicadas.

A Primeira: “Falam os candidatos do povo sobre o pleito de hoje”,<sup>147</sup> nesta publicação, candidatos do PCB fizeram seus últimos apelos ao povo, para as eleições que aconteceram no mesmo dia de circulação desta matéria - 19 de janeiro de 1947 -. Realizou-se um recorte da fala de Adalgisa. A candidata à deputada estadual enfatizou a importância do voto das mulheres, tendo em vista que correspondia a uma grande parte do eleitorado. Além disso, o voto feminino poderia ser decisivo para dar por finalizada a crise que se manifestava e, poderia ser percebida no dinheiro insuficiente para a compra de alimentos e gastos com a educação dos filhos.

A segunda: intitulada de “As Mulheres Pernambucanas”<sup>148</sup> foi escrita por Adalgisa. Afirmou, como em outras matérias, ser uma “dona de casa” e por isso, teria conhecimento das dificuldades enfrentadas para alimentar dignamente uma família. Para a classe trabalhadora, as dificuldades financeiras, também eram encontradas no vestuário, na compra de calçados, remédios e nos gastos com a escola dos/das filhos/as. Deste modo, a crise, mencionada pela Adalgisa, era manifesta nos preços dos gêneros alimentícios e outros, em distintas matérias e documentos encontrei o uso do termo “carestia” para se referir a essas questões. Tratava-se de mais um problema, como tantos outros, ligado à política, para que este problema fosse resolvido, Adalgisa colocava o quanto era necessário participar ativamente dessas eleições depositando o voto e a confiança aos candidatos/as do PCB. Apresentou esses possíveis

---

<sup>146</sup> Fonte: Escolha o seu Deputado. *Folha do Povo*. Recife, 18 de jan. de 1947.

<sup>147</sup> Fonte: Falam os candidatos do povo sobre o pleito de hoje. *Folha do Povo*. Recife, 19 de jan. de 1947.

<sup>148</sup> Fonte: As Mulheres Pernambucanas. *Folha do Povo*. Recife, 19 de jan. de 1947.

representantes como homens e mulheres que lutavam contra a miséria e a opressão. Os problemas do povo, segundo Adalgisa, remetiam aos problemas das mulheres. Por isso insistiu para que elas escolhessem Pelópidas Silveira para governar Pernambuco - ex-prefeito do Recife que garantiu benefícios ao povo recifense, como feiras livres e carne barata. Do mesmo modo, apresentou o nome de Alcedo Coutinho para senador por demonstrar ser um parlamentar de confiança diante das necessidades do povo. Em relação ao cargo de deputado/a estadual, Adalgisa sugeriu a escolha de qualquer um dos nomes presentes na “chapa do povo” - termo utilizado para se referir à chapa do PCB - sendo estes, homens e mulheres, democratas e patriotas, merecendo ser eleitos. Adalgisa não utilizava o espaço para pedir votos apenas para ela, diante de sua posição como militante comunista e dirigente do partido, elegendo, nomes de comunista seria suficiente para colocar em prática o programa do PCB.

Nas próximas páginas, será evidenciado o desempenho de Adalgisa enquanto deputada estadual eleita.

#### **4.4. Atuação da primeira deputada estadual de Pernambuco (1947)**

Em 1947, nas eleições estaduais de Pernambuco, Adalgisa R. Cavalcanti foi eleita, sendo a quinta deputada estadual mais votada do PCB, teve 2.298 votos, superando, candidatos de partidos influentes (FERREIRA, 2002). Deste modo, viso analisar a quem a deputada comunista direcionou sua atenção enquanto representante nesse cenário político. Ainda dando atenção as matérias do jornal *Folha do Povo*, encontrei uma pequena matéria ou convite (assim denomino) intitulado de “Comitê Pró-Adalgisa Cavalcanti”<sup>149</sup>, publicado em 22 de janeiro de 1947. Um convite feito, principalmente, às donas de casa, podendo outras/os interessadas/os também participar. O objetivo é a realização de uma reunião para discutir e estudar reivindicações a serem apresentadas às autoridades do estado de Pernambuco, tendo em vista que Adalgisa agora era deputada estadual. Desta maneira, iniciou-se a preparação para exercer o seu cargo político, demonstrando interesse em atender as necessidades do público com o qual ela mais dialogou durante sua campanha política, as mulheres.

---

<sup>149</sup> Comitê Pró-Adalgisa Cavalcanti. *Folha do Povo*. In. APEJE. Recife, 22 de janeiro de 1947.



Figura 11. Deputada Estadual Adalgisa R. Cavalcanti.<sup>150</sup>



Figura 12. Carteira de identificação de parlamentar de Adalgisa.<sup>151</sup>

A figura 11 mostra Adalgisa com um semblante sério, diante das suas vestimentas, indicando ser um terno feminino e como o seu cabelo está arrumado, possivelmente essa tenha sido sua foto oficial de deputada estadual eleita. Na figura 12 aparece sua carteira de identificação de parlamentar.

<sup>150</sup> Fonte: <<http://canhotinho-pe.blogspot.com/2009/06/filhos-ilustres.html>> acesso em: 30 de Janeiro de 2024.

<sup>151</sup>

Fonte:

<<https://www.alepe.pe.gov.br/wp-content/themes/alepe/image/img-primeira-redemocratizacao/imagem-redemocratizacao1.png>> Acesso em 05 de fev. de 2024.

Partindo para a análise da documentação da Assembleia Legislativa de Pernambuco, tendo em vista algumas características negativas, pois além de fragmentada se encontra em péssimas condições, o fornecimento do material em formato PDF também dificultou a visibilidade da fonte. A pré-análise documental permitiu identificar esses detalhes, como também, que nem tudo que Adalgisa fez (projetos, discursos, requerimentos) estão disponibilizados neste PDF. Mesmo assim, ainda é possível obter informações valiosas sobre sua atuação na Assembleia e, além de permitir interligar estes dados com as informações obtidas na *Folha do Povo*.

Seguindo a ordem do documento, o primeiro discurso encontrado é em defesa da Casa dos Estudantes de Pernambuco<sup>152</sup>, realizado na Assembleia Constituinte em 28 de abril de 1947. Neste discurso, Adalgisa expôs - por meio da leitura de um texto - a situação da Casa do Estudante de Pernambuco. Foi destacado que a instituição dava assistência a 180 estudantes dos cursos colegial e superior. Abrigava 79, o restante correspondia ao número 101, frequentava apenas o refeitório. Nenhuma taxa de moradia era cobrada, mas em relação ao uso do refeitório, cobrava-se uma taxa de 150 cruzeiros.

A taxa cobrada pelo uso do refeitório e a renda obtida através das festividades que a instituição patrocinava, sendo estas a Festa da Mocidade, Feira de Atrações etc. não era suficiente para arcar com os gastos necessários para manter a Casa do Estudante de Pernambuco. A instituição tinha que lidar com despesas como: a conservação do prédio, pagamento de funcionários, manutenção e ampliação da biblioteca, publicação de um jornal, entre outros gastos. Deste modo, a deficiência orçamentária impossibilitava a ampliação de acolhimento da Casa do Estudante. Em seu programa, estava previsto a ampliação da assistência, no entanto, a contínua alta dos preços era a responsável pelo desequilíbrio da organização e manutenção da instituição. Uma solução inicialmente pensada poderia ter sido o aumento da taxa do refeitório, porém isso era impossível, tendo em vista, tratar-se de estudantes de baixa renda. A solução mais plausível era apelar para o auxílio dos particulares e do governo. Esse recurso teria sido acolhido no ano passado - 1946 - obtendo 60 mil cruzeiros entre os particulares. O governo não ajudou. A instituição insistia para o governo estadual conceder uma verba anual para a manutenção e ampliação da assistência estudantil, pois a ajuda financeira particular era incerta para garantir uma estabilidade adequada.

---

<sup>152</sup> Diário Oficial de Pernambuco. In. ALEPE. 28 de abril de 1947.

Adalgisa finalizou afirmando que como representante do povo de Pernambuco era um dever defender uma instituição como a Casa do Estudante. Apresentou um requerimento, compartilhado com os demais constituintes e solicitando seu apoio. Não se teve acesso ao requerimento.

O pronunciamento do dia 17 de junho de 1947 foi uma crítica em relação ao comportamento violento da polícia com cidadãos participantes de um comício promovido pelo Comitê de Mulheres Pró-Democracia (CMPD). O uso da palavra “mais” e “novamente” indica a frequente participação da deputada na Assembleia, sempre aliando as suas ideias e reivindicações aos interesses do programa do PCB.

A deputada Adalgisa e outros/as integrantes do PCB foram informados por uma comissão que durante a realização de um comício promovido pelo CMPD no dia 15 de junho de 1947 (domingo), no Parque 13 de Maio, cidadãos participantes do evento foram presos e conduzidos para a delegacia do 1º Distrito. A polícia agrediu violentamente os detidos. Outros cidadãos não foram detidos, mas foram agredidos em plena praça pública. A deputada Adalgisa, junto de companheiras/os de partido (nomes não mencionados), compareceram até a delegacia localizada na rua da Aurora, onde foram recebidos pelo delegado da DOPS, Otávio Pinto. Comprovaram o ocorrido. Foram presas quatro pessoas que participavam de uma passeata.

A deputada Adalgisa considerou o ocorrido como um ato revoltante cometido contra o povo, atingindo seriamente a democracia. Evidenciou-se que a polícia de Pernambuco não estava comprometida com a constituição e democracia. Os representantes do povo são os responsáveis pela defesa dos postulados democráticos. Em relação ao ocorrido, a deputada apresentou mais um requerimento (infelizmente, não se teve acesso a esse requerimento também).

O próximo discurso pronunciado pela deputada ocorreu no dia 20 de junho. Neste discurso, a deputada realizou a leitura de um abaixo assinado. O abaixo assinado foi produzido com a intenção de ser entregue aos deputados Luiz Magalhães Melo e David Capistrano - tendo em vista serem estes os nomes presentes no documento -, mas por algum motivo desconhecido, a leitura foi feita pela deputada. Os moradores da linha Nova do bairro Areias, Recife, foram ameaçados de ser expulsos de suas humildes casas por policiais enviados pela Great Western, uma empresa britânica voltada para a construção de ferrovias. O responsável pelo mandato foi o tenente Francisco Verissimo da Força Policial. É possível

afirmar que os moradores ameaçados de serem expulsos de suas casas eram pessoas pobres, pertencentes à classe trabalhadora. Esses moradores apelaram aos representantes do povo - acreditando no compromisso que tinham para com o povo - para intervirem na demolição das residências. Teriam sido derrubadas quatro casas no dia anterior a este pronunciamento, no dia 19 de junho. Os responsáveis pela demolição das casas informaram em tom de ameaça, voltar no dia seguinte - 20 de junho, “hoje” -, e nos próximos dias, para derrubar as trinta e nove habitações restantes.

Em discurso pronunciado em 15 de outubro é referente ao “Dia do Professor”, ela solicitou aos demais deputados o reconhecimento da atuação dos/as professores/as. Parabenizando a classe trabalhadora pela indispensável contribuição ao desenvolvimento da pátria, educando os jovens. A deputada Adalgisa, como prometido em sua campanha política, reconheceu e se manteve preocupada com a educação, frisou a importância de deixar registrado o significado da data que homenageia o professorado. A deputada aproveitou o momento para reforçar pedidos feitos em discursos anteriores, para melhorar a situação de vida dos/das professores/as, elevando salários, possibilitando uma melhor atuação profissional e condição de vida. Sobre este ato, no dia seguinte - 16 de outubro - o discurso de Adalgisa feito na tribuna foi anunciado *Folha do Povo*. Na ALEPE, todas as palavras utilizadas na construção do texto foram escritas no masculino “Dia do Professor”, no entanto, na matéria do jornal, o texto foi escrito no feminino “Dia da Professora”.

A deputada Adalgisa Cavalcanti ocupou então a tribuna para falar sobre a passagem do dia da Professora. “Essa data - diz - não podia passar despercebida, por ser um dia em que se homenageia uma grande e batalhadora classe, que muito concorre para o progresso da nossa Pátria, porque a ela está afeta a educação da nossa juventude”.<sup>153</sup>

Como os dois textos se apresentam em fontes diferentes, permitem compreender o quanto a Assembleia Constituinte se mostrava um local aceitável para os homens e indiferente às mulheres, sendo necessário, Adalgisa, a única mulher a ocupar esse espaço, ter que adequar sua fala e escrita. Possivelmente, a deputada estava se referindo às professoras do ensino primário.

---

<sup>153</sup> Fonte: O dia da Professora. *Folha do Povo*. Recife, 16 de out. 1947.

Em relação aos seus projetos, o único localizado possibilitando o entendimento diante das péssimas condições da fonte, corresponde a um projeto da deputada (Projeto n.º 251)<sup>154</sup> aprovado em 12 de dezembro de 1947. Foi referente à criação de cadeiras de ensino primário nos municípios de Barreiros e Lagoa dos Gatos, ambos localizados em Pernambuco, a primeira com distância de 102 km da capital e a segunda com 173 km de distância. Foram criadas três cadeiras de ensino primário, uma no distrito de Puiracu do município de Barreiros. Duas em Lagoa dos Gatos, uma na sede e outra no distrito de Lagoa do Souza. Como em outros documentos, enfatizou-se a preocupação e atenção da deputada Adalgisa em relação à educação.

Além do projeto mencionado anteriormente, outro que é destacado é o Projeto N. 116. Tratando-se de investigações científicas em uma mina de carvão localizada no município de Petrolândia. Se fosse constatada a existência do minério, os recursos seriam utilizados para movimentar a economia do estado. Este projeto saiu nas páginas da *Folha do Povo* em 23 de novembro de 1947, da seguinte maneira “Foi aprovado em 1.ª discussão o projeto dos deputados Leite Filho e Adalgisa Cavalcanti autorizando ao governo o estudo das minas de carvão de Petrolândia para sua conveniente exploração”.

Também consta na documentação da ALEPE, que a deputada Adalgisa atuou como presidente de redação de leis. Compreende-se que para ocupar tal cargo é necessário ter muito conhecimento em relação à elaboração das leis. Comprovando que Adalgisa entendia que para ter comprometimento com a luta do povo precisava conhecer não apenas as leis, mas também como deveriam ser elaboradas.

No livro *Presença Feminina*, produzido por Luzilá Gonçalves Ferreira (2002), publicado pela Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, Luzilá escreveu sobre a trajetória de Adalgisa em um dos capítulos do livro, pelo conteúdo abordado, presumo que ela teve acesso ao material do ALEPE na íntegra, localizando outros discursos e projetos de Adalgisa. Segundo Luzilá Ferreira (2002), em relação ao mandato da deputada pernambucana:

Atenta às necessidades das camadas mais pobres da população, ela o foi igualmente à causa das mulheres. Em 1947, por exemplo, ela apresentou projeto – que foi aprovado – autorizando o Governo estadual a conceder abono familiar às mães que exerciam função pública estadual, abono esse que até então era privilégio exclusivo

---

<sup>154</sup> Diário Oficial de Pernambuco. In. ALEPE. 12 de dezembro de 1947.

dos homens. Naquele mesmo ano, ela denunciou o degradante salário das professoras primárias que exerciam suas funções no Interior do Estado: Seus vencimentos equiparavam-se ao que recebiam os tratadores de cavalos. [...] (FERREIRA, 2002, p. 45)

Esse projeto do abono familiar destinado às mães que exerciam atividades públicas é o projeto mais conhecido de Adalgisa, geralmente encontrado nas breves biografias da militante, publicadas em *sites* e *blogs*. Além de ser o projeto que mais tem relação direta com a causa das mulheres. Na fonte fornecida pela ALEPE não encontrei nenhuma menção, levando a questionar onde foi parar tais documentos relacionados a esse ato e qual o motivo do ocultamento. Quando comparado aos textos sobre o dia da/o Professora/or em amostra no jornal comunista e o da ALEPE, é possível identificar como as palavras são utilizadas para atender os interesses de determinados grupos, nesse caso, o grupo dos homens, tentando seguir a ordem de que o masculino é universal, relegando ao segundo plano o feminino e seus direitos enquanto seres humanos. Deste modo, a documentação pode ter sido retirada por julgarem não ser de grande valor e não se deve esquecer que outros materiais também percorreram caminhos desconhecidos. Será que aconteceu o mesmo com a documentação de alguma figura pública masculina?

[...] Atenta às necessidades dos mais humildes e à necessidade de justiça, ela defende, por exemplo, a concessão de uma pensão ao operário José Cavalcanti de Brito, ex-ferreiro da antiga Repartição de Viação e Obras Públicas do estado. E descreve em cores fortes aquele acidente de trabalho, fato comum entre os trabalhadores e a situação do operário. Desse modo, consegue comover e decidir os colegas parlamentares a votar a ajuda pedida [...] Como não podia deixar de ser, o projeto foi aprovado. Como foi aprovado o projeto de Adalgisa, que autorizava o Governo a conceder uma subvenção anual de vinte mil cruzeiros à Liga Camponesa de Iputinga, - no tempo, é bem verdade, em que a expressão Liga Camponesa ainda não surgia aos olhos da direita como algo subversivo e perigoso – sediada no Recife. [...] Adalgisa lembrou que a Liga Camponesa da Iputinga era uma sociedade composta de pequenos agricultores, de lavradores de pequenos recursos, e que nela inúmeras pessoas aprendiam a ler e a conhecer os métodos empregados na agricultura racional. (FERREIRA, 2002, p. 45, 46-47)

O diálogo estabelecido pela deputada atingiu variados grupos sociais. Quando apenas militante, dialogou mais com a classe operária e com o público feminino. Ao ser eleita representante do povo, atuou com seriedade nas responsabilidades do seu cargo, auxiliando o povo em amplitudes que não se resumiam aos grupos que teve mais contato anteriormente às eleições. Observa-se que a Liga Camponesa de Iputinga recebeu a atenção da deputada,

igualmente o ex-ferreiro acidentado que se encontrava impossibilitado de trabalhar para sustentar a si e sua família.

Com base nas publicações do jornal a *Folha do Povo*, correspondentes ao período em que Adalgisa ocupava o cargo de deputada estadual, informaram a realização de dois comícios com a presença da deputada. O primeiro, realizado no dia 24 de fevereiro, comício de protesto contra Franco e Moringo; o segundo no dia 17 de abril, contando com a presença de outras figuras políticas. Em 23 de março, a deputada ministrou uma palestra sobre os direitos que a Constituição de 1946 garantia ao povo brasileiro. Além disso, ocorreu a realização de cinco conferências: a primeira em 26 de abril; a segunda em 11 de junho, com o título de “A atuação da mulher, a carestia de vida e a Constituição”; a próxima ocorreu em 15 de agosto no município de Arcoverde, nesta visita, Adalgisa falou sobre as Constituições Federal e Estadual, convidou o povo a se unir em defesa dos seus estatutos políticos, como base para a união nacional; em 11 de setembro sua participação aconteceu na Ladeira do Giz, município vizinho de Olinda; a última conferência durante essa etapa da vida de Adalgisa aconteceu em 12 de setembro no município de Águas Compridas, neste evento, lideranças femininas marcaram forte presença, participantes como a presidente e vice-presidente da Liga Feminina, Maria José Marques e Eugênia Saldanha da Silva.

Mais uma matéria - 07 de agosto - exhibe os atos de Adalgisa, “Atende o Prefeito do Recife a reivindicação dos ambulantes” vendedores ambulantes estavam sendo importunados, impedidos de praticarem suas atividades no pátio do Mercado, após o auxílio da deputada e do deputado José Leite Filho os ambulantes conseguiram o direito de permanecerem no mesmo local que exerciam suas funções.

Adalgisa atua contrária a exploração dos camponeses da usina de “Petribu”, os donos da propriedade são integralistas. Muitos camponeses foram demitidos por pedirem aumento de salários, a reportagem foi publicada em 15 de setembro.

Adalgisa fez um pronunciamento na Assembleia Legislativa (06/11), não localizado nas fontes fornecidas pela ALEPE, mas foi publicado no jornal, no qual Adalgisa criticou o governo de Dutra, “Incapacidade do Governo Dutra para resolver os problemas nacionais”. Os apontamentos, foram direcionados ao aumento do custo de vida, trazendo como destaque inicial de sua fala as seguintes palavras:

[...] Por diversas vezes, nesta casa, algumas vezes tem-se levantado para protesto, em nome do povo, contra a carestia da vida, contra a exploração de que veio sendo vítimas as mais amplas camadas de nossa população.

Queremos, agora, sr. Presidente, trazer no conhecimento desta Assembleia a nossa contribuição ao estudo de tão magno problema. Falamos neste momento, menos como parlamentar do que como dona de casa, que sente, nas angústias e nas vicissitudes dos labores da vida doméstica, o próprio drama dos lares pobres do Brasil. [...].<sup>155</sup>

As observações da deputada demonstraram o quanto estava preocupada com o aumento dos gêneros alimentícios, não sendo detectado interesse do governo em elevar os salários para se tornarem compatíveis com o custo de vida no país. Esta situação atingia drasticamente a família brasileira, principalmente as famílias pobres impactadas com tamanho descaso do governo federal que não aparentava ter preocupação com a situação do povo.

<b>Pautas e grupos defendidos pela deputada Adalgisa (1947)</b>	
Donas de casa	Classe Operária
Organizações femininas	População mais humilde
Crianças	População do interior do estado
Professoras	Operário acidentado
Estudantes	Agricultores
Democracia	Ambulantes
	Economia estadual

Tabela 5. Pautas e grupos políticos presentes nos discursos de Adalgisa.

<sup>155</sup> Fonte: Incapacidade do Governo Dutra para resolver os problemas nacionais. *Folha do Povo*. Recife, 07 de nov. de 1947.

A passagem de Adalgisa pela Assembleia marcou significativamente sua trajetória na política, passando de apenas militante comunista para deputada estadual eleita. É difícil precisar sem erros se esse acontecimento marcou mais aquele período ou o momento atual se analisarmos com a perspectiva do pioneirismo político feminino. Em 1982, ela afirmou ter ficado muito contente com a responsabilidade dada a ela pelo povo. Ao mesmo tempo, Adalgisa fez afirmações de que não tinha muito conhecimento sobre o parlamento. E ainda acrescentou que não fez muitas coisas no período de nove meses que ficou no cargo político. Aparentemente, a deputada não imaginava o tamanho da importância de seus atos, não julgando com tamanho reconhecimento a si própria.

Fazendo a junção do material colhido na documentação da ALEPE, *Folha do Povo*, entrevista de 1982 e o livro “Presença Feminina”, foi possível mapear suas ações enquanto deputada estadual de Pernambuco. Demonstrando que Adalgisa foi uma mulher ativa na militância e em seu mandato de deputada estadual de Pernambuco, ou seja, em todo seu percurso político.

No próximo subcapítulo, discutirei a perda de seu posto político e a cassação do registro do PCB, expondo as consequências para a democracia brasileira e para a trajetória de Adalgisa.

#### **4.5. Encerrando o mandato: PCB na ilegalidade**

No governo de Eurico Gaspar Dutra os comunistas mais uma vez tiveram que lidar com a perseguição, fato relacionado ao “peso das concepções conservadoras, do crescimento desse partido e da modificação das relações internacionais entre as grandes potências” (FAUSTO, 2018, p. 221). No Brasil, é desencadeada uma violenta perseguição aos comunistas e em maio de 1947, o PCB tem o seu registro suspenso e retorna à ilegalidade (SEGATTO, 2003). Os mandatos de seus representantes nos poderes legislativos federal, estadual e municipal, poucos meses depois, foram cassados (DELGADO, 2003).

Em uma das crônicas de Patrício Potiguar, publicada no jornal, ele falou sobre a cassação dos mandatos dos deputados comunistas em 1947. O autor explicou que ao serem eleitos, somente o povo teria o direito de retirar o mandato dos parlamentares comunistas,

portanto, a decisão tomada não correspondia a vontade do povo brasileiro. Em outro texto, o cronista falou sobre o comício de protesto organizado contra o ato antidemocrático, o ato aconteceu em uma sexta-feira na praça 13 de Maio.

[...] Somente perdendo-se no meio do povo, confundindo-se com a massa nas suas manifestações de aplauso ou desagrado, é que se pode ter a noção exata da sinceridade apaixonada com que homens e mulheres das mais diversas profissões, dos mais variados níveis de vida, sustentam seus pontos de vista e defendem o que lhes parece mais justo e acertado. [...]<sup>156</sup>

A presença do cronista em meio ao evento proporcionou a observação do público participante. Deste modo, identificando os grupos sociais envolvidos no protesto. Em um terceiro texto, o cronista indagou as vantagens adquiridas com a cassação do registro do Partido Comunista.

Pergunte-se aos senhores do governo que vantagem trouxe ao país a cassação do registro eleitoral do P.C.B.; pergunte-se se os gêneros se tornaram mais abundantes e baratos, se desapareceu a crise de habitação, se os salários foram aumentados, se apareceu aos menos uma vaga esperança de melhoria da situação nacional; indague-se ao governo se, com a decisão que jogou o Partido de Prestes na ilegalidade, elevou-se nosso conceito frente a outras nações, nossa moeda subiu de cotação, realizou-se a assinatura de tratados comerciais que impliquem em real vantagem para nós. [...].<sup>157</sup>

As indagações são feitas e direcionadas às figuras masculinas representativas de destaque no poder político, como o presidente Eurico Gaspar Dutra. Diante da cassação do PCB, nenhuma das perguntas feitas pelo cronista teve resposta positiva. O ocorrido é considerado um erro político prejudicial ao povo brasileiro e não vantajoso, tendo em vista que os problemas sociais não foram solucionados. Nas páginas do jornal comunista encontrou-se uma convocatória de grupos compostos principalmente por mulheres, utilizaram telegramas, abaixo-assinado e memoriais para protestar e defender o mandato da parlamentar Adalgisa R. Cavalcanti. Descreveram brevemente suas ações como deputada (ações mencionadas anteriormente), direcionando os apontamentos para o erro cometido contra os parlamentares ao terem seus mandatos cassados.

<sup>156</sup> Fonte: POTIGUAR, Patrício. Sobre o Comício de sexta-feira. *Folha do Povo*, Recife, 06 de jul. de 1947.

<sup>157</sup> Fonte: POTIGUAR, Patrício. Pela Legalidade do P.C.B. *Folha do Povo*. Recife, 12 de set. de 1947.

[...], Mas a isso se opõem... os democratas e patriotas, médicos, advogados, engenheiros, professores, funcionários públicos, todos aqueles que não são lacaios do imperialismo americano, e entre todas as mulheres pernambucanas, que defenderão os mandatos dos parlamentares comunistas e com maior vigor o de Adalgisa Cavalcanti, sua digna e heroica representante.<sup>158</sup>

O anticomunismo se manifestou fortemente no Brasil. Mesmo diante das ondas de protestos contra a cassação do registro do PCB e dos mandatos dos parlamentares comunistas, isso não foi suficiente para impedir o acontecido. Segundo Paulo Cavalcanti<sup>159</sup>:

No dia 11 de janeiro de 1948, depois de prolongada discussão política em todo o Brasil, a Câmara de Deputados declarou extintos os mandatos dos parlamentares eleitos sob sua legenda. (CAVALCANTI, 1978, p. 218)

Adalgisa R. Cavalcanti teve o seu mandato interrompido em “14 de janeiro de 1948, por meio de resolução da Mesa da Assembleia Legislativa de Pernambuco, em face do Artigo 2º da Lei Federal número 211” (FERREIRA, 2002, p. 43). O anticomunismo marcou presença fortíssima, contribuindo com o ocorrido com o Partido Comunista e seus representantes eleitos. “Para a polícia, a influência que o PCB apresentava junto à sociedade do nordeste era um iminente perigo, pela extensão e proporção que tomava ao longo dos anos (...)” (RICARDO, 2009, p. 50). No entanto, o acontecido, não significou que estando o PCB na ilegalidade, Adalgisa e seu partido tivesse se recolhido dos embates políticos. A luta continuou no cenário clandestino.

Adalgisa ficou infeliz com tal decisão que a impossibilitou de finalizar seu mandato político. Não se sentiu intimidada e tornou pública a sua indignação. A matéria “A cassação do registro eleitoral do PCB e a Mulher pernambucana” publicada no dia 20 de maio de 1947, foi um pronunciamento realizado pela deputada, manifestando-se contrária à cassação de seu partido. Recorrendo a sua posição de militante comunista e agora deputada estadual, direcionou suas palavras para as mulheres pernambucanas, recordando a lutas das antepassadas em prol da paz e da democracia, sendo esta uma justificativa para não ficar indiferente a atitude antidemocrática e ilegal de cassação do registro eleitoral do PCB. O

<sup>158</sup> Fonte. Defendemos todos o mandato de Adalgisa Cavalcanti. *Folha do Povo*. Recife, 12 de dez. de 1947.

<sup>159</sup> CAVALCANTI, Paulo. *Da coluna Prestes à queda de Arraes*. Recife: Editora Guararapes, 1978.

governo de Eurico Gaspar Dutra estava incomodado com a popularidade do Partido Comunista, por isso buscou meios para torná-lo ilegal.

Adalgisa comentou o protesto organizado por um grupo de mulheres contrárias à cassação do Partido Comunista, também falou do quanto às mulheres pernambucanas reconheciam a importância do PCB para si e seus filhos. Deste modo, temiam o retorno do regime ditatorial do Estado Novo, marcado pela miséria, opressão, inflação, baixos salários e carestia. Essas mulheres que lutaram contra o fascismo da Segunda Guerra Mundial e outras que compreendem o mal da opressão imperialista lutaram por um Brasil independente e progressista, uniram-se em defesa da paz e da Carta Magna contra o governo Dutra. Para os comunistas, naquele momento, Eurico Gaspar Dutra demonstrava ser um ditador, rodeado por fascistas.

Adalgisa destacou em seu pronunciamento que o PCB foi o partido mais empenhado em defender a absoluta igualdade de direitos entre mulheres e homens. Em Pernambuco, nas eleições de 1947, o PCB foi o único partido a indicar nomes de três mulheres para concorrer às eleições. O Partido Comunista também lutou contra os atrasos econômicos e a colonização estrangeira, causadora da ignorância e preconceitos que atingiram principalmente as mulheres, causando transtornos, como humilhação e desvalorização por parte da sociedade onde viviam, conseqüentemente, prejudicando o desenvolvimento da economia brasileira.

Diante desses fatores, a deputada comunista considerou que as donas de casa eram as mais prejudicadas, pois lidavam com a falta de alimentos e bens materiais necessários para que seus filhos e filhas tivessem uma vida minimamente digna e acesso à educação escolar. Por este motivo, essas mulheres desejavam a legalidade do PCB para dar continuidade nas atividades que colaboravam com a alfabetização, na luta contra o fascismo e em busca de uma efetiva democracia brasileira.

Para Adalgisa, no Brasil nunca houve um regime democrático. Segundo suas concepções, a democracia seria caracterizada pela liberdade de organização partidária, de reuniões dos sindicatos, dos trabalhadores do campo, da classe operária, entre outros grupos sociais, culturais e políticos. A comunista disse que em um regime democrático não há perseguição, mas sim respeito aos pensamentos distintos, respeito religioso e filosófico, sendo esta a sua idealização de uma verdadeira democracia. Em um dos seus discursos na Câmara Legislativa em 1947, Adalgisa fez a seguinte afirmação:

Porque tudo o que se fizer em benefício do povo, é democracia, e tudo o que se fizer contra o povo, tudo que venha prejudicar o povo em maior ou menor grau, pode não ser fascismo, mas é coisa muito parecida com isso (FERREIRA, 2002, p. 48).<sup>160</sup>

Quando indagada pela entrevistadora sobre como se situava ideologicamente, no primeiro momento, a resposta de Adalgisa foi “Eu, ideologicamente, me situo como sempre...”. Tendo como sentido afirmar que suas convicções, seus ideais políticos não mudaram com o tempo. Adalgisa, no início da década de 1980, ainda detinha os mesmos preceitos do que para ela seria o melhor na política e para o povo. No segundo momento, ela é induzida pela entrevistadora a resumir o significado de sua primeira colocação, confirmando a posição de ser uma “comunista militante”, abriu um parêntese para falar de sua fragilidade física naquele momento, mencionou que a sua saúde, infelizmente, não permitia uma atuação mais ousada como atuou no passado. Mas continuava atenta ao que estava acontecendo no Brasil e no mundo. Adalgisa falou com muita convicção sobre a importância do PCB, deixando claro que este partido faz parte da sua vida, ao mesmo tempo, tem esperança que no futuro os planos políticos do Partido Comunista sejam colocados em prática, “pretendemos introduzir o socialismo no Brasil, depois de uma perfeita democracia. E depois do partido do socialismo, entrando em um partido do comunismo”. Mesmo diante da lamentação por não estar presente nessa fase devido sua idade avançada, afirmou que sua situação não importava, todos os avanços eram de interesse do povo brasileiro, do povo que é oprimido, aos filhos do povo, a classe operária.

Em agosto de 1963, Adalgisa foi convidada para compor a delegação de Pernambuco para visitar a União Soviética e outros países socialistas. A viagem foi custeada pela URSS. Adalgisa foi acompanhada pelo seu esposo. Ela e as demais companheiras e companheiros foram bem recebidos, foram homenageadas/os pelos sindicatos e tiveram a oportunidade de conhecer o local de reprodução do periódico de Moscou.

Entre o que vivenciou nesta viagem, uma das que mais chamou sua atenção foi a ocupação feminina nos espaços que naquele momento no Brasil eram considerados lugares e trabalhos de homens. Adalgisa disse que nos países socialistas, as mulheres têm uma vida melhor, ocupam espaços de poder, lidando com um peso menor de discriminação. Confiante,

---

<sup>160</sup> Discurso coletado na obra *Presença Feminina*, da Professora Luzilá Gonçalves Ferreira.

afirmou que as mulheres terão mais oportunidades, não serão discriminadas na vida pública e para isso, contava com a luta da Federação Internacional de Mulheres.

A militante comunista falou que a viagem influenciou seu comportamento político. Discordou totalmente da oposição quando chamavam os países socialista de Cortina de Ferro, ela disse que o que viu foram flores “[...] eu não vi nada de Cortina de Ferro, eu vi, sim, cortina de flores, uma das coisas que mais adoro na minha vida, flores. As flores me enchem a vida [...]”. Além disso, Adalgisa ficou encantada com a higiene e limpeza nas ruas da URSS.

Ao fim de sua vida, diante das perseguições que sofreu e já adoentada com diabete, Adalgisa ficou reclusa em seu apartamento. Gradualmente foi se despedindo da vida política, tendo por perto apenas os parentes e poucos amigos sobreviventes da agitação do século XX. Beth Salgueiro, na *revista Mulherio*, fez as seguintes declarações sobre ela:

Se esconde num apartamento no centro de Recife, e só recebe visitas se estas chegarem através de amigos de confiança. Para as pessoas conhecidas, a casa está sempre aberta. Para os estranhos, só com carta de apresentação. “Não é que eu tenha medo, mas já me aborreci muito e acho que devo poupar minha velhice”. (RICARDO, 2009, p. 167).

Adalgisa faleceu aos 91 anos, em abril de 1997. Sua morte foi decorrente de uma isquemia cerebral, enterrada no Cemitério de Santo Amaro. Foi homenageada na Assembleia em 15 de setembro de 1997, tendo à frente da organização do evento Luciana Santos, naquele momento, deputada e líder do PCdoB.

A deputada Luciana Santos, após lembrar o pioneirismo de Adalgisa, que abriu as portas à presença das mulheres na Assembleia, fez uma rápida evocação biográfica da homenageada, citando fatos concretos de sua atuação política, inclusive sua entrada e atuação constante na Comissão de Solidariedade aos presos políticos. (FERREIRA, 2002, p. 52).

Em 19 de maio de 1998, Adalgisa foi homenageada mais uma vez pela Assembleia Legislativa de Pernambuco, na ocasião, seus parentes foram reembolsados com as despesas do funeral.

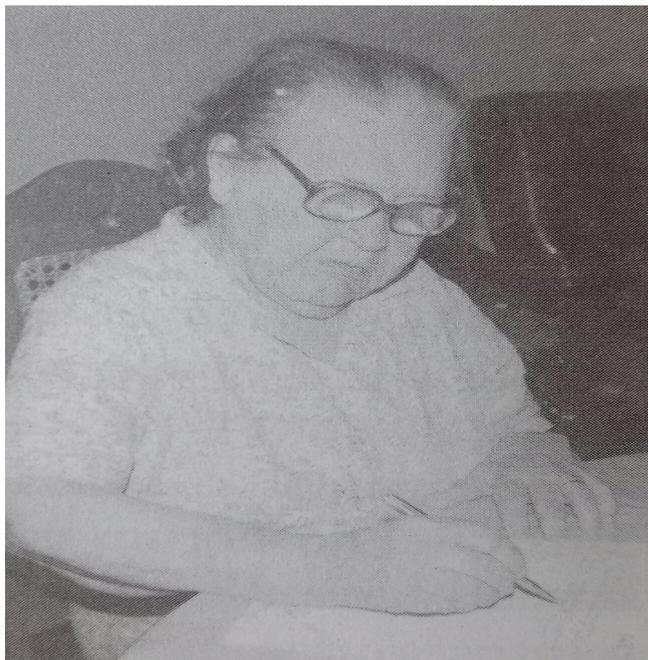


Figura 13: Adalgisa aos 89 anos, relatando dados de sua vida para a *Folha do Povo*.<sup>161</sup>



Figura 14: Adalgisa R. C. idosa.<sup>162</sup>

A figura 13 mostra Adalgisa com idade avançada, porém lúcida de seus ideais. Ela estava relatando um pouco de sua história política para o jornal. Na entrevista de 1982, Adalgisa demonstrou interesse em relatar por meio da escrita o que não chegava a sua

---

<sup>161</sup> Essa imagem foi retirada do livro *Presença Feminina* de Luzilá Gonçalves Ferreira (2002, p. 52). A autora do livro utilizou como fonte o Álbum de Família da Adalgisa.

<sup>162</sup> Fonte: *Jornal do Comércio*, 8 de março de 2009 - Fundação Joaquim Nabuco / Recife-PE.

memória na hora da entrevista oral. A figura 14 é mais uma foto dela quando estava idosa, divulgada em uma matéria do *Jornal do Comércio* em 2009, mais de 10 anos após sua morte.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os apontamentos destacados nesta pesquisa permitiram apurar que a trajetória política de Adalgisa Rodrigues Cavalcanti pelo PCB é significativa para a atuação das mulheres nos espaços de poder. Sua história é marcada por uma efetiva representação na história política de Pernambuco. Passando por organizações como o Socorro Vermelho Internacional, Movimento Antifascista, fez parte da Aliança Nacional Libertadora e participou do Levante de 1935, foi perseguida e presa pela DOPS, atuou e liderou em organizações de mulheres, empenhou-se na candidatura e em seu mandato político, militante convicta do PCB. Deste modo, partindo das ideias apresentadas e das atuações demonstradas, os objetivos propostos no início da pesquisa foram alcançados.

Adalgisa R. Cavalcanti passou a atuar como militante comunista devido seus ideais políticos serem compatíveis com os do PCB. Idealizando um Brasil livre do fascismo e do imperialismo, com melhores condições de vida e trabalho para a população, na qual pessoas não passariam fome e as mulheres ocupariam os mesmos espaços políticos que os homens. A esperança de uma revolução promovida pelo próprio povo em aliança com o Partido Comunista, também fez parte do seu imaginário político. Sua lealdade com a revolução socialista e as ideias apresentadas pelo PCB fez com que a militante conquistasse a confiança do partido. O PCB enxergou em Adalgisa R. Cavalcanti uma líder feminina, conhecedora das dificuldades do povo, principalmente, dos infortúnios das mulheres, deste modo, capaz de dialogar com este respectivo grupo social, possibilitando que ela fosse uma das escolhidas para disputar as eleições de 1945 e 1947 em Pernambuco. Adalgisa R. Cavalcanti é um exemplo de militante feminina detentoras de percepções que fogem dos preceitos sociais e culturais das décadas de 1930 e 1940, correspondentes ao período do governo de Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra. Ela se deslocou do seu lugar “adequado”, para ocupar um espaço tido como não conveniente ao seu sexo, com a intenção de reivindicar melhorias e reconhecimento, principalmente, para as mulheres que compartilhavam o mesmo lugar que ela, o de uma dona de casa. Portanto, sua trajetória fornece valiosas contribuições para a história das mulheres no cenário político e historiografia brasileira.

A abordagem biográfica foi metodologicamente utilizada para modelar os acontecimentos e experiências vivenciadas pela personagem militante, enveredando seu protagonismo e representatividade no âmbito da política comunista. Deste modo, denominei

esse estudo de trajetória biográfica histórica feminina, utilizando esse termo para me referir especificamente a realização deste estudo, como também, demais estudos que nascem dentro da perspectiva histórica, tratando-se de pesquisas que propõem investigar a atuação de mulheres na política com uma concepção que prioriza os modos de agir, desfazendo-se do ideal de mulher frágil e incapaz de atingir seus objetivos. De maneira nenhuma, enxergo a pernambucana como uma mulher submissa e indefesa.

Para chegar a estas conclusões, observaram-se como as mulheres foram inseridas nas discussões e pautas defendidas pelo Partido Comunista em Pernambuco. O cruzamento de informações levantadas para a realização deste estudo possibilitou a identificação de questões importantes para compreender o papel feminino no PCB, não se restringindo a papéis tidos como os únicos possíveis para elas. A arena política passou a ser lugar de mulher através das investidas do PCB. Ao analisar quais e como as pautas das mulheres, ou seja, as questões femininas foram inseridas e tratadas neste partido, passei a entender a atuação das mulheres na política comunista, sendo elas, também colaboradoras de uma tradição política de esquerda. Esses dados foram importantes para contextualizar o espaço conquistado por Adalgisa R. Cavalcanti, passando a ser compreendida em sua amplitude com base na política comunista. Ainda acrescento que ela é uma figura feminina representante desta política durante o período estudado.

A mulher, do ponto de vista comunista, é feminina, pernambucana, brasileira, trabalhadora, dona de casa, mãe, esposa, filha, guerreira, eleitora, democrata, cidadã, operária, deputada, vereadora, lutadora e antifascista. Como exemplo, a última palavra - antifascista - tem uma historicidade reivindicada pelas mulheres da atualidade. As mulheres atuais que se dizem antifascistas também estão alinhadas aos pensamentos feministas. No entanto, naquele período histórico, as mulheres comunistas não eram feministas. Discordo da ideia de querer a todo custo enquadrá-las como feministas de orientação comunista, pois como afirmou Soares (2021), ao utilizar tal artifício, estaria afirmando que o único tipo ideal de reivindicações políticas femininas seria apenas através dos movimentos feministas. Em suas lutas, as mulheres comunistas recusaram serem identificadas como feministas, rompendo com essa concepção limitadora. Deste modo, afirmo que este aspecto tem relação com as influências vindas da, até então, União Soviética. Isso não diminui a relevância dos movimentos feministas e tampouco das comunistas. Diante da representação e do significado do PCB para a classe operária e para o povo brasileiro, em geral, é inválido desmerecer suas ações para

com as mulheres, e de como essas mulheres estavam interligadas, dentro ou próximas do PCB.

Em relação à campanha e o mandato de deputada estadual de Adalgisa R. Cavalcanti, uma mulher “dona de casa”, comunista, antifascista e não considerada feminista. Durante o período de campanha política, ela buscou apoio no eleitorado feminino, se direcionando mais especificamente às mulheres trabalhadoras, às donas de casa e às mulheres da chamada classe média. Ao ser eleita, a deputada comunista se comunicou com as donas de casa, como também demais interessadas/os, com a intenção de ouvir suas demandas na tentativa de auxiliar como uma representante do povo. Em seus discursos pronunciados na Assembleia Legislativa de Pernambuco, há discursos em defesa da Casa dos Estudantes de Pernambuco; em defesa de melhores condições e salários para a classe do professorado; reclamou das atividades violentas da polícia atuando contra as manifestações e comícios do Comitê de Mulheres Pró-Democracia, deste modo, defendendo os direitos reivindicados pelas mulheres pertencentes ao CMPD, como também a democracia; contribuiu com a criação de cadeiras de ensino primário. Além disso, ela também discursou em defesa da população pobre que estava sendo expulsa de suas casas devido aos interesses econômicos de empresas estrangeiras atuantes no Recife. Preocupou-se com o desenvolvimento econômico do estado de Pernambuco, solicitando que investigações científicas fossem realizadas para saber a qualidade do carvão de uma mina localizada no município de Petrolândia.

A trajetória de Adalgisa na política não foi encerrada na década de 1940, pois mesmo após a cassação do seu mandato em janeiro de 1948, continuou engajada na militância comunista, atuando na clandestinidade. Chegou a afirmar que tinha interesse em se candidatar novamente, no entanto, seus direitos políticos foram retirados, impossibilitando uma atuação partidária legalizada, fosse no PCB ou em outro partido que mantivesse boas relações com o PCB. Através do Partido Comunista, Adalgisa se envolveu em campanhas políticas, que elegeram, como, por exemplo, Juscelino Kubitschek para presidente em 1955 e Miguel Arraes para governador de Pernambuco em 1963. Além disso, Adalgisa continuou sendo monitora pela DOPS e foi atingida pela ditadura civil-militar, resultando na perda de sua liberdade, ficando detida na Colônia do Bom Pastor em 1966, como foi mencionado em páginas anteriores. Contou com o auxílio de amigos para sair da prisão, entre esses amigos, mencionou o nome de Paulo Cavalcanti. Retornou para sua casa, com endereço fixo na cidade do Recife, onde foi recebida de braços abertos por seu marido e familiares. A partir deste

acontecimento, Adalgisa começou a se afastar do combate ativo, decisão tomada devido às complicações de sua saúde, mesmo assim, continuou atenta aos acontecimentos políticos até o final de sua vida. Ela faleceu com mais de 90 anos e seu corpo foi velado na Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Boa parte da história política de Adalgisa R. Cavalcanti ficou invisibilizada durante um tempo, mas sua memória não foi totalmente esquecida. O que comprova esta afirmação é a Resolução N.º 1.375, de 24 de agosto de 2016, correspondendo à criação da Ação Formativa “Mulheres na Tribuna - Adalgisa Cavalcanti”. Trata-se de um projeto elaborado pela deputada estadual de Pernambuco Simone Santana, propondo a formação e o encorajamento de mais mulheres para atuar na política. É sua memória que se projeta no presente da vida política pernambucana e brasileira, inclusive, abrindo horizontes de possibilidades futuras para tantas outras mulheres.

Simone Alice de Oliveira Santana (1962) é uma médica pediatra, natural de São Raimundo Nonato-PI. Teve como motivação para entrar na política a experiência de 2013 ao atuar no Programa Mãe Coruja do Ipojuca-PE, possibilitando a implementação de políticas públicas destinadas às mulheres e crianças. No ano seguinte, participou das eleições, sendo eleita deputada estadual com 73.178 votos pelo PSB, ocupando a quinta colocação para este cargo em Pernambuco. Em 2019, no seu segundo mandato, ocupou a função de vice-presidenta da ALEPE. As pautas defendidas por Simone Santana durante seus mandatos políticos são em torno da causa das mulheres, em defesa da infância, da saúde e do meio ambiente.

Segundo a Resolução N.º 1.375, o objetivo da Ação Formativa “Mulheres na Tribuna - Adalgisa Cavalcanti” é contribuir com “o acesso das mulheres ao conhecimento sobre os espaços oficiais de poder no âmbito do Poder Legislativo Estadual, tendo em vista seu empoderamento como sujeito político”. As quatro diretrizes do projeto consistem em: estimular a participação das mulheres na política e a igualdade de gênero; apoiar na apropriação de conhecimentos sociopolíticos de lideranças femininas, possibilitando a ocupação em partidos políticos e no parlamento; auxiliar no entendimento da relevância do Poder Legislativo para edificar, fortalecer e avançar com os direitos; reforçar as políticas públicas para as mulheres.

O projeto da deputada Simone Santana é voltado para as lideranças femininas do Estado de Pernambuco. O grupo de mulheres é selecionado a partir da indicação de um

município por vez, as/os deputadas/os da Assembleia legislativa de Pernambuco são as/os responsáveis pela indicação mediante um ofício apresentado à mesa da diretoria. Prefeituras e/ou o grupo de mulheres interessadas, devem realizar uma solicitação ao gabinete de uma/um deputada/o estadual. O grupo de mulheres pode ser composto por até 25 pessoas para participar das atividades referentes a um dia de visita.

Sobre isto, considero o apontamento de Gohn (2014), relevante quando alucida que “A mulher tem de introduzir seu modo de ser na gestão, e não desempenhar apenas um papel planejado por homens, para ser ocupado também por homens” (GOHN, 2014, p. 147-148). Deste modo, as mulheres ao introduzirem o seu jeito de ser no cargo político é de grande relevância para fazer com que a esfera pública possa ser vista normalmente como um lugar de mulher e para mulheres, desfazendo a ideia de que a esfera pública pertence apenas ao sexo masculino. Ainda mais que, “as mulheres têm vivências similares diante dos desafios de suas trajetórias e de políticas prioritárias para atender às suas necessidades” (MELO e THOMÉ, 2018, p. 129).

A primeira cidade a participar da Ação Formativa foi Paulista em 19 de abril de 2018. Logo depois, em 10 de maio do mesmo ano, o projeto contou com a participação das mulheres do município de Abreu e Lima. As atividades são desenvolvidas nas quintas-feiras de cada mês. Na parte da manhã elas visitam o museu do Palácio Joaquim Nabuco (antigo plenário da Assembleia), visando conhecer a história e arquitetura do patrimônio. Neste horário, também assistem à sessão plenária, que neste dia (quinta-feira) ocorre às 10 horas. Depois do almoço, são direcionadas a participarem das atividades ministradas pela Escola do Legislativo, tendo como foco a comunicação e política, momento de mais oportunidade para o debate. Em 29 de novembro de 2018, a formação Mulheres na Tribuna estava em sua quinta edição (BRITO, 2018).

O projeto Mulheres na Tribuna - Adalgisa Cavalcanti teve suas atividades interrompidas com a pandemia. Em março de 2023, a deputada Simone Santana defendeu o retorno das atividades, trazendo mais mulheres pernambucanas para participarem da formação política.

Segundo Sales e Veras (2020), “Um dos requisitos para que haja uma real efetivação da democracia é que exista diversidade nas pessoas eleitas pelo povo, para que todas as demandas de diferentes grupos sejam levadas em conta” (SALES; VERAS, 2020, p. 2). Remete a importância da representatividade de indivíduos aptos a defenderem os interesses

dos mais variados grupos a que pertencem. Analisando mais na perspectiva da representatividade feminina, entende-se que embora os avanços, ainda não é possível notar a igualdade na política, homens e mulheres não lideram a política com as mesmas porcentagens e proporção.

Mesmo com a implementação de leis visando ter mais mulheres participando das eleições e sendo eleitas, no Brasil, é preciso lidar com a falta de informação de como funciona a candidatura política; as fraudes partidárias relacionadas às cotas, impossibilitando o investimento real em candidaturas de mulheres; além do assédio e violência política vivenciada por elas (SALES; VERAS, 2020).

O projeto Mulheres na Tribuna - Adalgisa Cavalcanti demonstra ser um passo importante no avanço e disseminação do conhecimento sobre política no estado de Pernambuco. Além disso, este projeto contém um elo entre o passado e o presente, mantendo uma relação de continuidade em pautas defendidas e reivindicadas por Adalgisa R. Cavalcanti: educação e mulheres na política. A educação como um fator positivo para a liberdade e ocupação no mercado de trabalho. E diante do seu percurso, a relevância de mulheres ocupando espaços representativos na arena política. Com base nessas afirmações, a escolha do nome de Adalgisa traz um apanhado de luta política disputada pela pernambucana comunista, defensora dos direitos dos mais oprimidos, defensora dos direitos das mulheres. Adalgisa lutou ao seu modo de agir, aliada ao que na época julgou ser o correto e mais benéfico para a democracia e o povo brasileiro. A trajetória de Adalgisa é singular, mas o resultado de suas ações é plural.

## **FONTES E INSTITUIÇÕES DE PESQUISA**

### **Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE):**

Jornal - *Folha do Povo* (1935, 1945-1948).

Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) - Prontuário Individual n.º 5306.

### **Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE):**

Documentação de Adalgisa R. Cavalcanti.

Resolução n.º 1.375 - Ação Formativa “Mulheres na Tribuna - Adalgisa Cavalcanti” (24 de agosto de 2016).

### **Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ):**

Entrevista - Adalgisa Rodrigues Cavalcanti.

Entrevista - Julia Santiago da Conceição.

Entrevista - Nise Cardoso Duarte.

Jornal do Comércio (2009).

Fontes iconográficas - Coleção Francisco Rodrigues.

### **Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE):**

Relatórios - 1946; 1947-1948. (Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco. Disponível em: <<https://acervo.tre-pe.jus.br/index.php/eleicoes>>. Acesso em: 11 jul. de 2023.)

### **Biblioteca Nacional**

Biblioteca Nacional / Carta de Paulo Cavalcanti, 1 de fevereiro de 1992 [Carta a Nelson Werneck Sodré comentando a história do PCB e criticando a sua atual situação].

### **Obras memorialísticas:**

CAVALCANTI, Paulo. **Da coluna Prestes à queda de Arraes**. Recife: Editora Guararapes, 1978. (Coleção de memórias: O caso eu conto como o caso foi).

OTERO, Cândida Maranhão. **Na Correnteza da Vida**. Porto Alegre: Renascença, 2003.

### **Livro**

SALGADO, Plínio. **A Mulher no Século XX**. São Paulo: Guanumby, 1949.

## REFERÊNCIAS

### Sites e Blogs

Alepe fecha semana de homenagens ao Dia Internacional da Mulher. In: **Diário de Pernambuco**. Recife-PE, 16 de mar. de 2023. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2023/03/alepe-fecha-semana-de-homenagens-ao-dia-internacional-da-mulher.htm>> Acesso em: 07 de fev. de 2024.

BRITO, Carol. Mulheres na Tribuna: Alepe incentiva a participação feminina na política. In: **Blog da Folha**. Recife-PE, 28 de nov. de 2018. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/mulheres-na-tribuna-alepe-incentiva-a-participacao-feminina-na-politica/8736/>> Acesso em: 07 de fev. de 2024.

COSTA, Arrizete C. L. Ficha de Conteúdo - Série Didática: Fontes Documentais 1 – usos e produção. In: **Blog Clarabóias - séculos 20-21**. Maceió, 2022. Disponível em: <<https://claraboiaseculos20-21.blogspot.com/2022/07/ficha-documental-n.html?zx=10b706770fd6454f>> Acesso em: 25 de ago. de 2023.

FREIRE. Aloízia Medeiros. **O papel da mulher na Insurreição Comunista**. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/memoria/1935/livros/70anos\\_depois/06\\_aluizia\\_freire\\_papel\\_mulher\\_insurreicao.htm](http://www.dhnet.org.br/memoria/1935/livros/70anos_depois/06_aluizia_freire_papel_mulher_insurreicao.htm)>. Acesso em: 30/10/2023.

Gregório Bezerra: uma entrevista histórica. In: **Jccavacando**. 07 de abril de 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xDhwI9cUfYw>> Acesso em 12 de fev. de 2024.

Gregório Bezerra: uma entrevista histórica. In: **Jccavacando**. 07 de abril de 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xDhwI9cUfYw>> Acesso em 12 de fev. de 2024.

118 anos de Gregório Bezerra, o homem “feito de ferro e flor”. In: **Partido Comunista Brasileiro**. 13 de março de 2018. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/19020>> Acesso em: 12 de fev. de 2024.

John Reed. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/John\\_Reed#cite\\_note-3](https://pt.wikipedia.org/wiki/John_Reed#cite_note-3)>. Acesso em: 07 de outubro de 2023.

KOLLONTAI, Alexandra. **Os Fundamentos Sociais da Questão Feminina [extratos]**. Tradução: Maria Luiza Oliveira. 1907. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1907/mes/fundamentos.htm>> Acesso em: 10 jul. de 2023.

KOLLONTAI, Alexandra. O Dia da Mulher. In: **The Marxists Internet Archive**. Tradução: José Braz. 1913. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1913/02/23.htm>>. Acesso em: 10 jul. de 2023.

KOLLONTAI, Alexandra. O Comunismo e a Família. Trad. Carlos Henrique. In: **The Marxists Internet Archive**. Tradução: Carlos Henrique. 1920. Disponível em: <[https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1920/mes/com\\_fam.htm](https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1920/mes/com_fam.htm)> Acesso em: 10 de jul. de 2023.

Programa da Aliança Nacional Libertadora. In: **Documentos Históricos**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1935/03/anl.htm>> Acesso em 17 de out. de 2023.

REED, John. Prefácio de Lênin para a edição Norte-Americana. In. **Os Dez Dias que Abalaram o Mundo**. Disponível em: <<https://www.socialistamorena.com.br/wp-content/uploads/2017/12/JohnReed-OsDezDiasQueAbalaramoMundo.pdf>>. Acesso em: 07 de outubro de 2023.

RODRIGUES, Audicéia. Julia Santiago: comunista, ativista política e operária da luta. In. **Partido Comunista do Brasil**. Recife, 2017. Disponível em: <<https://pcdob.org.br/noticias/julia-santiago-comunista-ativista-politica-e-operaria-da-luta/>>. Acesso em: 08 de julho de 2023.

Simone Santana. In. **Perfil Parlamentar**. Recife-PE. Disponível: <<https://www.alepe.pe.gov.br/parlamentar/simone-santana/>> Acesso em: 04 de fev. de 2024.

TROTSKY, Leon. O termidor Soviético. In: **A Revolução Traída**. Tradução: Alexandre Linares. Brasil: Global Editora, 1980. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1936/revolucaotraida/cap05.htm>>. Acesso em: 10 jul. de 2023.

ZEBINI, Júlia. Literatura e Revolução. Disponível em: <<https://www.cal.iel.unicamp.br/?p=1546>>. Acesso em: 07 de outubro de 2023.

### **Artigos, Dissertações, Teses e Livros**

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALVES, Iracélli da Cruz. Os Movimentos Feminista e Comunista no Brasil: História, Memória e Política. **Tempos Históricos**, Paraná, volume 21, e-ISSN: 1983-1463, p. 107-140, setembro de 2017.

ALVES, Iracélli da Cruz. **Feminismo entre ondas: mulheres, PCB e política no Brasil**. 2020. 360 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2020.

ARAÚJO, Antônio Henrique da Silva. A Lenda do Nordeste: o santo comunista. In. **V Colóquio: Perspectivas Históricas: historiografia, pesquisa e patrimônio**, 2011. Disponível em: <<http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/5Col-p.1003-1014.pdf>>. Acesso em: 10 jul. de 2023.

ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução de Andréa Dore; revisão técnica de José Jobson de Andrade Arruda. Bauru, SP: EDUSC, 2006 (Col. “História”).

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda. 2015.

BEARD, Mary. **Mulheres e Poder**: um manifesto. Tradução de Celina Portocarrero. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

BARROS, José D'Assunção. **Os Conceitos**: seus usos nas ciências Humanas. Petrópolis-RJ: Vozes, 2016.

BERNARDES, Maria Elena. **Laura Brandão**: a invisibilidade feminina na política. 1995. 236 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo, 1995.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e Misérias da Biografia. In: **Fontes Históricas**. Carla Bassanezi Pinsky (Organizadora). – 2.ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008, p. 203-234.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**: ou o ofício de historiador. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARONE, Edgard. Introdução. In: **O P.C.B. (1922-1943)**. São Paulo: DIFEL, 1982, p. 1-18.

CAVALCANTI, Paulo. Os comunistas e as eleições pós-revolução de 30. In: **Poder e Voto**: luta política em Pernambuco. Orgs. Antônio Lavareda; Constança Sá. Recife: Ed. Massangana, 1986. 11-24.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 27. ed. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 2021.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934). **Topoi**, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 354-388.

COSTA, Homero de Oliveira. Na trilha da Insurreição: os Levantes militares em Recife e no Rio de Janeiro. In: **A Insurreição Comunista de 1935**. Natal: EDUFRN. 2015, p. 133-138.

COSTA, Arrisete Cleide de Lemos. **Historiografia e Hermenêutica**: uma interpretação da narrativa microanalítica de *O queijo e os vermes*, de Carlo Ginzburg. Maceió - AL: EDUFAL, 2014.

COSTA, Suely Gomes. Gêneros, Biografias e História. **Gênero**, Niterói, v. 3, n. 2, p. 7-20, 2003.

DELPHY, Christine. Patriarcado. In: **Dicionário Crítico do Feminismo**. Orgs. Helena Hirata; Françoise Laborie; Hélène Le Doaré; Danièle Senotier. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 173-178. (Tradução Brasileira).

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida

Neves. **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 127-154 p.

DEUTSCHER, Isaac. Em busca de um ideal. In: **Trotsky: el profeta armado (1870-1921)**. 2º Ed. México: Ediciones Era, S. A, 1970.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: **Pensamento Feminista Brasileiro** - Org. Heloísa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 24-45.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e Culturas Políticas: definições, usos, genealogias. **Varia Historia**, Minas Gerais, n.º 28, dezembro de 2002, p. 13-28

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2019.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do Mito**: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Niterói: EDUF. 2002.

FERREIRA, Jorge. **Elisa Branco**: uma vida em vermelho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

FERREIRA, Luzilá Gonçalves. Adalgisa Cavalcanti: foi comunista nossa primeira deputada. In: **Presença Feminina**. – Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, Recife, 2002, pp. 37-53.

FITZPATRICK, Sheila. A NEP e o futuro da revolução. In: **A Revolução russa**. Tradução: José Geral Couto. São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2017, p. 180.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Cidade Vermelha**: A Experiência Democrática no Pós-Estado Novo. 2006. 293 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. Percorrendo memórias, selecionei o Estado Novo. **Revista de Pesquisa Histórica – CLIO** (Recife. Online), vol. 24, n. 01, 2006, pp. 281-306.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. Pautas das Mulheres em 1945: Luta pela anistia e pela democracia. **Anais do 30º Simpósio Nacional de História** - História e o futuro da educação no Brasil / organizador Márcio Ananias Ferreira Vilela. Recife: Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.snh2019.anpuh.org/site/anais>. Acesso em: 08 de jul. de 2023.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O Fascismo em Camisas Verdes**: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

HOOKS. Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução: Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 20ª ed. 2023.

JANSEN, Humberto. Prefácio: movimento popular. In: **A Insurreição da ANL em 1935**: o relatório Bellens Porto. Rio de Janeiro: Revan, 2015, p. 5-7.

KOLLONTAI, Alexandra. **Autobiografia de uma mulher comunistas sexualmente emancipada**. Trad. Lígia Gomes. Editora: Sundermann, São Paulo, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. In: **Futuro Passado**: Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 97-118.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 366-419.

LORIGA, Sabina. **O pequeno X**: da biografia à história. Tradução: Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes Históricas**. Carla Bassanezi Pinsky (Organizadora). – 2.ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-154.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 39-61.

MATOS, Maria Izilda Santos de. História das Mulheres e das Relações de Gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. **Mandrágora**, São Paulo, v.19. n. 19, 2013, p. 5-15.

MELO, Hildete Pereira de e THOMÉ, Débora. **Mulheres e Poder**: história, ideais e indicadores. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MENEZES, Lená Medeiros de. Feminismo(s): reflexões sobre silêncios, resistências e descontinuidades. In: MAGALHÃES, Lívia. **Lugar de Mulher**: feminismo e política no Brasil. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2017. 18-41 p.

MENDONÇA, Elza Mariana Rodrigues Furtado de. **O Partido Comunista de pernambuco (1922-1926)**: organização e resistência. 2016. 196 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Pernambuco. Recife-PE. 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A Cultura Política Comunista: alguns apontamentos. In: **Comunistas Brasileiros: cultura política e produção cultural**. Orgs. Marcos Napolitano, Rodrigo Czajka, Rodrigo Patto Sá Motta. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 15-38.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1966)**. 2. 2d. Niterói - RJ: EDUFF, 2020.

NAPOLITANO, Marcos. A roda da história que gira mais rápido: a crise dos anos 1920. In: **História do Brasil República: da queda da monarquia ao fim do estado novo**. São Paulo: Contexto, 2016. 71-91 p.

PANDOLFI, Dulce Chaves. As eleições em Pernambuco de 1950 a 1954. In: LAVAREDA, Antônio; SÁ Constança. **Poder e Voto: luta política em Pernambuco**. Recife: Ed. Massangana, 1986. 91-112 p.

PANDOLFI, Dulce Chaves. A Aliança Nacional Libertadora e a Revolta Comunista de 1935. In: **Getúlio Vargas e seu tempo**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2004, p. 175-182.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Revista Topoi**, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 270-283.

PEREIRA, Astrojildo. A IMPRENSA OPERÁRIA NO BRASIL. **Revista Novos Rumos**, [S. l.], n. 18/19, 2022. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2073>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2019.

PERROT, Michelle. As mulheres, o poder, a história. In: **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2020, pp. 177-196.

PRESTES, Anita Leocádia. Os comunistas e a Constituinte de 1946 – por ocasião do 60º aniversário da Constituição de 1946. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXXII, n. 2, pp. 171-186, dezembro de 2006.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismo, escrita de si e invenções da subjetividade**. São Paulo: UNICAMP, 2013.

REED, John. **Dez dias que abalaram o mundo**. Tradução: Bernardo Ajzenberg. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

RICARDO, Arleandra de Lima. **A DOPS em Pernambuco no período de 1945 a 1956: autocracia em tempos de “democracia”?**. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009, pp. 187.

RYLE, J. Martin. International Red Aid e Comintern Strategy, 1922-1926. In: **International Review of Social History**. Inglaterra: 2008, p. 43-68. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0020859000003758>.

SALES, Tainah Simões; VERAS, Hanna Raysa Batista. A participação feminina na política brasileira. In: **Revista de Direito**, Viçosa-MG, v. 12, n. 02. 2020, p. 01-21.

SECCO, Lincoln; PERICÁS, Luiz Bernardo. Linhagens da Historiografia do PCB. In: **História do PCB**. Orgs. Lincoln Secco e Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Ateliê Editorial, 2022, p. 13-52.

SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 217-240.

SILVA, Tatianne Ellen Cavalcante. **Memórias Femininas no Bom Pastor – PE: gênero, repressão e resistências durante a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985)**. 2017. 159 F. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SILVA, Gleice Pereira da. **As Mulheres na Formação do PCB: uma abordagem interseccional**. 2020. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Macéio-AL, 2020.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Gênero. In: **Dicionário de conceitos históricos**. 2.ed., reimpressão – São Paulo: Contexto, 2009, p. 166-1168.

SOARES, Paula Elise Ferreira. **A QUESTÃO FEMININA NO PCB (1925-1956): As mulheres na cultura política comunista**. 2021. 383 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte - MG, 2021.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Orgs. Ciro Flamarion, Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 399-429.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: **Novos Domínios da História**. Org. Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 187- 205.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, pp. 19-20.

SCHUMAHER, Schuma; CEVA, Antonia. **Mulheres no Poder: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

SCHWEBEL-FOUGEYROLLAS, Dominique. Movimentos Feministas. In: **Dicionário Crítico do Feminismo**. Orgs. Helena Hirata; Françoise Laborie; Hélène Le Doaré; Danièle Senotier. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 144-148. (Tradução Brasileira).

SCOTT, Joan W. História das Mulheres. In: **A Escrita da história: novas perspectivas**. Org. Peter Burke. Tradução: Magda Lopes. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 63-96.

SCOTT, Joan W. Outras reflexões sobre gênero e política. **Revista Crítica Histórica**, Maceió-AL, ano X, n. 19, jun. 2019, p. 10-38. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/8333>>. Acesso em: 10 jul. de 2023

VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 63-105 p.

VIANNA, Marly A. G. Apresentação: pea democracia, pela soberania nacional. In: **Insurreição da ANL em 1935: o relatório Bellens Porto**. Rio de Janeiro: Revan, 2015, p. 9-32.

VIANNA, Lúcia Helena. Mulheres Revolucionárias de 30. **Gênero**. Niterói - RJ, v. 2, n. 2, p. 27-34, 2002.

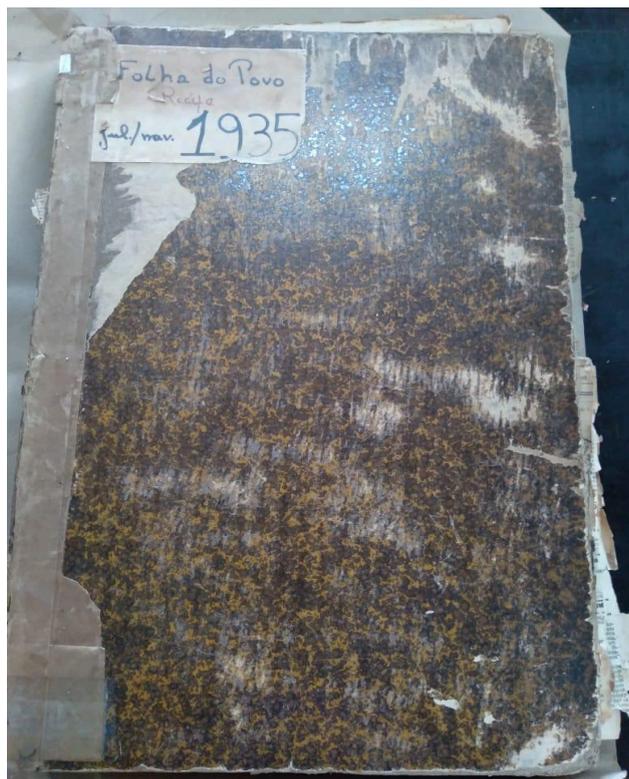
VICENTE, Daiane da Silva. Mulheres, Comunismo e as Eleições de 1947 em Pernambuco. In.: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: Democracia e Direitos Humanos: Desafios para uma História Profissional**, 32, 2023, São Luís-MA. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2023. p. 1-13. Disponível em: <<https://www.snh2023.anpuh.org/anais/trabalhos/lista#D>>. Acesso em: 06 de jan. de 2024.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em Comum: para todas, todes e todos**. 11. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

**Anexo A**

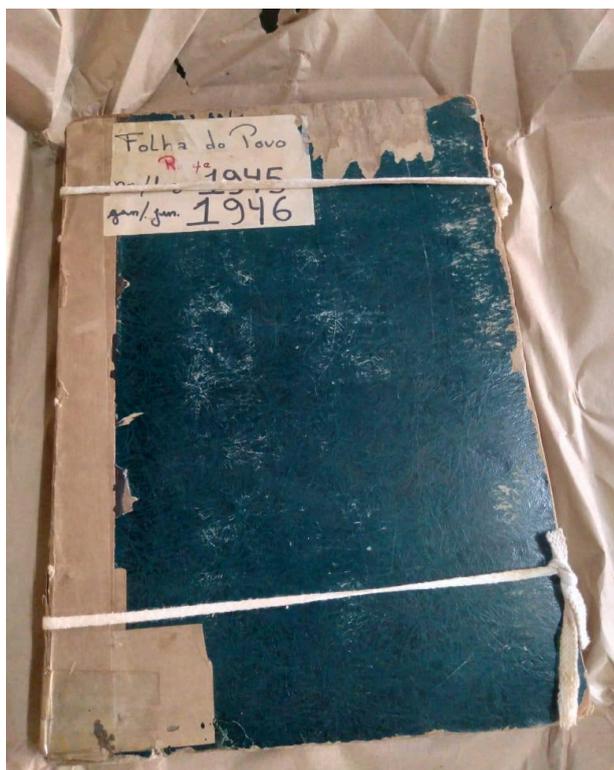
*Folha do Povo* 1935.

Fonte: APEJE, Recife-PE.



**Anexo B****Folha do Povo 1946.**

Fonte: APEJE, Recife-PE.



## Anexo C

*Folha do Povo* 1947.

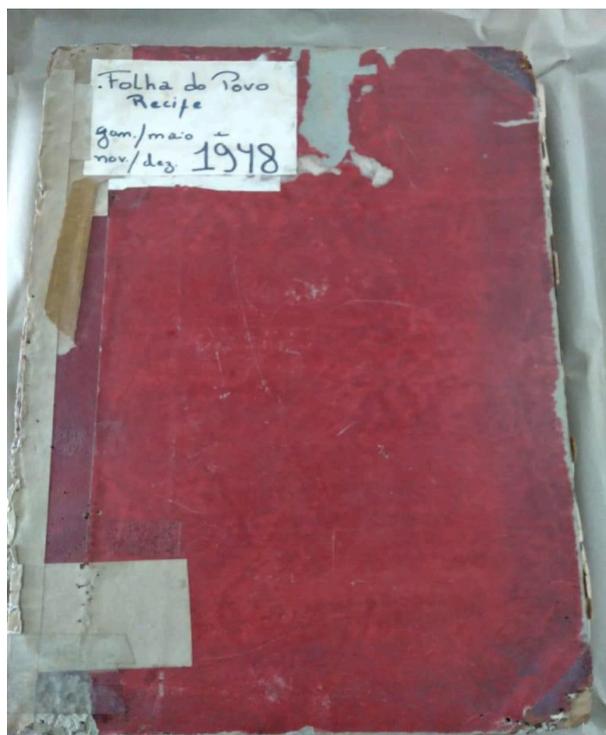
Fonte: APEJE, Recife-PE.



**Anexo D**

*Folha do Povo* 1948.

Fonte: APEJE, Recife-PE.



## Anexo E

Matéria do jornal *Folha do Povo*: Verdadeiros candidatos do povo.

Fonte: APEJE, Recife-PE, 1947.

